



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS - CCH  
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM  
ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS**

**ILDEAN SILVEIRA NASCIMENTO**

**O PROTAGONISMO DE MULHERES QUILOMBOLAS  
DO QUILOMBO BOA VISTA - ROSÁRIO/MA**

**SÃO LUÍS – MA**

**2024**

ILDEAN SILVEIRA NASCIMENTO

Memorial descritivo de documentário apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Cidinalva Silva Câmara

SÃO LUÍS – MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silveira Nascimento, Ildean.

O PROTAGONISMO DE MULHERES QUILOMBOLAS DO QUILOMBO BOA  
VISTA - ROSÁRIO/MA / Ildean Silveira Nascimento. - 2024.

37 p.

Orientador(a): Cidinalva Silva Câmara.

Curso de Estudos Africanos e Afro-brasileiros,  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.

1. Mulheres Quilombolas. 2. Protagonismo. 3. Boa  
Vista. 4. . 5. . I. Silva Câmara, Cidinalva. II.  
Título.

ILDEAN SILVEIRA NASCIMENTO

Memorial descritivo de documentário apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Cidinalva Silva Câmara

Apresentado em 04 de outubro de 2024

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Cidinalva Silva Câmara  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Rosenverck Estrela Santos  
(1º Examinador)

---

Prof. Dr. Edimilson Moreira Rodrigues  
(2º Examinador)

SÃO LUÍS – MA  
2024

## AGRADECIMENTOS

Tive em alguns momentos durante a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso uma espécie de bloqueio, não me era mais possível transcrever pensamentos, sentimentos, desenvolver análises. A escrita, parceira íntima desde a época escolar fundamental, tornou-se arredia e fugaz. Tive então, o apoio de antigos elos da vida, e também de tantos outros novos, mas todos geradores de energia salutar, fator que possibilitou-me chegar até aqui.

Agradeço, inicial e principalmente, a Deus pelo fluido vital traduzido em força, saúde e esperança para superar os desafios diários e principalmente a mim mesma, a Ele que diariamente restabelece minha fé e restaura minha nata alegria de viver.

À minha Família, sem cujo amor e amparo jamais teria conseguido caminhar com segurança durante essa trajetória: minha **Mãezinha – Maria do Socorro**, Amor Maior de minha existência; minhas irmãs-amigas **Ilzianne** e **Ildeanne**, meus portos seguros onde encontro refúgio e acolhimento em todas as horas; meu sobrinho **Lucas**, minha primeira experiência de amor maternal terceirizado; meu cunhado **Diogo** que, com todo zelo e amor cuida de minha irmã caçula, e portanto, é como se a mim fizesse; e a **Wander Henrique**, meu ex-esposo, mas eterno companheiro, que nunca me nega apoio, auxílio em quaisquer situações se estiver a seu alcance, não foi diferente nesta rota acadêmica. Sem vocês, Meus Amores, minha vida não faria sentido algum, obrigada por existirem, por sempre estarem presentes por mim e para mim.

Aos companheiros da casa Sociedade de Estudos Espíritas Ismael: **Maria Emília, Adeildes, Justino, José Carlos, Conceição, Marisete, Ana Luiza e Giselle Adrienne**, amigos incansáveis que muito me auxiliaram nessa caminhada ofertando ombros fortes como apoio, conselhos e orações como guia espiritual, dentre tantas outras formas de auxílio. Gratidão eterna, amados amigos.

À **Cidinalva Silva Câmara**, minha orientadora, pela experiência de poder conviver com sua formidável coerência profissional e conhecimentos acadêmicos. Pelo despertar do interesse pela temática de gênero e raça durante sua disciplina de MOVIMENTOS SOCIAIS E QUILOMBOLAS NO BRASIL, conteúdo mais que relevante nos caminhos da educação para as relações étnico-raciais. Sua paciência e diligência para com minhas inseguranças de primeira graduação, bem

como para com os desabafos de cunho pessoal, foram de essencial valor nesse meu processo de construção. Creio que seu desafio maior foi como orientadora sentimental!

A todo quadro de professores da LIESAFRO, mas em particular, alguns que tocaram além do espaço intelectual, o cardíaco:

**Rosenverck Estrela Santos**, a quem nesses últimos sete anos tive o prazer de acompanhar em várias de suas disciplinas. E, simplesmente impossível sair igual após cada uma dessas incursões em turma. O comprometimento com que conduz suas aulas, a paixão com que discorre sobre os temas, por mais diferentes ou antagônicos que sejam entre si, o tornaram um referencial, minha inspiração, meu eterno Mestre. Cada aula era uma “viagem” que transcendia o espaço acadêmico, voltava para casa refletindo sobre as histórias das civilizações, os seus liames políticos, culturais, sociais e econômicos. Enfim, Verck foi, é alguém tão especial em minha trajetória que mudou totalmente minha visão de mundo, de sociedade, de vida; tão especial que me despertou a consciência política e social. E eu que tinha orgulho de autointitular-me apolítica, detestava qualquer assunto que versasse sobre aspectos políticos, no mesmo ano em que entrei para o curso já estava participando de passeatas FORA TEMER, acampando na Ocupação do CCSO.

Não é qualquer explicação, explanação que convence, que conquista, o Mestre precisa ter carisma para despertar no aprendiz a vontade, a sede de aprender, de entender. Sei que já é um Doutor, mas com licença, Mestre, a você minha eterna admiração, respeito e gratidão por ter auxiliado a lapidar o ser humano que sou hoje.

**Marcelo Pagliosa**, profissional excepcional, admirável tanto pelo vasto cabedal de conhecimentos quanto pela proatividade e criatividade em suas práticas pedagógicas. Levarei comigo os inúmeros momentos de diálogos de cunho educacional e/ou pessoal, sempre muito ricos e agradáveis, tanto no espaço acadêmico quanto nos *happy hour* com colegas de turma, a exemplo da inesquecível viagem a Cabo Verde. Cabe também ressaltar que foi o responsável pelo meu interesse na modalidade documentário, quando no primeiro dia de aula geral explanou a respeito.

**Tatiane da Silva Sales**, foram poucas as disciplinas em que acompanhei seus ensinamentos, mas sua sensibilidade, sua ternura, além de inteligência e sabedoria deixaram marcas indeléveis em meu coração. Não raro me levou às lágrimas, mesmo no período das aulas virtuais na pandemia. Eu costumava dizer

que queria colocá-la num potinho e levar para casa, hoje ela está sim num potinho, mas aqui dentro no lado esquerdo do peito. Obrigada pelo amor e carinho sempre presentes em nossas relações de aprendizado.

**Edimilson Moreira Rodrigues**, que grata surpresa foi encontrá-lo também na virtualidade, fazendo-nos enveredar por romances, poesias, letras de canções, voltados para a africanidade. E assim, sonhar, divagar no diáfano prazer das palavras nem sempre óbvias, o que torna o desvendar de seus segredos ainda mais interessante! Não sei se consegui expressar nos exatos momentos o quanto me encantava todo aquele universo, mas creio que sim, sou efusiva demais com o que me fascina para ficar quietinha enquanto o mundo literário explode em luz diante de mim.

À **Eliana Ribeiro da Silva**, claro, não poderia deixar de expressar meus agradecimentos. Nossa secretária da LIESAFRO, especialista em nos tirar de enrascadas que nós mesmos nos colocávamos. Pense numa pessoa inteligente, sagaz, incansável no cumprimento de suas atividades, as quais exerce com extrema competência e zelo. Querida Eliana, gratidão!

Ao **Grupo de Mulheres Quebradeiras de Coco de Boa Vista**, na pessoa de sua Líder, **Rosa Gaspar**; aos senhores **Celso da Cruz Gaspar** e **José Maurino Batista Sena**, Presidente e Vice da Associação do Quilombo Boa Vista, respectivamente; e ao **Grupo de Jovens** do referido quilombo. Agradeço a todos pela acolhida, hospitalidade e carinho durante nossas visitas para as entrevistas e captação de imagens.

À **Conceição de Maria Silva Câmara**, pela parceria nas entrevistas e deslocamentos, pelas trocas de ideias. Foram muito gratificantes todos os momentos de aprendizado e também de descontração em dupla.

À coordenadora do ITERMA – Instituto de Terras e Colonização do Maranhão, **Anny Silva Linhares**, pela receptividade em nos conceder entrevista e possibilitar a aproximação com a comunidade de Boa Vista no evento "Cooperativismo e Empoderamento de Mulheres Amazônicas", promovido pelo Instituto em dezembro de 2022.

Aos estudantes das **Turmas 2016 e 2017**, meus colegas, pelos momentos ímpares vivenciados em turma ou fora dela. A saber:

**Alex Alberto Ferreira, Allisson Santos, Amilton Pinheiro, Edvan Barreto, Gabriel Dias, Glauceline Mesquita Almeida, Igor Carvalho, Jadiel Luz, João Carlos Amorim, Luiz Carlos Noletto, Maria do Rosário Ferreira Soares,**

**Marcos Aurélio da Silva Fontes, Maria Idalina Cunha Costa, Nayane Raquel de Oliveira, Odeth Maria Rocha, Pedro Cantanhede, Talessa Rayane Sousa de Carvalho Santos, Vanderleia Pereira Costa, Vera Lúcia Pereira de Almeida, Victor Jurandir Pinto Silva.**

Caríssimos, espero que algum dia nossos caminhos se cruzem, e de preferência, numa sala de aula – meu local favorito de estar!



## **SUMÁRIO**

<b>0 SINOPSE</b>	<b>09</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>13</b>
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>30</b>
<b>4 CONCLUSÃO</b>	<b>31</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>34</b>
<b>6 ANEXOS</b>	

## RESUMO

O documentário aqui apresentado retrata depoimentos, registros fotográficos e videográficos do cotidiano no âmbito de uma pesquisa qualitativa, através de observação e entrevistas individuais do grupo de quebradeiras de coco da Comunidade Quilombola de Boa Vista, situada no município de Rosário/MA. O documentário tem por objetivo evidenciar a importância da construção identitária de mulheres quilombolas dentro dos segmentos raça e gênero; ressaltar a relevância dessas mulheres para a manutenção e fortalecimento das comunidades remanescentes de quilombos no Maranhão; demonstrar sua importância na liderança de movimentos de resistência voltados para a defesa de seus direitos. A metodologia utilizada envolveu observação participante, realização de entrevista, pesquisa documental e levantamento bibliográfico sobre o tema. Teoricamente a pesquisa foi orientada pelas reflexões possibilitadas pelos conceitos de Feminismos Negros (Arruza, 2019; Valin, 2021; Collins, 2019; Gonzales, 2020; Ribeiro, 2021; Rodrigues, 2021; Candido, 2019), Empoderamento Feminino (Deere, 2002; Lisboa 2007; Berth, 2019), Quilombos e Territórios (Barbosa, 2005; Domingues e Gomes, 2013; Dezan, 2017; Gomes, 2018; Moura, 2021), Quilombos: identidade étnica e territorial (O'dwyer, 2002), Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra (Fiabani, 2009), Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas (Leite, 2000), Movimentos sociais das quebradeiras de coco (Araújo Junior, 2014; Barbosa, 2013). Como resultados apresenta-se sob o título "O Protagonismo de Mulheres Quilombolas do Quilombo Boa Vista - Rosário/MA", o documentário lúdico de vinte minutos e cinquenta e cinco segundos, resumido de horas de gravação, conforme pede a norma de curtas-metragens, nos possibilita concluir que as mulheres quilombolas não apenas preservam as tradições culturais ancestrais, mas também desempenham ações cruciais na liderança de movimentos sociais voltados para a promoção de melhorias em suas condições de vida, de suas famílias e da coletividade.

**Palavras-chave:** Mulheres Quilombolas; Protagonismo feminino, Quilombos

## **ABSTRACT**

The documentary presented here portrays testimonies, photographic and videographic records of daily life within the framework of a qualitative research study, through observation and individual interviews with the group of coconut breakers from the Quilombola Community of Boa Vista, located in the municipality of Rosário/MA. The documentary aims to highlight the importance of identity construction for quilombola women within the segments of race and gender; emphasize the relevance of these women for the preservation and strengthening of the remaining quilombo communities in Maranhão; and demonstrate their significance in leading resistance movements aimed at defending their rights.

The methodology used involved participant observation, conducting interviews, document research, and a literature review on the topic. Theoretically, the research was guided by reflections enabled by the concepts of Black Feminisms (Arruza, 2019; Valin, 2021; Collins, 2019; Gonzales, 2020; Ribeiro, 2021; Rodrigues, 2021; Candido, 2019), Female Empowerment (Deere, 2002; Lisboa 2007; Berth, 2019), Quilombos and Territories (Barbosa, 2005; Domingues and Gomes, 2013; Dezan, 2017; Gomes, 2018; Moura, 2021), Quilombos: Ethnic and Territorial Identity (O'dwyer, 2002), Contemporary Quilombos in Maranhão and the Struggle for Land (Fiabani, 2009), Quilombos in Brazil: Conceptual and Normative Issues (Leite, 2000), and Social Movements of the Coconut Breakers (Araújo Junior, 2014; Barbosa, 2013).

The results are presented under the title 'The Protagonism of Quilombola Women from the Boa Vista Quilombo - Rosário/MA,' a 20-minute and 55-second documentary, condensed from hours of footage in accordance with short film standards. It concludes that quilombola women not only preserve ancestral cultural traditions but also play crucial actions in leading social movements aimed at promoting improvements in the living conditions of their families and communities.

Keywords: Quilombola Women; Resistance; Protagonism; Quilombos.

## **SINOPSE**

No interior do Maranhão, mulheres de uma comunidade quilombola, mais especificamente 21 talentosas e aguerridas mulheres, se uniram sob a iniciativa e comando de sua líder, Rosa Gaspar. Transformar recursos naturais em uma fonte de renda, foi a ideia inicial para criar a cooperativa Sabor e Arte Quilombola, especializada na manufatura de produtos a partir do coco babaçu. Com isso, cravam suas histórias de resistência e sucesso, enquanto preservam a rica herança ambiental e cultural de sua região. O curta evidencia ludicamente as demandas femininas dessa comunidade rural quilombola: Boa Vista, município de Rosário –MA. É a partir dessas memórias afetivas em áudio e vídeo que a obra se constrói.

## 1 INTRODUÇÃO

Ei, Povoada é um-um nome curioso né?  
Porque a gente sempre fala de Povoada  
Em relação à Terra né?  
A Terra é povoada  
Mas, também sou terra  
A gente também é terra de povoar  
Deus te ajuda  
Deus te ajude e te livre do mal  
Te desejo tudo de bom, viu fia'? (Povoada!)  
Eu sou uma, mas não sou só, minha fia'  
Povoada  
Quem falou que eu ando só?  
Nessa terra, nesse chão de meu Deus  
Sou uma mas não sou só  
Povoada  
Quem falou que eu ando só?  
Tenho em mim mais de muitos  
Sou uma mas não sou só  
Povoada  
Quem falou que eu ando só?  
Nessa terra, nesse chão de meu Deus  
Sou uma mas não sou só  
Povoada  
Quem falou que eu ando só?  
Tenho em mim mais de muitos  
Sou uma mas não sou só  
Sou uma, mas não sou só  
Sou uma, mas não sou só  
Sou uma, mas não sou só  
Sou uma, mas não sou só  
Eu sou uma, mas não sou só, 'mermo!  
(Povoada – Sued Nunes)

Conheci o termo **Àgò** ao longo das aulas na Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Ele vem do iorubá, significa um pedido de licença para movimentos de entrada, saída, passagem, e com o qual peço licença para dar início à minha apresentação. Povoada, música de Sued Nunes, é um verdadeiro manifesto de força e união feminina, de pertencimento e identidade coletiva da Mulher.

A letra é um desafio à sociedade patriarcal que a vê sozinha, mas não percebe que ela não está. Sendo uma é ao mesmo tempo todas – todas as outras Mulheres que em conexão com a matéria e com o divino, são e sentem de igual forma, lutam pelos mesmos direitos, pelos mesmos espaços que por tanto tempo lhes foram negados. A música celebra a comunhão entre mulheres, é um hino de afirmação de identidade, de resistência e, também de valorização da comunidade e de suas ancestralidades.

---

O Quilombo Boa Vista, localizado no município de Rosário, Maranhão, é uma comunidade que guarda uma rica herança cultural e histórica. Este quilombo é fruto da resistência e luta dos afrodescendentes que, fugindo da escravidão num passado não muito distante, buscaram refúgio em áreas de difícil acesso para constituir um espaço de liberdade e preservação de suas tradições. Boa Vista é um símbolo de resistência e autonomia, refletindo a força e resiliência das populações negras que ali se estabeleceram.

A comunidade é marcada pela manutenção de práticas culturais e religiosas que foram transmitidas de geração em geração. As festas, danças, e celebrações religiosas foram componentes essenciais da vida comunitária, onde a espiritualidade e a fé desempenharam um papel central, atualmente não ocorrem mais tais festividades. A dança do coco, por exemplo, é uma manifestação cultural que envolve música, dança e religiosidade, que expressa a identidade e a união do passado do povo no Quilombola Boa Vista.

Além da preservação cultural, o quilombo de Boa Vista enfrenta desafios relacionados ao acesso a direitos fundamentais como a sua regularização fundiária, cuja solicitação deu-se desde 2018 – estando em andamento até a presente data, bem como à melhoria das condições de vida. A luta pela titulação das terras é uma das principais reivindicações da comunidade, uma vez que a

segurança da posse territorial é essencial para a sobrevivência e continuidade do quilombo. O acesso à educação, saúde e infraestrutura básica também são demandas constantes que refletem a busca por igualdade e justiça social.

O protagonismo da mulher quilombola surge então, como um tema essencial no contexto da luta por direitos e reconhecimento dentro das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Essas mulheres desempenham papéis fundamentais não apenas na preservação das tradições culturais e no sustento de suas famílias, mas também na liderança de movimentos sociais e na defesa de suas terras ancestrais. Seja na agricultura sustentável, na transmissão de conhecimentos tradicionais ou na resistência contra a violência e a discriminação, as mulheres quilombolas destacam-se pela sua resiliência e capacidade de mobilização.

Além de enfrentarem desafios históricos de exclusão e marginalização, as mulheres quilombolas enfrentam questões contemporâneas complexas, como a luta pela titularidade de terras e o impacto de políticas públicas inadequadas. Apesar desses obstáculos, muitas dessas líderes comunitárias têm conseguido promover mudanças significativas em suas comunidades, fortalecendo a autoestima e o empoderamento de outras mulheres e jovens quilombolas – fato também encontrado na comunidade em questão.

Este memorial tem como foco explicitar o trabalho de campo desenvolvido a partir de entrevistas coletadas com essas mulheres da comunidade do Quilombo Boa Vista em Rosário - MA. Assim sendo, justifica-se pelas razões a seguir:

É socialmente relevante porque coloca em destaque a importância e o peso feminino na manutenção e fortalecimento das comunidades quilombolas. Ao destacar suas histórias de resistência, mobilização e superação de adversidades históricas e contemporâneas, este estudo contribui para ampliar o reconhecimento público da contribuição dessas mulheres para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Academicamente, por preencher lacunas no conhecimento acadêmico sobre gênero, etnia e ruralidade no Maranhão. Ao investigar as experiências e as narrativas das mulheres quilombolas da comunidade do Quilombo Boa Vista em Rosário-MA, este estudo oferece diretrizes sobre como essas mulheres enfrentam e superam desafios socioeconômicos, políticos e culturais. Além

disso, contribui para a construção de uma base teórica e metodológica mais robusta no campo dos estudos quilombolas, permitindo uma compreensão maior das dinâmicas de poder e resistência nas comunidades quilombolas brasileiras.

Do ponto de vista científico, o estudo é relevante porque pode oferecer perspectivas para a formulação e implementação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. Ao analisar as estratégias de resistência e os mecanismos de empoderamento desenvolvidos por essas mulheres quilombolas, ele fornece evidências empíricas que podem embasar intervenções e programas voltados para o fortalecimento dessas comunidades. Além disso, ao documentar suas histórias e práticas, contribui para a preservação e valorização do patrimônio cultural quilombola, promovendo um diálogo intercultural e interdisciplinar que enriquece o campo de estudos sobre diversidade étnico-racial no Brasil.

A escolha da Comunidade de Boa Vista teve algumas prioridades: ser próxima a São Luís – o que facilitaria as idas e vindas no trabalho de campo; estar num contexto rural e ter a aceitação de pesquisadores em seus territórios. No decorrer das imersões em campo, com o tempo as mulheres tornaram-se mais acessíveis aos diálogos. Foram as narrativas dessas mulheres que possibilitaram a realização deste documentário etnográfico e sua perpetuação nesta escrita.



## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 FEMINISMOS NEGROS

O feminismo negro é uma vertente crucial do movimento feminista que se concentra nas experiências únicas e interseccionais das mulheres negras. Emergindo como resposta à marginalização das vozes negras dentro dos movimentos feministas dominantes, o feminismo negro busca ampliar o diálogo sobre igualdade de gênero para incluir questões de raça, classe social e outras formas de discriminação estrutural que afetam as mulheres negras de maneiras distintas (Arruza, 2019).

Historicamente, o feminismo negro tem suas raízes na luta contra a escravidão e na resistência às opressões raciais e de gênero. Pensadoras como Sojourner Truth e Anna Julia Cooper foram precursoras ao levantar questões sobre a dupla marginalização enfrentada pelas mulheres negras nos Estados Unidos durante o século XIX. Mais tarde, na década de 1970, figuras como bell hooks e Audre Lorde trouxeram o feminismo negro para o centro do debate feminista contemporâneo, criticando a exclusão das experiências das mulheres negras nos discursos feministas predominantes (Arruza, 2019).

Segundo Valin (2021, p. 12):

O feminismo negro critica o movimento feminista por homogeneizar a categoria "mulher" e elaborar sua agenda de lutas a partir das necessidades e reivindicações das mulheres brancas, de classe média, ignorando as especificidades que as mulheres negras enfrentavam em suas realidades. Esse contexto é importante para que possamos compreender o papel que Davis desempenha enquanto intelectual e pioneira no pensamento feminista negro na academia.

O feminismo negro confronta tanto o sexismo presente nas comunidades negras quanto o racismo existente nos movimentos feministas mais amplos. Ele enfatiza a necessidade de abordar a interseccionalidade das identidades de gênero e raça, reconhecendo que as mulheres negras enfrentam discriminações múltiplas e interligadas que não podem ser tratadas isoladamente. Isso abrange questões como a sub-representação nos meios de comunicação, as disparidades econômicas e as desigualdades no sistema de justiça criminal.

Além de seu impacto teórico e acadêmico, o feminismo negro também tem sido fundamental na organização de movimentos sociais e políticos que visam combater a violência racial e de gênero, promover a justiça social e ampliar o

acesso a oportunidades para as mulheres negras. Através de ativismo, arte, literatura e educação, as vozes do feminismo negro continuam a desafiar e transformar normas sociais, influenciando tanto as políticas públicas quanto a consciência cultural em direção a uma sociedade mais inclusiva e justa para todas as mulheres (Collins, 2019). O feminismo negro também se destaca por sua ênfase na solidariedade e na construção de comunidades fortalecidas entre mulheres negras. Ao contrário de abordagens individualistas, o feminismo negro valoriza a colaboração e o apoio mútuo como ferramentas essenciais para enfrentar desafios sistêmicos. Isso se manifesta em redes de apoio, organizações comunitárias e movimentos coletivos que trabalham para empoderar e defender os direitos das mulheres negras em todas as esferas da vida (Gonzales, 2020).

Um dos pilares do feminismo negro é a redefinição dos conceitos de beleza, identidade e poder. Ao questionar os padrões estereotipados e eurocêntricos de beleza e comportamento, o feminismo negro promove a celebração da diversidade e da autenticidade das vivências negras. Isso é fundamental não apenas para a autoestima individual, mas também para a construção de uma narrativa coletiva que reconheça e valorize as contribuições únicas das mulheres negras para a cultura, a política e a sociedade como um todo.

Essa vertente continua a evoluir e adaptar-se às novas realidades e desafios enfrentados pelas mulheres negras em todo o mundo. À medida que questões como a globalização, as migrações e as novas tecnologias transformam nossas sociedades, o feminismo negro continua a oferecer análises críticas e estratégias de resistência que são fundamentais para a construção de um futuro mais justo e igualitário para todas as pessoas, independentemente de raça, gênero ou origem social (Gonzales, 2020).

Além de seu impacto nas esferas políticas e sociais, o feminismo negro também tem contribuído significativamente para a academia e para o pensamento crítico. Teóricas como Kimberlé Crenshaw desenvolveram o conceito de interseccionalidade, que se tornou fundamental para entender as interações complexas entre raça, gênero e outras formas de opressão. Esta abordagem interseccional não apenas enriqueceu o debate acadêmico, mas também

informou práticas e políticas que visam abordar as desigualdades estruturais de maneira mais inclusiva (Ribeiro, 2021).

A literatura e a arte também desempenham um papel crucial no feminismo negro, oferecendo uma plataforma para expressar experiências pessoais, políticas e sociais das mulheres negras. Autoras como Toni Morrison, Alice Walker e Chimamanda Ngozi Adichie exploram temas de identidade, cultura e resistência através de suas obras, desafiando estereótipos e ampliando a compreensão pública sobre as vidas das mulheres negras. Através da escrita, da poesia, da música e outras formas de expressão artística, o feminismo negro continua a inspirar e educar, promovendo uma visão mais inclusiva e empática do mundo (Ribeiro, 2021).

Também se distingue pela sua abordagem crítica às estruturas de poder dominantes e pelo seu compromisso com a justiça social. Ao confrontar o racismo, o sexismo e outras formas de opressão, as teóricas e ativistas do feminismo negro destacam a necessidade de transformações profundas e sistêmicas. Isso inclui não apenas mudanças políticas e legislativas, mas também uma reavaliação das normas culturais e sociais que perpetuam a marginalização das mulheres negras (Rios, 2018).

Um aspecto crucial do feminismo negro é a promoção da autodeterminação e da autonomia das mulheres negras dentro de suas próprias comunidades. Isso envolve valorizar e fortalecer a liderança e a voz das mulheres negras, capacitando-as a influenciar e moldar decisões que impactam suas vidas. Movimentos como o Black Lives Matter têm sido catalisadores importantes na mobilização de ações coletivas contra a violência policial, o encarceramento em massa e outras injustiças que afetam desproporcionalmente as mulheres negras.

Assim, segundo Valin (2021, p. 24): “Apenas a partir da década de 70, com o surgimento do feminismo negro, as mulheres negras passaram a atuar em torno de suas próprias demandas e necessidades”.

Além disso, é importante estar continuamente engajado na educação e na conscientização pública sobre as questões que afetam as mulheres negras. Através de workshops, palestras, mídias sociais e outras plataformas, ativistas e acadêmicas compartilham análises críticas e perspectivas que desafiam o status quo e inspiram ações transformadoras. Este trabalho educacional é essencial

para construir alianças interseccionais e para promover um entendimento mais profundo das interseções entre raça, gênero, classe e outras formas de identidade (Rodrigues, 2021).

Ressalta a importância da solidariedade entre todos os movimentos de justiça social. Reconhecendo que as lutas contra o racismo, o sexismo, a homofobia, a xenofobia e outras formas de opressão estão interligadas, o feminismo negro promove colaborações interseccionais que fortalecem a resistência coletiva contra todas as formas de discriminação. Esta abordagem solidária e inclusiva é fundamental para a criação de um futuro em que todas as pessoas possam viver com dignidade, igualdade e respeito (Rodrigues, 2021).

Além de suas contribuições teóricas e práticas, o feminismo negro está desempenhando um papel significativo na transformação de espaços institucionais e corporativos, promovendo políticas de diversidade, equidade e inclusão. Cada vez mais, organizações e empresas estão reconhecendo a importância de abordagens interseccionais para criar ambientes de trabalho mais justos e inclusivos, nos quais as vozes e necessidades das mulheres negras são não apenas consideradas, mas valorizadas. Esse movimento não só desafia as hierarquias tradicionais, mas também fomenta um ambiente onde todas as pessoas podem prosperar livremente, independentemente de sua raça, gênero ou origem.

Além disso, continua a inspirar a próxima geração de ativistas e líderes, especialmente através da educação e do ativismo juvenil. Iniciativas educacionais que destacam a história e as contribuições das mulheres negras, assim como programas que capacitam jovens negras a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, são fundamentais para fortalecer o movimento. Ao investir no desenvolvimento e capacitação das futuras líderes, o feminismo negro assegura que sua influência e legado sejam continuados e ampliados no enfrentamento das injustiças e na promoção da igualdade em todos os níveis da sociedade (Candido, 2019).

## 2.2 EMPODERAMENTO

O empoderamento feminino é um movimento fundamental que busca equilibrar as oportunidades e direitos entre os gêneros, promovendo a autonomia

das mulheres em diversas esferas da vida. Historicamente, as mulheres enfrentaram barreiras significativas em termos de acesso à educação, emprego e participação política. O empoderamento feminino visa eliminar essas desigualdades, garantindo que as mulheres possam exercer plenamente seus direitos e capacidades, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa (Deere, 2002).

A educação desempenha um papel crucial no empoderamento feminino. Quando meninas e mulheres têm acesso a uma educação de qualidade, elas não apenas ampliam suas perspectivas de vida, mas também adquirem as habilidades necessárias para competir em condições equitativas com os homens no mercado de trabalho. Além disso, o impacto da educação feminina se estende por várias gerações, pois mães instruídas tendem a valorizar e investir na educação de seus filhos, estabelecendo um ciclo virtuoso de desenvolvimento e progresso social.

Outro aspecto crucial do empoderamento é a participação política. A presença de mulheres em cargos de liderança e em processos decisórios é essencial para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e representativas. Aumentar a participação feminina na política não apenas promove a equidade de gênero, mas também enriquece o debate político com perspectivas diversas e inovadoras. Países que incentivam a participação política das mulheres tendem a ter políticas mais abrangentes em áreas como saúde, educação e direitos humanos (Lisboa, 2007).

Além de educação e participação política, o empoderamento econômico das mulheres é vital para sua independência e capacidade de tomar decisões sobre suas próprias vidas. Promover a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, garantindo salários justos e condições dignas de trabalho, é essencial. Iniciativas de empreendedorismo feminino também desempenham um papel importante, permitindo que as mulheres criem e gerenciem seus próprios negócios. O empoderamento econômico fortalece as mulheres, não apenas individualmente, mas também contribui para o crescimento econômico geral e o desenvolvimento sustentável das comunidades e países (Lisboa, 2007).

Quando falamos sobre empoderamento, estamos nos referindo à orientação cuidadosa de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento. Este

processo envolve o reconhecimento de suas habilidades humanas, da sua história e, especialmente, uma compreensão clara da sua posição social e política, bem como um estado psicológico consciente do que acontece ao seu redor. Trata-se de estimular, de alguma forma, a aceitação das características culturais e estéticas herdadas da ancestralidade, para que, com novas informações e percepções críticas sobre si mesmos e sobre o mundo ao seu redor, possam descobrir ou criar ferramentas ou capacidades para atuar em seu meio e em prol da coletividade (Berth, 2019).

Essa é a essência do poder que se busca desenvolver no processo de empoderamento, conforme reinterpretado pelas diversas teorias do feminismo negro e interseccional. Diferente do que muitos teóricos propuseram, o conceito de empoderamento é um instrumento de emancipação política e social, e não tem a intenção de criar relações paternalistas, assistencialistas ou de dependência entre os indivíduos. Além disso, não busca estabelecer regras uniformes sobre como cada pessoa pode contribuir e atuar nas lutas dentro dos grupos minoritários (Berth, 2019). O empoderamento, portanto, visa equipar os indivíduos com uma consciência crítica e uma autovalorização que lhes permita reconhecer e utilizar suas habilidades e potencialidades em benefício próprio e da comunidade. Esse processo promove a autoaceitação e o reconhecimento das características culturais e estéticas que são parte de sua herança, incentivando um senso de identidade fortalecido e uma capacidade ampliada de intervenção social e política (Berth, 2019).

O empoderamento é um caminho de emancipação que fortalece a autonomia e a capacidade de ação dos indivíduos, permitindo que se tornem agentes ativos em suas comunidades e na sociedade em geral. Esse conceito, amplamente discutido e desenvolvido pelas teorias do feminismo negro e interseccional, procura romper com padrões de dependência e assistencialismo, promovendo uma participação crítica e consciente na luta por igualdade e justiça social (Berth, 2019).

É claro que o processo de empoderamento está intimamente ligado ao fortalecimento social proporcionado pelo dinheiro e pelo capital. Excluir grupos explorados dos confortos e benefícios do capitalismo tem sido uma estratégia de dominação e supressão da mobilidade social por séculos. Durante a escravidão,

os escravizados raramente tinham a oportunidade de acumular capital de maneira significativa; na melhor das hipóteses, alguns poucos conseguiam comprar suas alforrias. No entanto, mesmo quando legalmente possível comprar a liberdade, era crucial garantir que as riquezas não chegassem às mãos daqueles que as produziam, pois isso comprometeria a exploração da mão de obra, que era a base para a acumulação de riquezas.

Após a abolição, especialmente durante o processo de industrialização, essa lógica persistiu. Houve um incentivo à imigração europeia, que assumiu os postos de trabalho, mas a exploração da mão de obra negra continuou, agora sob uma nova forma. Com uma fachada social que aparentemente cumpria as novas leis que proibiam a escravidão, a exploração continuou. Os trabalhadores negros recebiam um "salário" ou seus serviços eram "remunerados", mas esse pagamento era, na verdade, apenas o suficiente para garantir alimentação básica e um lugar para dormir (Berth, 2019). Essa prática de remuneração mínima mascarava a continuidade da exploração. A história, muitas vezes, não enfatiza que esses pagamentos visavam apenas manter os trabalhadores vivos e aptos para continuar trabalhando, sem permitir qualquer acúmulo de capital ou melhoria significativa de suas condições de vida. Esse modelo manteve os trabalhadores negros em uma posição de vulnerabilidade econômica, perpetuando a desigualdade social. Portanto, o empoderamento verdadeiro exige a ruptura com essas práticas históricas de exploração e a criação de condições para que todos possam ter acesso ao capital e às oportunidades de ascensão social. Isso inclui políticas de inclusão econômica que assegurem uma distribuição mais justa das riquezas e permitam que grupos historicamente explorados possam usufruir plenamente dos benefícios do desenvolvimento econômico (Berth, 2019).

## 2.3 QUILOMBOS E TERRITÓRIO

### 2.3.1 Quilombos: resistência ao escravismo

Os quilombos, comunidades formadas por pessoas que fugiam da escravidão no Brasil, são um símbolo poderoso de resistência e resiliência contra o sistema escravista colonial. Surgiram como refúgios onde escravizados escapavam da brutalidade e da opressão, buscando liberdade e autonomia. Os

quilombolas, como eram conhecidos os habitantes desses quilombos, criaram sociedades autossuficientes, baseadas em princípios de igualdade, solidariedade e coletividade, desafiando a ordem escravista vigente. O mais famoso desses quilombos, o Quilombo dos Palmares, localizado na região que hoje é o estado de Alagoas, resistiu por quase um século às investidas das tropas coloniais, simbolizando a luta contínua pela liberdade (Barbosa, 2005).

Dentro dos quilombos, os moradores conseguiram recriar e preservar suas culturas africanas, mantendo vivas suas tradições, religiões, idiomas e modos de vida. Essa manutenção cultural serviu como uma resistência simbólica contra o apagamento de suas identidades étnicas e culturais imposto pelo sistema escravista. Os quilombos atuavam como verdadeiros centros de cultura e resistência, onde as tradições africanas eram mantidas e adaptadas ao novo contexto. Essa resistência cultural foi fundamental para fortalecer a identidade dos quilombolas e garantir a continuidade de suas tradições ao longo das gerações.

A organização social dos quilombos era marcada por um forte senso de comunidade e cooperação. As decisões eram tomadas coletivamente, e os recursos eram compartilhados de maneira a garantir a sobrevivência e o bem-estar de todos os membros. Esse modelo de sociedade contrastava fortemente com a estrutura hierárquica e opressiva do sistema escravista, mostrando uma alternativa de vida baseada na igualdade e na solidariedade. Os quilombos não apenas ofereciam refúgio físico, mas também criavam um espaço de reconstrução social, onde os ex-escravizados podiam viver dignamente e reconstruir suas vidas em liberdade (Dezan, 2017).

Ademais, segundo Domingues e Gomes (2013, p. 07):

No campo da história – do passado e do presente – várias questões foram colocadas. Uma das primeiras: onde existiram os quilombos no Brasil – além de Palmares que todo mundo já ouviu falar? Considerando a vastidão das experiências históricas – no tempo e espaço – talvez fosse melhor perguntar onde não houve quilombos. A escravidão – indígena e africana – pontilhou toda a América Portuguesa e depois o Império Brasileiro. Como a legislação colonial e depois a imperial definiu os quilombos? Com algumas especificidades regionais, os quilombos foram definidos como agrupamentos de 2 a 3 negros fugidos. Qual seja, não eram definidos exclusivamente pelo número de habitantes (tipo mais de 10, 50 ou 100 por exemplo) ou por uma organização social. Era, portanto, uma definição bem flexível em termos das experiências históricas.



Assim, a resistência dos quilombos teve um impacto duradouro na história do Brasil. Eles são uma prova da capacidade de resistência e da luta pela liberdade dos africanos e afro-brasileiros escravizados. Hoje, os quilombos e suas histórias são reconhecidos como parte importante do patrimônio cultural e histórico do Brasil. A luta dos quilombolas continua a inspirar movimentos contemporâneos de direitos humanos e justiça social, servindo como um lembrete poderoso de que a resistência à opressão e a luta pela igualdade são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Dezan, 2017).

A presença contínua dos quilombos na memória coletiva e na história brasileira sublinha a importância da resistência ativa contra sistemas opressivos. Ao longo de séculos, os quilombolas não apenas sobreviveram, mas também prosperaram, desenvolvendo estratégias de defesa e adaptação que os permitiram resistir às constantes ameaças externas. Táticas de guerrilha, profundo conhecimento do território e a formação de redes de apoio com outras comunidades foram fundamentais para manter essas sociedades livres. Os quilombos são um exemplo claro de como a organização comunitária e a resistência estratégica podem desafiar sistemas de opressão profundamente arraigados.

Além do Quilombo dos Palmares, muitos outros quilombos espalharam-se pelo território brasileiro, cada um com suas particularidades e histórias de resistência. Essas comunidades, embora menos conhecidas, desempenharam papéis cruciais na luta contra a escravidão. A diversidade dos quilombos reflete a diversidade das experiências africanas no Brasil, com cada quilombo desenvolvendo suas próprias práticas sociais, econômicas e culturais. Eles variavam em tamanho e estrutura, mas compartilhavam o objetivo comum de viver livremente e em paz, longe das garras dos senhores de escravos. Essas comunidades representam uma das mais significativas formas de resistência coletiva da diáspora africana no continente americano (Gomes, 2018).

Hoje, a herança dos quilombos continua a influenciar a luta por direitos e reconhecimento das comunidades afro-brasileiras. A Constituição de 1988 reconheceu oficialmente os territórios quilombolas, garantindo-lhes direitos de

posse das terras que ocupam. No entanto, a implementação desses direitos enfrenta desafios contínuos, com muitas comunidades quilombolas ainda lutando pelo reconhecimento formal e pela proteção de suas terras. A história dos quilombos, portanto, não é apenas uma recordação do passado, mas uma luta viva e em curso, que destaca a importância da resistência e da solidariedade na busca por justiça social. As comunidades quilombolas modernas continuam a lutar pela preservação de suas culturas, pelo direito à terra e pela igualdade, mantendo viva a chama da resistência iniciada por seus ancestrais (Gomes, 2018).

No Brasil, ao longo de todo o período escravista, os quilombos deixaram uma marca indelével, estendendo-se por praticamente todas as regiões do país. Com a expansão do sistema escravista, surgiram formas de resistência que se tornaram fundamentais como oposição a esse modelo de sociedade. Atualmente, assistimos a uma revisão da história social do Brasil, especialmente no que diz respeito à relevância dos quilombos na dinâmica da sociedade brasileira. Assim, os quilombos emergem como símbolos nacionais de resistência contra a escravidão e as condições desumanas enfrentadas pelos escravizados.

Os quilombos representaram uma forma coletiva de protesto e resistência, embora o alcance dessa resistência e sua capacidade de promover uma nova ordem social sejam temas de debate. Independentemente disso, assim como em outros países onde o escravismo moderno existiu, a revolta dos escravizados no Brasil foi uma realidade incontestável. Para entender a extensão da resistência escrava, é importante reconhecer que os quilombos foram apenas uma das muitas formas de oposição. Além dos quilombos, houve também assassinatos de senhores, feitores e capitães-do-mato, suicídios, fugas individuais, guerrilhas e insurreições urbanas ao longo de todo o período escravista (Moura, 2021).

Os quilombos se destacaram como a unidade fundamental de resistência dos escravizados. Essas comunidades não apenas ofereciam um refúgio seguro para aqueles que fugiam da escravidão, mas também constituíam sociedades autônomas que confrontavam diretamente a ordem escravista. A presença dos quilombos é uma evidência da contínua luta dos negros escravizados por liberdade e dignidade, marcando um capítulo crucial na história de resistência contra a opressão no Brasil.

A existência e a resistência dos quilombos também ilustram a capacidade de organização e adaptação dos escravizados em face das adversidades extremas. Além de serem centros de resistência armada, os quilombos muitas vezes desenvolviam sistemas agrícolas sustentáveis e estabeleciam laços comerciais com outras comunidades livres e até mesmo com áreas urbanas. Essa autonomia econômica e social não apenas fortalecia sua resistência contra a escravidão, mas também contribuía para a preservação de suas culturas e tradições, que continuam a inspirar movimentos de justiça social e igualdade até os dias de hoje.

Em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Goiás, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, e em todas as regiões onde o trabalho escravo se estabelecia, surgiam quilombos ou mocambos de negros fugidos. Esses quilombos ofereciam resistência, lutando e enfraquecendo as forças produtivas escravistas através de ações militares e do resgate de escravizados das fazendas. Esse resgate representava, do ponto de vista econômico, uma subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial (Moura, 2021).

Embora os quilombos não tivessem necessariamente um projeto de nova ordenação social que pudesse substituir o sistema escravista, eles possuíam o potencial e o dinamismo para desgastar esse sistema. A presença e a ação dos quilombos criavam elementos de crise permanente na estrutura escravista, desafiando continuamente sua estabilidade e eficácia. Dessa forma, os quilombos atuavam como uma força de resistência significativa. Através de suas ações, eles minavam a capacidade dos senhores de manter o controle total sobre suas forças produtivas, contribuindo para o desgaste gradual do sistema escravista e evidenciando a busca incessante dos negros por liberdade e dignidade (Moura, 2021).

### **2.3.2 Quilombos: identidade étnica e territorial**

Até recentemente, o termo quilombo era usado quase exclusivamente por historiadores e especialistas, que, através da documentação disponível ou inédita, buscavam construir novas abordagens e interpretações sobre a história

do Brasil como nação. No entanto, com a Constituição Brasileira de 1988, o termo quilombo ganhou uma significação atualizada ao ser incluído no artigo 68º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Este artigo conferiu direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, assegurando-lhes a titulação definitiva pelo Estado brasileiro (O'dwyer, 2002)

Dessa forma, quilombo ou remanescente de quilombo, termos que agora conferem direitos territoriais, permitem "através de várias aproximações, desenhar uma cartografia inédita na atualidade, reinventando novas figuras do social" (Revel 1989,7). Como esses termos não designam indivíduos, grupos ou populações no contexto atual, o uso deles na Constituição Federal levanta a questão: quem são os chamados remanescentes de quilombos que têm seus direitos reconhecidos pelo dispositivo legal. Pode parecer paradoxal que os antropólogos, que se distanciaram da historiografia ao definir seu campo de estudos com um corte sincrônico no "presente etnográfico", tenham sido colocados no centro dos debates sobre a conceituação de quilombo e sobre a identificação daqueles qualificados como remanescentes de quilombos, para fins de aplicação do preceito constitucional. Esta situação destaca a importância da antropologia na interpretação e aplicação contemporânea dos direitos garantidos pela Constituição aos remanescentes de quilombos (O'dwyer, 2002).

Os antropólogos, através da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), fundada em 1955, desempenharam um papel crucial ao questionar noções baseadas em julgamentos arbitrários, como a de remanescente de quilombo. Eles destacaram a necessidade de entender os fatos a partir da perspectiva dos próprios grupos sociais que buscam assegurar os direitos garantidos pela Constituição Federal. Em 1994, o Grupo de Trabalho da ABA sobre Terra de Quilombo expressou essa visão em um documento que define alguns parâmetros de atuação nesse campo. Segundo esse documento, "o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Embora tenha um conteúdo histórico, o termo vem sendo ressignificado para designar a situação atual dos segmentos negros em diversas regiões e contextos do Brasil." (O'DWYER, 2002).

Atualmente, o termo quilombo não se refere a vestígios arqueológicos de ocupação temporária nem a provas biológicas. Não se trata de grupos isolados ou de uma população homogênea. Além disso, os quilombos nem sempre surgiram a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes; muitas vezes foram formados por comunidades que desenvolveram práticas cotidianas de resistência para preservar e perpetuar seus modos de vida distintos e consolidar um território próprio. A ocupação dessas terras geralmente ocorre de maneira coletiva, com o uso comum predominante. As atividades econômicas seguem a sazonalidade, como a agricultura e o extrativismo, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos recursos naturais, fundamentadas em laços de parentesco e vizinhança, baseadas em relações de solidariedade e reciprocidade.

Essa nova compreensão permite uma visão mais ampla e inclusiva da realidade dos quilombos, reconhecendo a complexidade e a diversidade das experiências e práticas desses grupos. A redefinição do termo quilombo reflete a evolução do entendimento sobre os direitos territoriais e culturais dos remanescentes, alinhando-se com os princípios de justiça social e reconhecimento da identidade e história das comunidades negras no Brasil (O'dwyer, 2002).

### **2.3.3 Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra**

No Maranhão, formaram-se diversos quilombos notáveis. Entre eles, destacam-se os quilombos de São Bendito do Céu, Limoeiro e São Sebastião, no vale do Turiaçu; o quilombo de Lagoa Amarela, em Chapadinha, além de muitos outros menores, principalmente nas regiões dos vales do Turiaçu e do Itapecuru, nas matas de Codó, do Mearim e na Baixada Maranhense. Pequenos grupos de quilombolas estabeleciam-se nas proximidades das fazendas, apropriando-se dos víveres necessários para sua sobrevivência, com a colaboração dos cativos (Fiabani, 2009).

Antes mesmo da Abolição, em 1888, a Província do Maranhão começou a introduzir trabalhadores livres. Entre 1852 e 1856, chegaram 887 imigrantes, e em 1877, o Maranhão recebeu um número significativo de cearenses afetados

pela seca. As autoridades distribuíram esses trabalhadores em regiões estratégicas na fronteira, utilizando-se dos trabalhos de desmatamento e das roças mantidas pelos quilombolas. Esses quilombos foram mencionados na historiografia com base nas fontes deixadas principalmente pelos repressores. É provável que muitos outros mocambos não descobertos tenham permanecido livres até a Abolição, evidenciado pelo grande número de comunidades negras contemporâneas na região (Fiabani, 2009).

Com a chegada dos camponeses pobres, expulsos pela seca, formou-se gradualmente um segmento do campesinato maranhense que ocupou terras devolutas ainda não trabalhadas. Segundo Manoel Correia de Andrade, esse fenômeno ocorreu em outras áreas de baixa densidade populacional, como Maranhão, Piauí e oeste da Bahia, onde muitos posseiros se estabeleceram em terras devolutas, sobrevivendo do cultivo da mandioca e do arroz, da caça, da pesca e da coleta. A formação desses quilombos e a ocupação das terras por trabalhadores livres e posseiros são indicativas das complexas dinâmicas sociais e econômicas do Maranhão durante e após o período escravista. Essas comunidades de resistência não apenas sobreviviam, mas também contribuíam para a formação de novas estruturas sociais que desafiavam e subvertiam o sistema opressor, criando um legado de luta e resiliência que persiste até hoje (Fiabani, 2009).

Os quilombolas maranhenses que conseguiram manter sua liberdade sobreviveram nas matas entre os rios Turi e Gurupi, e nas regiões das matas do Codó e do Mearim, graças às condições ecológicas favoráveis e às relações estabelecidas com setores da sociedade escravista. Estes forneciam bens materiais e informações cruciais para as comunidades mocambeiras, oferecendo uma forma de "proteção" que muitas vezes priorizava a produção quilombola em detrimento da reescravização. (Fiabani, 2009).

Após a Abolição, a população negra livre passou a ocupar terras abandonadas, doadas ou devolutas, buscando se distanciar das práticas expropriadoras de capitalistas, fazendeiros e especuladores. De acordo com Manuel Correia de Andrade, em "Lutas camponesas no Nordeste", esses trabalhadores se estabeleceram principalmente nas matas, vivendo de forma

autossuficiente e sem uso de dinheiro (Fiabani, 2009).

Ao analisar a formação do campesinato maranhense, observamos que descendentes de populações nativas, negros libertos, ex-quilombolas, e cearenses/piauienses pobres de diversas etnias formaram comunidades que ocuparam predominantemente terras devolutas. Mais tarde, essas terras foram alvo de grilagem, invasões e tomadas das comunidades negras (Fiabani, 2009).

No início do século XX, um novo contingente de cearenses e piauienses se juntou aos camponeses pobres, estabelecendo-se definitivamente nas terras livres do Maranhão. Hoje, é comum encontrar camponeses maranhenses com forte ascendência afro ocupando as chamadas "terras de preto", que foram entregues, doadas ou adquiridas, formalmente ou não, durante a decadência das grandes fazendas monocultoras. Essas áreas foram inicialmente ocupadas pela população negra que sobreviveu após a Abolição e serviram como base para a formação de comunidades que, em muitos casos, ainda habitam essas terras hoje (Fiabani, 2009).

#### 2.4 OS QUILOMBOS NO BRASIL: questões conceituais e normativas.

Os quilombos no Brasil são um fenômeno histórico e social que simboliza a resistência e a preservação cultural das comunidades negras frente ao sistema escravocrata. O termo quilombo conceitualmente refere-se a comunidades formadas por descendentes de africanos escravizados que fugiram das fazendas e se estabeleceram em áreas remotas, frequentemente em locais de difícil acesso, como matas, montanhas e várzeas. Esses grupos desenvolveram estratégias autônomas de sobrevivência, preservando práticas culturais, religiosas e econômicas próprias, muitas vezes desafiando diretamente o regime escravista então vigente. Nesse sentido:

Somos cidadãos e cidadãs e como tais temos direito a tudo que os demais grupos já usufruem na sociedade. Sabemos que a cidadania só será um fato quando nós, nossos filhos e netos tivermos terra legalizada e paz para trabalhar, condições para produzir na terra; um sistema de educação que acabe com o analfabetismo e respeite nossa cultura negra; assistência à saúde e prevenção às doenças e um meio ambiente preservado da ganância dos fazendeiros e grileiros que destroem nossas florestas e rios. Não temos esses direitos assegurados, portanto, não somos reconhecidos como cidadãos! O I ENCONTRO NACIONAL DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS, o único acontecimento do gênero realizado na história do Brasil, não poderia, neste momento em que celebramos os 300 anos da imortalidade de

Zumbi dos Palmares, deixar de apresentar ao Presidente da República nossas dificuldades para existir enquanto povo e as soluções que compete ao atual governo dar como resposta. Senhor Presidente, o que reivindicamos é muito pouco diante da contribuição que temos dado para a construção do Brasil.<sup>1</sup>

Do ponto de vista normativo, a Constituição Brasileira de 1988 reconhece e garante direitos territoriais aos remanescentes de quilombos. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece que "serão demarcadas as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, para garantir sua propriedade definitiva". Essa legislação visa reparar historicamente as injustiças sofridas pelas comunidades quilombolas ao longo dos séculos de exploração e marginalização (Leite, 2000).

No entanto, a aplicação prática desses direitos enfrenta desafios significativos, como disputas territoriais, dificuldades burocráticas na titulação das terras e resistência de setores interessados na exploração econômica das áreas reivindicadas. Além disso, questões conceituais sobre o que define um quilombo contemporâneo também são debatidas, levando em consideração aspectos históricos, culturais e socioeconômicos das comunidades (Leite, 2000).

Atualmente, há um esforço contínuo de organizações da sociedade civil, movimentos sociais e acadêmicos para ampliar o reconhecimento e fortalecer os direitos das comunidades quilombolas. Isso inclui a defesa de políticas públicas efetivas que garantam não apenas a titularidade das terras, mas também o apoio ao desenvolvimento sustentável dessas comunidades, respeitando suas práticas tradicionais e promovendo sua autonomia e inclusão social. A trajetória dos quilombos no Brasil reflete não apenas a luta por justiça histórica, mas também a busca por reconhecimento pleno da cidadania e dos direitos humanos das populações afrodescendentes no país (Leite, 2000).

Além das questões conceituais e normativas, os quilombos no Brasil são fundamentais para a compreensão da história e da identidade afro-brasileira. São símbolos de resistência cultural e territorial que atravessam séculos de opressão e marginalização. A formação dessas comunidades remonta ao período colonial, quando africanos escravizados fugiam das condições brutais das plantações e buscavam refúgio em áreas remotas e de difícil acesso. Esses locais não apenas proporcionavam proteção



contra a perseguição dos senhores de escravos e das autoridades coloniais, mas também permitiam a preservação das tradições culturais, religiosas e linguísticas trazidas da África (Leite, 2000).

No contexto contemporâneo, o reconhecimento legal dos territórios quilombolas representa um avanço significativo na garantia dos direitos humanos e na reparação histórica das injustiças cometidas contra essas comunidades. No entanto, a efetivação desses direitos enfrenta obstáculos como a lentidão nos processos de demarcação e titulação das terras, conflitos fundiários com fazendeiros e empresas agropecuárias, além da falta de políticas públicas adequadas para o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioeconômica das populações quilombolas (Leite, 2000).

É crucial reconhecer que os quilombos não são apenas vestígios do passado, mas sim, comunidades dinâmicas e ativas que continuam a contribuir significativamente para a diversidade cultural e social do Brasil. Suas práticas de gestão ambiental, formas coletivas de organização e expressões culturais são patrimônios que enriquecem a sociedade brasileira como um todo. Portanto, a proteção e o fortalecimento dos quilombos são não apenas um imperativo de justiça social, mas também uma oportunidade para valorizar e preservar a riqueza da herança afro-brasileira para as atuais e futuras gerações.

## 2.5 MOVIMENTOS SOCIAIS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO

Os movimentos sociais das quebradeiras de coco são iniciativas de resistência e luta por direitos que surgiram a partir da organização das mulheres trabalhadoras rurais que vivem da coleta e beneficiamento do coco babaçu, predominante na região amazônica e em parte do cerrado brasileiro. Essas comunidades, majoritariamente compostas por mulheres negras e indígenas, enfrentam desafios históricos como a exploração desigual da terra e a falta de acesso a recursos básicos. Historicamente, as quebradeiras de coco têm sido atores fundamentais na defesa do meio ambiente, pois praticam uma forma sustentável de extrativismo vegetal. Além disso, são guardiãs de saberes ancestrais sobre o manejo e uso do babaçu, uma palmeira que oferece não apenas óleo alimentar e industrial, mas também fibras e cascas utilizadas na produção de artesanatos e construção civil.

A luta dessas mulheres não se limita à valorização econômica de seu

trabalho, mas também à conquista de direitos sociais, como acesso à saúde, educação, infraestrutura básica e reconhecimento legal das terras que tradicionalmente ocupam (Araújo Junior, 2014).

A mobilização das quebradeiras de coco inclui a criação de cooperativas, associações e redes de solidariedade para fortalecer suas demandas coletivas e garantir a sustentabilidade de suas práticas culturais e ambientais. Apesar dos avanços alcançados, as quebradeiras de coco continuam enfrentando desafios significativos, como o desmatamento, a monocultura e os impactos das mudanças climáticas, que ameaçam diretamente seu modo de vida e subsistência. Portanto, o reconhecimento e o apoio contínuo aos movimentos sociais das quebradeiras de coco são essenciais não apenas para a promoção da justiça social e ambiental, mas também para a preservação da diversidade cultural e da biodiversidade nas regiões onde atuam (Araújo Junior, 2014).

Além de sua contribuição para a preservação ambiental e para a economia local, os movimentos sociais das quebradeiras de coco destacam-se pela sua capacidade de empoderamento feminino e pela defesa dos direitos das trabalhadoras rurais. Essas mulheres enfrentam condições de trabalho árduas e muitas vezes desumanas, sendo frequentemente marginalizadas e exploradas pelo sistema econômico dominante. A organização em movimentos sociais não apenas fortalece sua voz coletiva, mas também amplia sua capacidade de negociação e resistência frente às injustiças sociais e ambientais que enfrentam (Araújo Junior, 2014).

Uma das principais reivindicações dos movimentos das quebradeiras de coco é o reconhecimento e a titulação das terras que ocupam ancestralmente. Muitas dessas comunidades enfrentam conflitos fundiários e estão constantemente ameaçadas por grilagem de terras, o que coloca em risco não apenas suas práticas tradicionais de subsistência, mas também a sua sobrevivência como grupos étnicos e culturais distintos. Assim, a luta pelo reconhecimento territorial é essencial para assegurar não apenas a segurança jurídica das comunidades, mas também a continuidade de suas tradições e modos de vida sustentáveis.

Além das questões econômicas e territoriais, os movimentos das quebradeiras de coco também enfatizam a importância da educação e da saúde para suas comunidades. Muitas vezes, essas mulheres enfrentam barreiras significativas no acesso a serviços básicos como saúde e educação de qualidade, devido ao isolamento geográfico e à negligência governamental. A organização comunitária busca não apenas suprir essas lacunas, mas também promover a conscientização sobre direitos humanos, ambientais e de gênero entre as quebradeiras e suas famílias (Barbosa, 2013).

Os movimentos das quebradeiras de coco destacam-se como exemplos de resistência cultural e ambiental em um contexto de crescente pressão econômica e ambiental sobre os recursos naturais. Ao promoverem práticas sustentáveis de manejo do babaçu e ao defenderem seus direitos coletivos, essas mulheres não apenas lutam por melhores condições de vida no presente, mas também pavimentam um caminho para um futuro mais justo e equitativo para as gerações futuras nas regiões onde atuam (Barbosa, 2013).

### **3 METODOLOGIA**

A metodologia utilizada foi a qualitativa, combinando observação participante e entrevistas com os sujeitos, aliada a narrativas biográficas.

As atividades para este documentário iniciaram em parceria com Maria da Conceição Silva Câmara (discente de mestrado da UFMA, em pesquisa sobre regularização fundiária), a partir de uma entrevista com a coordenadora do ITERMA, Anny Silva Linhares – arquivo virtual com cinquenta páginas, anexo.

O trabalho de campo teve início em 21/10/2022 e encerrou-se em 18/12/2023 (arquivo dos registros fotográficos em anexo).

**21/10/2022** – Participação do evento do ITERMA, com Conceição de Maria Silva Câmara;

**21/11/2022** – Visita realizada com Conceição de Maria Silva Câmara, entrevista com o grupo de jovens da comunidade;

**02/12/2022** – Visita realizada com os professores Cidinalva Câmara e Sávio Dias, conversa informal sobre planos de parceria UFMA/Comunidade;

**10/12/2022** – Visita realizada com os professores Cidinalva Câmara e

Tatiane Silva Sales, participação de três turmas da LIESAFRO em aula de campo;

**18/03/2023** – Visita realizada com Conceição de Maria Silva Câmara, dinâmica realizada pela psicóloga Sandra Araújo junto às mulheres quilombolas;

**18/12/2023** – Visita realizada com Conceição de Maria Silva Câmara, registro da coleta de cocos pelas mulheres quilombolas;

A demora na conclusão foi devido a dificuldades de conciliar tempo livre das mestranda e graduanda à disponibilidade das mulheres da comunidade, bem como aos escassos recursos materiais.

A captação de imagens e som foi efetuada com Câmera Digital Canon Slr; quando por falta de espaço físico desta, com aparelho celular Iphone 12; e cessão de arquivos da própria comunidade, que incluiu tomadas do programa Maranhão Rural. Edição de som e imagem realizada por **Cinaldo Oliveira**, cinegrafista e fotógrafo do MAVAM – Museu de Memória Audiovisual do Maranhão. O documentário tem 20' e 55”.

Como não poderia deixar de ser, durante esse processo houve uma especial aproximação de cunho afetivo com as mulheres da comunidade, sendo que as entrevistadas selecionadas foram: **Rosa Gaspar, Jessica Moreira, Maria do Rosário Santos Paixão, Josehide da Conceição Barbosa e Maria de Jesus Ferreira Cantanhede**, com participações especiais de **José Maurino Batista Sena e Celso da Cruz Gaspar**. Cabe ressaltar que as falas e nomes das pessoas da comunidade foram autorizados na construção desta narrativa.

#### **4 CONCLUSÃO**

A importância do Quilombo Boa Vista vai além de seu valor histórico e cultural, representando um exemplo vivo de resistência e identidade afro-brasileira. O reconhecimento e apoio a comunidades como esta são cruciais para a valorização da diversidade cultural do Brasil e para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A preservação do quilombo e o fortalecimento de suas tradições são formas de honrar a memória dos antepassados e assegurar um futuro digno para as gerações presentes e futuras.

O cotidiano da comunidade é também um exemplo de sustentabilidade e harmonia com o meio ambiente, desenvolvendo práticas agrícolas tradicionais

que respeitam os ciclos naturais e utilizam técnicas ancestrais de cultivo, garantindo a subsistência e preservação dos recursos naturais. A agricultura familiar, a pesca artesanal e o extrativismo são atividades econômicas que sustentam a comunidade e reforçam o vínculo com a terra e os recursos naturais. Esse modo de vida sustentável reflete um conhecimento profundo do ecossistema local e uma relação de respeito e cuidado com a natureza.

Boa Vista, assim como outros quilombos do Brasil, enfrenta o desafio de garantir a continuidade de suas tradições diante das pressões externas e das mudanças socioeconômicas. A globalização e a urbanização apresentam novas ameaças e oportunidades para a comunidade. No entanto, a união e a resistência dos moradores são fundamentais para manter viva a identidade quilombola.

No decorrer da pesquisa o questionamento chave foi sobre o que significava ser uma “Mulher Quilombola”, dentre outros. Observa-se que o conceito é bem aceito, até com orgulho, e que não há mais uma condição de subalternidade atrelada ao termo, o que havia até num passado recente, segundo suas declarações.

Através da cooperativa chamada Sabor & Arte Quilombola, criada para manufaturar produtos do babaçu sob a liderança de Rosa Gaspar, as Quebradeiras de Coco têm participado de programas estaduais como o PROCAF - Programa de Compras da Agricultura Familiar, de feiras agrícolas, fomentado projetos de turismo comunitário, trazendo cada vez mais a valorização da comunidade local em parcerias com o governo do estado, do município, parcerias com SEBRAE, SENAR, o próprio ITERMA e organizações de direitos humanos. Essas estratégias muito têm contribuído para o fortalecimento do Quilombo Boa Vista, promovendo o desenvolvimento sustentável e a inclusão social e étnica, sem perder de vista a preservação cultural e histórica que define a comunidade. Isto só vem enfatizar a força e o poder que as Mulheres Quilombolas Quebradeiras de Coco de Boa Vista têm de resistir aos preconceitos raciais, de superar desafios históricos de exclusão, misoginia e de se reinventarem econômica e socialmente.

Todos esses aspectos foram observados durante o período de imersão que resultou num lúdico documentário de vinte minutos e cinquenta e cinco

segundos, sob o título “O Protagonismo de Mulheres Quilombolas do Quilombo Boa Vista - Rosário /MA”,

Trata-se de uma história de sucesso, indubitavelmente, pois essas Mulheres tornaram-se empreendedoras, protagonistas de suas vidas, de seus territórios. O “ser protagonista” significa que podem ser e são DONAS DE SUAS ESCOLHAS. Foi essa força do sagrado feminino percebida na música de Sued que se viu nas Mulheres Quebradeiras de Coco do Quilombo Boa Vista e por isso colocada na introdução deste trabalho. Que sirva de exemplo e incentivo especialmente àquelas que buscam reconhecer e celebrar a riqueza de suas histórias individuais e coletivas.

A escrita, apesar de ser uma das mais importantes dimensões de poder pela qual o racismo tem se perpetuado – a negação do acesso à escola é um dos meios utilizados para que mulheres e homens negros sejam excluídos – hoje ela também serve para eternizar histórias, culturas e saberes, foi o que se buscou trazer neste memorial.

## 5 REFERÊNCIAS

ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T., FRASER, N. **Feminismo para os 99%**. Tradução Heci, 2019.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger de; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos da Cunha. **A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão**. Sequência, Florianópolis, v. 1, n. 68, p.129-157, 01 mar. 2014

AYRES JUNIOR, José Costa. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do médio Mearim Maranhense**. 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Desenvolvimento Regional Urbano, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-sc, 2007.

BARBOSA, Paulo Corrêa. **Quilombos – Espaço de resistência de homens e mulheres negros** / Schuma Schumacher (Coord.) Editora: MEC/SECAD. Edição: 1. Edição. 2005.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do Babaçu: Gênero, materialismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. 267 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História, História Geral, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Disponível em: <https://www2.unifap.br/neab/files/2021/01/Empoderamento-Feminismos-Plurais-Joice-Berth.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

CANDIDO MR, Feres Júnior J. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. **Revista Estudos Feministas**. 2019

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias, 1 ed., São Paulo: Boitempo, 2019. 493 p

DEZAN, Thiago. GONÇALVES, Juliana. **Em pleno século XXI, quilombolas ainda têm que lutar por direitos básicos**. The Intercept Brasil, 2017.

DEERE, C.D.; LÉON, M. **O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio. **Histórias dos quilombos e memórias dos quilombolas no Brasil: revisitando um diálogo ausente na lei 10.639/03**. 2013. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/download/187/183>. Acesso em: 26 jun. 2024.

Fiabani, Adelmir. **Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra.** Disponível em: [https://estudioshistoricos.org/edicion\\_2/adelmir\\_fiabani.pdf](https://estudioshistoricos.org/edicion_2/adelmir_fiabani.pdf). Acesso em: 17 jun. 2024.

GONZALEZ. L. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Organização Flávia Rios, Márcia Lima. 1º ed., Rio de Janeiro: Zarzar, 2020. 375 p.

GOMES, Flávio dos Santos. **Quilombos/remanescentes de quilombos.** In: Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos/Organização: Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes (Orgs.) - 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras. 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no brasil: questões conceituais e normativas.** Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_04/N2/Vol\\_iv\\_N2\\_333-354.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

LISBOA, T.K. **Empoderamento de mulheres e participação na gestão de políticas públicas,** 2007.

MOURA, Clovis. **QUILOMBOS resistência ao escravismo.** Disponível em: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/download/55/45/283-1?inline=1>. Acesso em: 17 jun.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Os Quilombos e a Prática Profissional dos Antropólogos.** Disponível em: <http://laced3.hospedagemdesites.ws/laced/arquivos/ElianeOdwyer%20Introdu%C3%A7%C3%A3o%20Livro%20Quilombos.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

RIBEIRO, M. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa.** Ponta Grossa, v. 17, p. 1-18. nov. 2021.

RIOS, Flavia; MACIEL, Regimeire. **Feminismo negro em três tempos: mulheres negras, negras jovens ativistas e feministas interseccionais.** Labrys, Brasília, n. 1, p. 120-140, 2018.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. **Revista Brasileira de Ciência Política,** Brasília, n. 34, p. 1-54, 2021.

VALIN, Isabela Duarte. **Angela Davis: a intelectualidade feminista negra nos Estados Unidos de 1960 a 2018.** 2021. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pghis/DissertacaolsabelaValin.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

#### **ANEXOS (virtuais):**

- 1 Entrevista Coordenadora do ITERMA**
- 2 Entrevista Jovens da Comunidade Boa Vista**
- 3 Fotografias das visitas de campo**



## **Transcrição efetuada por Maria da Conceição Silva Câmara - Entrevista feita com Anny Silva Linhares no ITERMA**

### **[8:35] Conceição:**

Como ocorre a regularização fundiária de territórios quilombolas no Maranhão?

Essa é uma pergunta bem ampla, porque se a gente for pensar na perspectiva da política pública como é que ela se desenvolve, a gente tem várias questões para a gente comentar. Se a gente focar no procedimento do processo administrativo, aí comentando bem rapidamente, a comunidade que quer a regularização fundiária, ela dá entrada no processo no ITERMA, ela provoca o estado solicitando essa regularização, através, da juntada dos documentos (da associação: como estatuto, CNPJ, lista de associados, um requerimento, ata da atual diretoria, ata de abertura da própria associação. Junta esses documentos, e hoje em dia a gente tem duas formas de dar esse pontapé inicial, que pode ser, tanto vindo aqui pessoalmente na sede do ITERMA e abrindo o processo lá no protocolo, que é o primeiro setor de nascimento do processo, e também, hoje a gente tem o SICAP que é um sistema virtual de cadastro de processos e que as comunidades também de qualquer lugar do maranhão pode tá abrindo, do maranhão e do mundo né porque com acesso à internet a gente tá integrado mundialmente, e pode estar abrindo o processo e acompanhando também. Então tem a abertura do processo, o processo tramita em alguns setores para conhecimento do presidente e da diretoria de recursos fundiários (que é a diretoria na qual a comissão de territórios tradicionais está subordinada tecnicamente) e chega a comissão. na comissão a gente chega a acompanhar a comunidade efetivamente. Ai primeiro agente tem uma reunião de mobilização na área para explicar todas as etapas do processo como é que funciona, como a comunidade pode estar se engajando no processo, a importância da comunidade se envolver no processo para que ele tenha êxito, e para que a gente consiga fazer uma instrução processual mais rica possível, e a gente explica todas as etapas, fecha o cronograma inicial como eles.

Aí depois dessa reunião de mobilização, a gente faz o georreferenciamento da área, às vezes esse Geo, nem é o Geo definitivo, feito como o GPS de alta precisão, mas a gente já procura fazer pelo menos um levantamento preliminar da área para agente iniciar os

estudos, que é o diagnóstico de identificação e reconhecimento é, composto pelo levantamento ocupacional, cartorial e fundiário.

Então, aqui a gente se divide, é feito esses relatórios, depois eu faço um parecer final, na condição de coordenadora, depois de revisar todos os relatórios e, a gente faz um parecer final, esse parecer, a instrução normativa discrimina que esse parecer pode ser tanto no sentido de propor um outro tipo de regularização fundiária se for o caso, se a gente entender que a comunidade não está se encaixando no perfil para o qual ela se propôs na regularização fundiária como território quilombola, a gente poderia propor à comunidade uma outra modalidade que tem aqui no instituto, pode ser um parecer que também indique a necessidade de refazer os estudos porque está tendo conflito na área ou de um outra intervenção do estado, pode ser um parecer que traga os principais pontos que foram deflagrados com os estudos né, mas, em geral é um parecer positivo, é demonstrando os dados principais e solicitando o andamento do processo, eu nunca fiz um parecer diferente mais, eu poderia até propor um arquivamento do processo se achasse necessário, mas isso nunca aconteceu não, a gente sempre dá parecer positivo para encaminhar o processo, aí vai para a procuradoria jurídica, faz a análise procedimental, basicamente lá eles, conferem se a documentação do processo está de acordo com o jurídico, ok, vai para presidência publicar um edital de publicidade são dois editais que agente publica, a prazo de 45 dias para contestar, se ninguém contestou o processo, o próximo passo já é encaminhar para a diretoria e depois, vem aqui para a sala vizinha da ITJL para a emissão do título se alguém protestar né tiver alguém que, ah, eu tô requerendo o direito de propriedade, ou o cartório não entregou, faltou falar comigo alguma coisa, aí a pessoa pode vim fazer a sua contestação devidamente fundamentada, a pessoa não precisa de um advogado porque é um processo administrativo, aí faz a análise dos documentos e faz o julgamento não, podendo ter uma segunda chance para recorrer que seria a presidência.

**[08:42] Cidinalva:**

Então processo de reconhecimento só a comunidade quem solicita?

O processo de reconhecimento pode ser feito pela comunidade, mas o presidente do ITERMA também tem o poder de requerer por ofício para a regularizar se for de interesse do Estado ou de alguma outra instituição.

Para a comunidade entrar com o processo de regularização fundiária, não é obrigatório está com a certidão de reconhecimento de comunidade quilombola emitido pela Fundação cultural palmares, não é preciso. desde 2018 que o ITERMA aceita as certidões emitidas tanto pelo estado quanto pelas prefeituras, a gente não se prendeu apenas a fundação cultural palmares, mas só este ano que a Secretaria de Igualdade Racial começou a certificar as comunidades, já tem uma certificação estadual, e até onde eu saiba agente tem apenas 3 municípios com secretarias municipais de igualdade racial mas elas até agora não fazem essa emissão, mas até mesmo, se fosse de emissão de Coordenações de Igualdade racial agente também aceitaria. Ai, para dar entrada no processo de regularização fundiária não é exigência a certificação como comunidade quilombola, mas para a emissão da titulação do território através da regularização fundiária aí sim, é preciso a certificação de autodefinição como comunidade quilombola.

**[08:47] Cidinalva:**

Ela passa por esse processo, esse aqui já é o segundo processo de reconhecimento enquanto comunidade que não bola, depois ela entra com processo de aquisição do direito à terra, grosso modo seria isso que o ITERMA faz.

**[09:02] Anny:**

Exatamente. Ou a gente tem essa prerrogativa, que embora o Brasil seja signatário da Convenção 69, que observa livre a autodefinição dos povos, vamos criando esse estatuto aí dessa certificação de autodefinição para que as comunidades acessem as políticas públicas, para que não houvesse um questionamento sobre o acesso a determinadas políticas. Então, ao meu ver, isso é muito questionável, porque se a gente tem uma Convenção que está dizendo livre a autodefinição dos povos, por outro lado, muitos colegas de direitos falam que isso gera uma segurança no processo. Então, como já a gente vai perceber, se agindo em campo com a situação dos conflitos, com a criminalização dos grupos, há uma situação de buscar os grupos dominantes ou antagonistas para não reconhecer essa identidade, não reconhecer os vínculos dessas comunidades como território, então a questão nesse sentido dá um reforço para a comunidade e a gente vai até discutindo com outros colegas de outros estados sobre a contestação que dificilmente se contesta a identidade de grupo, o que se contesta, até porque pra você contestar uma identidade de grupo no mínimo você teria que apresentar o relatório antropológico bem fundamentado, eu não posso simplesmente vir

de boca aquele grupo ali não é quilombola estão usurpando de uma identidade ou acionando uma identidade que não lhe põe em grupo, sem o devido documento, estudo fundamentado. Então, isso não é ponto de contestação a questão é direito de propriedade, tem uma propriedade ou tem uma posse consolidada, quero que o estado viabilize ou então eu não quero que seja motivo da regulamentação fundiária, muitas vezes eles tentam também que determinada área que é domínio de determinado grupo não esteja sendo observada com parte de um território quilombola, é bem nesse sentido mas a certificação ela vem reforçar uma maior segurança jurídica tanto pra nós quanto para a comunidade também.

**[11:36] Conceição:**

Esse processo de certificação se dá como?

**[11:39] Anny:**

Esse processo de certificação as comunidades dão entrada lá Fundação Cultural Palmares. Alguns estados têm coordenações regionais, aqui em São Luís a gente tem uma coordenação estadual e dão entrada basicamente até aonde eu sei o procedimento é você também apresentar os documentos da associação e o histórico da comunidade aí eles dão entrada. Em algumas comunidades tem relatos que receberam visitas de antropólogos de Brasília, que eles se deslocam para cá eventualmente algumas vezes por ano visitam as comunidades, fazem uma vistoria e depois de lá é feita a inscrição a nível de certidões de autodefinição, aí depois é publicado no Diário Oficial da União depois eu acredito que eles recebem um documento oficialmente aqui da Palmares.

**[12:44] Conceição:**

Certo, e quais são os principais entraves nesse processo de regularização fundiária das comunidades quilombolas?

**[12:52] Anny:**

São muitos os entraves, o que a gente vai perceber as situações de conflito no campo é um entrave para a gente, é que algumas pessoas, algumas organizações, entidades tem uma expectativa muito grande de quando o ITERMA passa a atuar na área que o processo de regularização por si só vai resolver o problema do conflito e não é bem assim, a gente tem conflitos que eles são de cunho fundiário, mas a maior parte dos conflitos que eu tenho observado é de cunho agrário, são restrições de ofertas de

recursos básicos proporcionados a comunidade, a gente vai encontrar por exemplo na baixada situações dos campos inundáveis cercados, que é uma área de uso comuns das comunidades, é uma área de lazer, uma área de pesca, a gente vai perceber em outros lugares é o avanço do MATOPIBA, a questão da soja que já tá vindo lá do sul do Maranhão na região do Baixo Parnaíba, então a gente vai encontrar diversas situações, em alguns lugares diversos grupos antagonistas já são empresas, são diversos grupos antagonistas que as comunidades enfrentam e tem alguns problemas estruturais também, que a agente vai perceber situações de questões políticas locais, relações de poder locais, então a gente tem que ter um cuidado pra fazer o trabalho de uma forma que a comunidade se mantenha segura, porque os profissionais vão fazer o seu trabalho e voltam, mas a comunidade tá lá e não tem segurança ali 24 horas para acompanhá-los e quando os técnico começam ali a fazer seu trabalho, a demarcação da área de acordo, ai começa o movimento aos contrário.

**[15:15] Cidinalva:**

E o que o ITERMA faz, vocês tomam que medidas quando percebe que ali tem conflito agrário e vocês comunicam algum órgão?

**[15:29] Anny:**

Sim, basicamente a gente vai acompanhando, conversando com as lideranças, acompanhando com vai a situação do conflito, eles também constantemente entram em contato com a gente e a gente passa o caso para Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular e a depender da situação a agente também aciona a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Então basicamente a gente faz uma mediação entre a comunidade e essas outras instituições que tem competência de fato pra tá atuando no conflito. A gente tenta fazer algumas ações de mediação no local, mas assim, depende muito do contexto, do nível deste conflito, as vezes é um desentendimento o sobre o que seria essa regularização fundiária, tem famílias, é muito comum a gente encontrar famílias nestes territórios que não se identificam como quilombolas, é muito comum e as vezes é o irmão da liderança que não se identifica como quilombola, então eles se identificam com muito receio de não serem contemplados com a regularização. Então quando é um conflito doméstico entre aspas, bem local a gente consegue chamar aquela pessoa para conversar e ***olha deixa eu lhe explicar como é que funciona, que o processo é assim, assim, assim, assado que***

***atender a todos da comunidade, que o título vai sair em nome da associação, justamente para atender o coletivo.*** E quando a agente tem essa chance, a gente também tenta o máximo possível contribuir para que o processo caminhe em paz e em bom entendimento. Tem comunidades que a gente vai trabalhar, que a gente percebe a ausência de algumas pessoas, porque só de você participar nas reuniões e o fato de eu tomar conhecimento de que você estava naquela reunião, você já é um elemento, uma pessoa não grata mais, uma pessoa não grata, então eu já cheguei a ter que falar em uma reunião assim: ***Olha vocês estão aqui porque é um direito de vocês, quem está trabalhando na regularização do território de vocês é o Estado que tem uma dívida histórica com vocês.*** Então as vezes eu vou até mesmo vou buscando alguns argumentos da história, a gente sabe que é muito pouco tempo que o Estado brasileiro como um todo começa a observar a questão da regularização das comunidades quilombolas, então tem 34 anos que Constituição Federal, lá no anexo da Constituição, imaginado o processo transitório, como foi produtivo, como conseguimos o movimento, impor o código 68 que é uma DZT... então assim trazer essa memória, que tem pouco tempo que isso está acontecendo e o estado do Maranhão a lei de 2010 é menos tempo ainda, é um direito de vocês, estamos aqui pra atender quem quiser tomar conhecimento do processo pode nos procurar, nós estamos abertos ao diálogo e é isso, ai tem gente que fala: olha você viu tá só fulana e beltrano aqui que fica na reunião, tem situações e situações que a gente ver que as pessoas querem mas estão realmente com medo de participar do processo e de com isso perder algum tipo de relação estabelecida com esses antagonistas ai, com a comunidade.

**[19:18] Conceição:**

Anny já teve alguma situação em que alguma comunidade disse que não é comunidade quilombola, que não se auto identifica como comunidade quilombola, que não...

**[19:32] Anny:**

Não, não minto, tem uma situação. O território chamado Seis Maria do Jardim que fica no município de Matinha, o território é composto por três comunidades: a comunidade de Bom Jesus, a do Centro é Patos e a do outro canto é o São Caetano, então são essas três comunidades. O centro não se identifica como quilombola.

**[20:00] Conceição:**

Porque essa certificação, antes vem uma certificação, não é isso?

**[20:05] Anny:**

Sim

**[20:07] Conceição:**

Essa certificação ela vai pra aquele território, não é isso? Nessa certificação ela já não teria que ter a sua autodefinição de que não é comunidade quilombola, como é que fica assim vai uma certificação, vem pro ITERMA, uma certificação de um território composto por mais de uma comunidade, em que uma comunidade não se autodefine.

**[20:34] Anny:**

Então no caso desse território específico, cada uma dessas comunidades tem sua associação e ele as entraram com o processo na Palmares, Bom Jesus entrou, o São Caetano entrou e Patos não, então eles tem cada uma tem sua certidão e a certidão deles tem muitos anos já, deve ser de 2012 mais ou menos e o processo que a gente tá trabalhando com eles é de 2016, eles tinham a certidão antes... e eles até anos antes entraram com processos individuais: Bom Jesus entrou com o processo dele e São Caetano entrou com o dele e Patos ali sempre quietinho lá e ai é, não sei porque motivo passou-se alguns anos e o processo deles não foi dado andamento e 2016 eles se mobilizam, e o processo de mobilização interna lá, ai eles dão entrada no processo pedindo agora pelo território, ai faltou um debate aqui dentro, institucional, porque assim a Procuradoria falava mas tem uma comunidade que não se identifica como quilombola e a autonomia desta comunidade deve ser respeitada também, em compensação a gente ver as relações de co-padrinho, parentesco, vizinhança eram muito fortes, de uma comunidade para outra, Bom Jesus e Patos são colados, de Patos para São Caetano que tem 1,5 km de distância então é tudo muito pertinho. A gente indo para campo a gente observa que eles cultivam juntos, eles usufruem o campo natural juntos, é uma família visita a outra pra poder... enfim, são as relações diversas lá, que a gente percebeu que é um território comum. Mas porque uma das comunidades não se identifica como quilombola? A gente vai atrás de entender a situação, a associação central que lá em Patos, a diretoria da associação cada membro tem a sua área, um lotezinho individual e eles várias vezes falaram no local que não queriam entrar com este processo para não perder estes lotes individuais e ai a gente compreendeu que é o caso

sim de estudar melhor lá a situação deles, houve uma estratégia do movimento quilombola local de que pessoas que se identificavam como quilombolas, que elas buscassem se associar em Bom Jesus ou em São Caetano, então a gente conseguiu ver pelo menos a questão, o quantitativo de 30 famílias de um total de 60 que se autodefinem como quilombola sim e que por uma estratégia da associação, para as demais comunidades para acessar políticas públicas inclusivas. Ai a gente decidiu ... como um todo na área que tem propriedade particular, inclusive é objeto do primeiro decreto de desapropriação por interesse social que foi dia 31 de março assinado pelo então governador Flavio Dino e tá seguindo, mas é uma comunidade assim que você chega lá: ***Nós não somos quilombolas.***

**[24:17] Cidinalva:**

É interessante isso, porque assim a titulação individual de cada comunidade implica em algum prejuízo, se fosse feito dessa comunidade que é de lá implicaria em prejuízo, seria igual do território assim. É isso.

**[24:37] Anny:**

Então, eles eu percebo que eles entendem que a regularização do território fortaleceria muito mais o grupo, são três comunidades pequenas. Bom Jesus tem mais ou menos 46 famílias, então todo dentro de uma área particular, foi até uma área que o ITERMA tituló a muitos anos atrás, discriminatório da Baixada, teve um processo discriminatório no início dos anos 90, então a Resex está toda dentro de uma área privada área imaginavam, também como a questão estratégica, que eles eram muito poucos para sensibilizar até o Estado para desapropriar uma área privada para eles são vários pontos eu imagino que eles observam. Por exemplo, lá eu poderia até dizer eles são um grupo identitário porque lá eles são a Identidade de pescador, de pescador artesanal, quebradeira de coco, quilombola, então o babaçual está mais concentrado em uma determinada comunidade que outra também acessa, então eu posso até regularizar aqui essa comunidade mas alguns recursos estão melhor distribuídos em outra, então eu acho que tem vários critérios que eles adotaram lá pra manter... é o todo, os 1.600 hectares, a gente quer é o todo para tentar ter mais força também contra a questão do búfalo, quer dizer não adianta a regularização fundiária se o campo do Bom Jesus tá cercado lá, ai tem os búfalos, então eu acho que tem várias questões que pesam sabe.



Fora que embora eu fico assim olhando por mais que eles sejam bem próximos, a gente vai perceber que cada quilombo é um quilombo; cada quilombo se organiza de uma forma, Bom Jesus é um quilombo que aciona muito no discurso deles a questão do meio ambiente é muito forte; São Caetano tem um discurso que é muito mais com relação aos antepassados, a questão histórica familiar do grupo familiar, são sabe, em algum ponto eles vão se unir e dizer vamos lutar juntos por esse ideal e vamos conseguir como buscar o todo que todas as comunidades, estão prejudicadas, por formas de uso e apuração dos recursos que não estão de acordo com a comunidade.

**[27:39] Conceição:**

Certo. Então a regularização fundiária ela garante usufruto e uso coletivo da comunidade daquele determinado território.

**[27:55] Anny:**

Sim, a regularização fundiária ela prevê que o Estado está reconhecendo a propriedade, reconhecendo aquele território, aquela área, como sendo de propriedade daquele grupo e com isso aquele grupo tenha autonomia para fazer a gestão territorial e gestão ambiental e isso até uma cláusula no nosso título, recentemente, aproximadamente 1 ano e meio pra 2 anos a gente fez até umas inserções de cláusulas que observam essa autonomia da gestão territorial e ambiental; o consentimento; a consulta desculpa, prévia, livre e formada das comunidades, também a gente colocou o título e a observância também de leis estaduais de proteção ao meio ambiente, porque em alguns casos a gente vê de titulações de origem de ata, então a gente tem a ata da baixada, a baixada quase toda tem uma ata área a de proteção estadual, ai tem aqui a ata das reentrâncias maranhenses a gente colocou também essa cláusula a esses títulos que a gente emitiu, mas tem essa outra que a gente falou, então aqui a ideia é que de um título que é inalienável ou seja, um título que você não pode vender, nem um pedacinho, nem ele todo como eu digo para eles, é não pode ser motivo de empréstimo, não pode penhora, não pode ser colocado a penhora, ele é imprescritível porque ele não tem prazo de validade então ele vai servir para as futuras gerações, eu sempre digo: mantenham a associação de vocês tudo em dias, até porque é a associação é que é a fiel ali né, a gestora, então se futuramente a associação acabar, alguma coisa, como é que fica essa questão enquanto a associação de vocês estiver direitinho, vai servir para as futura gerações ali a terra. E é um título que a gente fala que ele é não oneroso, que a comunidade não precisa pagar, porque algumas modalidades aqui no ITERMA é

necessário pagar uma taxa para receber o título, então ele é não oneroso. E a ideia é isso, que eles tenham autonomia, que eles garantam a manutenção das práticas de vida...

**[30:30] Cidinalva:**

Que com isso eles tenham acesso a políticas públicas direcionadas especificamente para eles.

**[30:35] Anny:**

Mais ainda que eles consigam fomentar. Ai é isso, acho que a gente ainda tem muita coisa ainda para crescer neste campo, pra gente... por exemplo: hoje a gente óbvio quando a gente fala da questão agrária, a terra por se só não é o suficiente para se manter, principalmente no contexto em que você não tem recursos para investimento na agricultura, é quando você tem ainda a carência de assistência técnica, uma série a de situações, estrada, infraestrutura básica, escola... Então a gente tem buscado, mas ainda não tivemos êxito, foi dialogar com o Instituto Nacional, é o INCRA, porque hoje as comunidades quilombolas já foram equiparadas aos assentados para receber os créditos da reforma agrária, desde 2018, as comunidades quilombolas são reconhecidas pelo INCRA mesmo para fim de benefícios dos programas da reforma agrária que tem um pacote que tem vários tipos de crédito, tanto para crédito habitacional, apoio inicial, fomento, fomento mulher, são vários e a gente tem buscado isso, dialogado, solicitado, mas estamos com um processo lá que tá caminhando com a experiência do outro, mas enfim pelos atuais entraves políticos no contexto nacional e estadual, a gente não conseguiu e o Estado ele não tem uma política de crédito para as comunidades quilombolas.

**[32:30] Cidinalva:**

Então só uma dúvida que ficou: a comunidade quilombola pode entrar com esse processo de titulação da terra no ITERMA e no INCRA também?

**[32:41] Anny:**

Sim!

**[32:43] Cidinalva:**

E entrando no INCRA ela já sendo, recebendo o título lá ela já tem acesso a essa política do INCRA?

**[32:51] Anny:**

É, até aonde eu saiba o Incra Maranhão ainda não tinha repassado esses créditos nem pros territórios já regularizados. Eles têm atualmente três territórios chefiados e até recentemente essas eram uma das questões, porque a gente estava pedindo vendo de ir até em Brasília pedir nesses créditos aí o coordenador nacional na época disse vocês vão ter que concordar comigo pelo menos o INCRA lá tem que fazer o dele a gente poder liberar para vocês poderem fazer no de vocês. Mas é também muito incongruente a gente passar pro estado passar esses créditos e o Incra Maranhão não ter feito os deles, e aí isso ficou sendo inalterado até esse ano agora eu conversei com o colega de lá e ele falou que tem umas experiências que não estavam colocando no sistema as comunidades não sei dizer se essas três comunidades quilhados ou se é porque a gente tem alguns assentamentos que foram constituídos antes do decreto 487 e antes do decreto sair e algumas comunidades quilombolas hoje que estão em condições de assentados, tem até um território que são bem falado que é o da dona Dijé, quebradeira de coco que faleceu lá em São Luís Gonzaga, ela é quilombola e a comunidade lá faz parte... e lá é um assentamento constituído pelo INCRA, então a gente tem como esse caso vários outros e aí eu não sei se esses créditos que eles distribuíram pra quilombolas esse ano agora que eles estão trabalhando é pra esses já assentados ou se vai ser para outros territórios tem que conversar com pessoal responsável de lá, mas com a gente mas a gente entende, é de senso comum aqui a instituição a necessidade de continuar insistindo, e agora também começando a olhar para eles a gente tomou conhecimento que as próprias comunidades já tituladas pode entrar com processo lá, então eles já estão indicando para as comunidades lá o processo lá porque saem da dependência do ITERMA intermediando algo que vocês podem tá fazendo diretamente lá.

**[35:32] Cidinalva:**

A comunidade digamos certificada pelos órgãos quilombolas, ela não tem acesso, tem que tá com a titulação da terra.

**[35:45] Anny:**

Tem que tá com a titulação, tem que tá registrada em cartório o título, tem que tá toda regular as documentações para eles terem acesso ao processo de crédito.

**[35:53] Conceição:**

Anny essa titulação pode ser ou do ITERMA ou do Incra ou pode ter as duas?

**[36:01] Anny:**

Pode ser ou do ITERMA ou do INCRA e se tiver algum território que parte desse território é considerado um território de competência estadual e parte de competência federal a gente pode fazer um acordo de cooperação técnica para ambas instituições atuarem lá, aí a gente faz a emissão de título. Eu não conheço um título único, com assinatura de ambas as instituições, mas pode ser da parte que o INCRA trabalhou ele emita um título específico daquela parte, o ITERMA ainda não aconteceu de fazer um título único, mas é previsto que no caso de atividade diaterrária que a gente tá trabalhando não for área de competência do estado, tanto a gente passar o processo para eles na sua integralidade... A gente tá com um caso que eu acredito que vai encaminhar para isso que é em Rios dos Peixe e em Serrano do Maranhão, a gente fez a demarcação lá e quando a gente tentou colocar na malha nacional uma coisa que tá dentro da reserva extrativista de Cururupu então seria uma área não de competência do INCRA mas da Secretaria de Patrimônio da União que é que cuida das áreas de reserva, que é de marinha ai agente começa o diálogo com eles lá para eles seguirem com o processo e enfim ficar tentando ver se eles deixam a gente trabalhar mas eu acho que eles não vão deixar não.

**[37:36] Cidinalva:**

Interessante, que são várias as instituições que são envolvidas tanto de nível estadual quanto a nível federal de repente no mesmo território.

**[37:47] Anny:**

Para emissão do título de propriedade só o Incra e o ITERMA. A SPU ela trabalha com outros instrumentos, basicamente dois: são bem mais frágeis ou ela trabalha individualmente por família entregando uma concessão de uso.

**[38:09] Cidinalva:**

No caso as reservas, se for reservas

**[38:10] Anny:**

Hum hum. É entregue por família uma concessão de uso e também tem o Taute que é o termo de autorização de uso sustentável esse é coletivo, mas esse é mais frágil ainda.

**[38:24] Cidinalva**

Que é só o uso que é permitido.

**[38:10] Anny:**

É só o uso que é permitido, esse documento da uma garantia de que a União não vai fazer uma intervenção, remanejamento das famílias, até então só se for necessidade ou utilidade pública, quando bem necessário, dá uma segurança, mas não é uma propriedade que tá sendo repassada para o grupo.

**[38:53] Conceição:**

Uma outra dúvida: depois da comunidade conseguir a titulação há alguma coisa assim que faça com que ela perca? Alguma irregularidade?

**[39:05] Anny:**

Olha, a propriedade ela não é um instituto, vamos dizer assim indissolúvel, certo? Nós, individualmente se a gente tem a propriedade de uma causa de um determinado terreno em algum lugar a gente pode vir a perder por diversos motivos isso é previsto na legislação a gente pode vir a perder: por utilidade pública, por uma questão de interesse social a exemplo mesmo dessas fazendas que estão dentro do território quilombola por interesse social o Estado vai desapropriar aquela fazenda e não tem como a pessoa dizer: **Ah eu não vou vender para o Estado!** Ela é obrigada a vender, o Estado tá decretando que tem interesse social naquela área e que vai beneficiar um coletivo, em algum momento as pessoas precisam ser... a gente tá passando por um processo de duplicação da BR e aí por utilidade pública estão sendo remanejadas algumas famílias que estão na margem da BR, então a propriedade não é um instituto absoluto, em alguma situação pode acontecer? Pode acontecer que eles percam essa propriedade. Pensando assim na...

**[40:29]: Conceição:**

No coletivo

**[40:33] Anny:**

Não! Pensando assim nos nossos instrumentos de regularizadores maior, mas não tem algo cláusulas na lei que foca na questão da regularização dos territórios quilombolas possibilidade de perda a propriedade, não prevê, a gente vai ver na Constituição quais são os elementos de uma possível perda de propriedade.

**[40:59] Conceição:**

Anny, eu gostaria que você falasse um pouco sobre a implantação e execução da Lei Estadual nº9.169 de abril de 2010; um pouco do Decreto também nº 32.433 de novembro de 2016 e da Instrução Normativa nº 01 de 16 de março de 2020 que vem a dar um aporte jurídico, legal na própria regularização fundiária no Maranhão.

**[41:35] Anny:**

Bom, eu avalio que a Lei nº9.169 de janeiro de 2010 é um marco muito importante para a gente reconhecer, o estado do Maranhão reconhecer a gente sabe o histórico que aconteceu aqui e eu avalio que é uma lei que saiu tardiamente, no estado do Pará nós estávamos é o primeiro estado a trabalhar com a regularização de territórios quilombolas a nível estadual ambos bem próximos da implementação do artigo 68 da Constituição de 88, nosso vizinho aqui: o estado do Pará em pouco tempo depois já fez a sua legislação estadual e aqui demorou depois de 10 anos para acontecer. Eu não acompanhei este processo, conversei com algumas lideranças. Outro dia estava conversando com seu Ivo que é da CONAC e ele também atua no Centro de Cultura Negra que é as referências do movimento quilombola aqui no maranhão e falei, conversei um pouco com ele como é que foi, com é que eles conseguiram emplacar esse movimento para essa lei sair e acredito que seria muito interessante que você conseguisse conversar com ele. Ele fala bastante que participou das discussões em Brasília, teve alguns estados que se destacaram como o próprio Pará, o Maranhão, a Bahia e alguns outros estados que foram bastante para Brasília para poder sair esse artigo, ai debater os limites do que seria essa propriedade definitiva a ser repassado para esses grupos então eles foram assim incansáveis nessa luta lá no Congresso e aqui ele me falou basicamente que eles

conseguiram acionar um deputado para apresentar a lei na Assembleia Legislativa e depois foi o movimento de sensibilizar os demais aqui do parlamento estadual e fazer algumas reuniões com secretarias do estado para que houvesse uma sensibilidade da governadora, então a Roseana Sarney, para que ela sancionasse essa lei. Agora a lei ela prevê que em 03 meses ela iria ser regulamentada e isso não acontece, a regulamentação da lei que foi de 2010 só acontece em 2016, já no governo de Flavio Dino, houve um movimento que aconteceu dentro da Secretaria Extraordinária de Igualdade Racial do estado e o secretário Gerson com demais funcionários da secretaria começaram a se debruçar sobre a questão da regularização fundiária, escutando as reivindicações dos grupos, a questão, a gente tá lá também, eles começaram a perceber que estava faltando uma regulamentação aí foi feita uma minuta dessa regulamentação alguns colegas que estavam trabalhando na época do ITERMA, que sabiam que a minuta veio, o ITERMA fez até algumas contribuições que não foram aceitas na minuta e não sei se precisar quais seriam elas no momento, mas eles falaram assim que a gente entende que o texto do decreto poderia ter algumas outras coisas que não tem e aí teve essa variação da minuta encabeçada pela Secretaria de Igualdade Racial até que então o governador fez a regulamentação dessa lei que estava aí sem regulamentação e até então o ITERMA estava trabalhando a instrução do processo era da mesma forma que fazia a regularização de uma outra área não tradicional, era um processo bem mais enxuto, bem mais simples, bem menos burocrático do que a gente tem hoje, mas havia uma certa insegurança jurídica que a gente precisava sanar. Então a regulamentação ela é fundamental, quando é promulgada uma lei é preciso regulamentar e definir quais são os alcances do atendimento daquela lei e quando ela foi regulamentada em 2016 e aí se percebeu: ***tá a gente regulamentou mais qual o procedimento, o sistema, aquele banner que tem aquelas caixinhas, qual é o passo a passo que a gente vai fazer agora que a gente vai incorporar neste processo?*** Aí foi quando eu entrei no ITERMA em 2017 para prestar assessoria junto com um colega advogado, eu não sou advogada, eu entrei com esse colega advogado para a gente pensar nessa instrução normativa, aí a gente fez uma minuta de texto para apresentar para a procuradoria jurídica aqui do instituto, depois essa minuta foi para a Secretaria de Agricultura Familiar para ser assinada pelo secretário e aí lá passa pela outra análise jurídica porque quem assina é o secretário de agricultura familiar que o ITERMA tá vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar. O ITERMA é uma autarquia, tem o sistema SAF que funciona constituído no governo Flávio Dino e integrou a SAF, o

ITERMA e a AGERP que é uma outra autarquia de assistência técnica, então para esse caso se previu que o secretário de a agricultura familiar que assinaria a instrução normativa a gente fez uma versão nº 001 de 2018 e depois a gente executando ela vai sentindo o que a gente poderia melhorar, o que a gente poderia desburocratizar, facilitar ou que estava omitido e a gente precisava trazer com mais evidência a gente elabora uma segunda em 2020, que é a 01 de 2020 e se eu pudesse mudar de novo mas... a gente começa analisar a dinâmica, a gente vai percebendo e aí comentando alguma coisa...

**[48:40] Cidinalva:**

Aí abaixo dessa normativa tem no Projeto Quilombos né?

**[48:44] Anny:**

É, esse projeto tem não é um instrumento jurídico, ele acontece porque veio o recurso para o instituto e pra gente poder aplicar no instituto, desculpe, para a gente aplicar recurso a gente elaborou um projeto para poder aplicar, para poder destinar ele até para acompanhamento social.

**[49:05] Cidinalva:**

E o que é o Projeto Quilombos?

**[49:08] Anny:**

O projeto quilombos é um projeto que a gente tá vislumbrando contemplar 15 territórios. Esses territórios são da região da Baixada, Reentrâncias Maranhenses e a micro região de Rosário e a gente pretende, em primeiro momento esse projeto fez uma previsão dos estudos, do diagnóstico de identificação e reconhecimento que é o nosso principal gargalo aqui, até voltando naquela pergunta: quais as principais dificuldades? A gente tem um corpo técnico pequeno, que é outra dificuldade que a gente tem além da questão de conflitos, a gente tem o corpo técnico muito pequeno para dar conta da demanda e também podemos pontuar um outro gargalo que é a questão de recurso principalmente hoje o estado não tem recurso para desapropriação das áreas, uma rubrica, nada que destine hoje, hoje a gente já debate sobre a criação de um fundo estadual específico para isso a Mesa Quilombola que a gente tem um espaço de participação popular já deflagrou sobre a necessidade que primeiro a gente estava tentando emplacar o decreto



de Sesmaria, é o primeiro. Ok, o decreto saiu e agora o dinheiro pra a gente pagar essas fazendas. Então a gente já tem conversado no sentido de apresentar no próximo governo uma proposta de um fundo de desapropriação de territórios tradicionais e aí agente como o FUMACOP que é o Fundo Maranhense de Combate à Pobreza, um dos principais fundos do estado com muito recurso, então a gente até tá buscando fazer algo parecido assim no escopo do texto e aí a instrução voltando pro projeto quilombo ele prever que a gente consiga fazer a contratação de pessoas para trabalhar com o diagnóstico de identificação e reconhecimento, também destinando parte do dinheiro para georreferenciamento dos territórios porque hoje eu diria que mais de 90% do georreferenciamento que o ITERMA faz já é terceirizado são contratadas empresas para fazer, a gente também tem poucos técnicos na casa para a demanda do Estado, então uma parte do dinheiro voltado para essa questão do georreferenciamento dos estudos também no primeiro momento a gente fez a previsão de bem institucional: aquisição de computadores, data show, enfim, fortalecimento institucional, aí a gente fez uma primeira versão desse projeto foi em 2021, 2020 a gente começou a elaborar esse projeto que veio para o instituto cerca de R\$800 mil dos recursos de reapropriação da lava à jato que foram distribuídos entre os estados, aí veio o montante maior para o ITERMA e na época o então presidente, destinou cerca de 800 mil a gente vai dedicar para quilombo, aí logo no início eu e uma outra colega aqui pensou assim: nossa, vamos ver como o INCRA trabalha que também licita o relatório antropológico, a gente não trabalha com relatório antropológico aqui mas a gente foi ver como funciona lá, eles mostraram como eles fazem o processo de licitação, como era texto que é os critérios adequados para os valores, lá os valores variam de R\$ 45 mil a R\$ 90 mil reais os valores dos relatórios, os critérios que eles utilizam basicamente: a distância da capital, quantitativo de famílias, dimensão do território basicamente é isso e a gente observou também como é eles, quais são, composição de equipe, quanto eles cobram, quantidade dias mínimo em campo é umas questões que já estão previstas na instrução deles que é a instrução 57, acredito que ela tá em vigor ainda, a instrução 57 a gente já fala que o relatório antropológico tem que ser feito, o quantitativo mínimo de dias em campo, é fala como tem que ser a introdução, a metodologia, já pede, já diz muita coisa, já orienta como esse relatório deve está estruturado. E aí a gente foi ver essa experiência lá e a conversando com o pessoal do INCRA eles falaram que geralmente quem ganham as licitações são empresas de fora é raro os casos que eles conseguiram emplacar empresas, né, envolver os pesquisadores maranhenses, aí a gente falou a gente não quer repetir isso

aqui. Ai foi quando a gente começa um diálogo, conversamos com alguns grupos, com alguns professores até que a gente chegou no professor Antônio Evaldo e ai conversamos com ele, que já tinha tido uma experiencia de pesquisa com a Secretaria de Igualdade Racial, eles que indicaram para a gente conversar com ele que conhecia o professor e ai a gente colocou que a gente estava namorando um projeto, conversamos com ele, conversamos com professora Marivânia também e mais uma outra professora esqueci o nome dela agora, outros professores e grupo de pesquisa da UFMA e ai a gente foi conversando ai alguns falaram assim: olha a gente já tem projetos encaminhados, fica difícil de pegar esse trabalho, ai a gente falou: não se vocês se inscreverem, se interessa, ai a gente começou as tratativas totalmente crua nessa história, a gente começou tentando estabelecer um convênio com a UFMA, o processo andou bastante lá e em compensação o professor Campos disse em três meses a gente resolve e demorou bem mais, ai veio a pandemia, o ponto auge da pandemia o processo parou e enfim travou a gente não conseguiu caminhar fizemos uma seleção de territórios, tomamos alguns critérios para definir quais seriam esses territórios, priorizamos territórios que já estavam em área estadual, comparando com o tamanho do estado, áreas que não estavam em situação de conflito, por receio da própria equipe por estava envolvendo estudantes a gente também tomou esse cuidado e localizando essas comunidades aqui próximas da capital também para otimizar recurso, porque não era muito recurso a gente pensa que é mais não é no final das contas ficou R\$500 e pouco mil reais e tem o deslocamento de campo que seria aquela coisa toda e ai a gente também foi definir quais seriam os valores que a gente iria trabalhar e a gente vai testar agora para saber realmente.

**[57:30]** Cidinalva:

Eu entendi que definir na regulação o tempo de pesquisa, os dias que vocês fizeram isso também? Por exemplo; eu quero aqui hoje, eles vão fazer a pesquisa histórico social.

**[57:47]** Anny:

Eles vão fazer o levantamento ocupacional que é histórico socioeconômico, vão fazer o levantamento fundiário e o cadastramento de família, a gente não incluiu o levantamento cartorial porque se a universidade fosse pedir acesso ao cartório, o cartório iria cobrar, então pra gente o documento vem gratuitamente por força de lei e a gente não incorporou essa atividade, mas os outros dois relatórios e o cadastramento de famílias.

**[58:17] Cidinalva:**

Eu queria entender esse processo: primeiro vocês vão fazer levantamento cartorial, ver quando essa equipe foi para campo esse levantamento cartorial já vai tá pronto?

**[58:28] Anny:**

Não necessariamente, pode ser que ele aconteça concomitantemente, ou pode ser que aconteça depois, a gente não tem, eu não posso dizer não tem um... por exemplo: eu não preciso de um relatório para fazer o outro. Tem território que a gente fez o levantamento fundiário, fez o levantamento ocupacional e o cartório não mandou os registros. Então tem cartório que demora muito pra mandar, ou não manda, ou manda de outro jeito, manda de outras áreas. A gente vai lá, já aconteceu de a gente ter que ir no cartório e trabalhar junto com o tabelião: **vamos ver o livro? Vamos olhar!** Porque senão eles não mandam, tem tabelião que não quer que os livros sejam analisados também, aí a gente tem que mandar para a corregedoria que é quem observa eles... gente tem casos e casos. Ai a gente nessa primeira experiência, também por conta do valor que a gente tinha, a gente entendeu: não deixa que o cartorial a gente analisa aqui mesmo com a nossa equipe e esses outros dois, as duas outras atividades a gente vai então reforçar. Ai não tem um... a gente não estabeleceu na instrução normativa, vocês vão ver que não tem e o INCRA tem definido estadia mínima de sete dias, a gente não tem isso aqui, a gente não tem.

**[59:53] Cidinalva:**

Nessa sua experiência qual seria o ideal?

**[59:57] Anny:**

O ideal eu acredito que pelo menos no mínimo duas semanas em campo se apura bastante coisa que nem seria algo profundo né. Como é que a gente faz? A gente faz várias idas a campo porque a gente não consegue ficar muito tempo em uma comunidade, nisso eu vejo que a gente precisa... a instituição precisa trabalhar ainda um pouco mais sobre essa questão da metodologia, pra dar entendimento maior... a gente faz várias idas. Uma parte do levantamento ocupacional, uma parte dos dados socioeconômicos a gente apura com o cadastramento das famílias, então a partir do cadastramento das famílias uma parte do relatório a gente escreve tranquilamente, porque a gente basicamente tem uma análise quantitativa e qualitativa do que a gente

queria. Uma outra parte a gente faz com as entrevistas que a gente chama de informativos da memória, então é o tempo que a gente tem também de fazer essa atividade e na medida do possível, muito também isso varia muito de profissional para profissional, quais são as ferramentas que gosta de utilizar o que consegue tá inserindo, gosto hoje a cartografia social, cartografia transversal, fazer linha do tempo, já aconteceu de chamar liderança da comunidade... da gente não tá conseguindo viajar. Por exemplo: o orçamento tá fechado e aí então nas lideranças que moram aqui em Anajatuba: **vocês podem vir aqui no ITERMA com algumas pessoas para a gente fazer aqui uma oficina?** Já aconteceu! Da gente vir, da gente fazer linha do tempo, da gente fazer árvore genealógica enfim o que a gente pode a gente faz. Eu é que fico mais com essa parte desse levantamento. A gente tem um engenheiro agrônomo que fica responsável pelo levantamento fundiário, tem uma colega que ela trabalha mais é com o SAF que é sistema virtual de processos que não elaborando atividade nossa que é engenheira agrícola ambiental, aí tem uma colega que trabalha com a parte técnica administrativa mesmo e dois colegas que são bacharéis em direito que trabalha com a análise dos documentos cartoriais, aí tem eu que fico na coordenação e faço a parte ocupacional.

**[01:02:31] Cidinalva:**

Qual a tua formação?

**[01:02:32] Anny:**

Eu tenho graduação em turismo; fiz especialização em extensão rural; mestrado em agricultura familiar e desenvolvimento sustentável, aí tenho pós em regularização fundiária, enfim outros cursos aí também na área que vem aperfeiçoando aqui, eu fiz já desde 2016 que eu trabalho com pesquisa, não desde 2014 de Belém que eu trabalho, sou de Belém. Aí desde de 2014 que eu começo a trabalhar com pesquisa primeiro com grupos de farinheiro paraenses, já no mestrado com as quebradeiras de coco, já fiz pesquisa de cunho antropológica com as quebradeiras na região do Médio Mearim, minha orientadora foi Lilian Porto e ai depois eu começo o meu mestrado em fazer menção a comunidade quilombola trabalhando com o desenvolvimento de projetos sociais já aqui na região da Baixada ai foi o período que eu recebi o convite para vim fazer uma experiência de três meses no ITERMA, ai fui ficando e já tenho 05 anos de ITERMA já ai foi foi foi...

**[01:03:51] Conceição:**

Certo né! Então pelo que eu pude compreender essa equipe, no caso externa a equipe própria do ITERMA foi digamos assim: vai fazer, desenvolver o diagnóstico por conta do recurso que tem por conta do recurso que tá dentro do Projeto Quilombos? É isso?

**[01:04:14] Anny:**

Exatamente, é uma experiência nova, inédita pra gente que nunca foi feito isso não.

**[01:04:18] Conceição:**

Enquanto tem esse recurso, acabando o recurso a equipe do ITERMA é que vai a campo fazer esse diagnóstico.

**[01:04:27] Anny:**

Exatamente, a gente até teve uma situação, até falei assim: não sei se vocês lembram daquela... Tem uma cena do Auto da Compadecida que o João Grilo fala: **fiquei rico e fiquei pobre e fiquei rico e fiquei pobre**. E no início do ano houve um decreto, eu não sei se vocês lembram da calamidade pública por conta da covid, aí simplesmente o dinheiro que veio foi embora, foi para a saúde. Ai a gente: Ah eu não acredito, a gente ainda fechou contrato com o pessoal, aí veio um outro recurso que o pessoal de Itamatatua negociou com o então vice governador Brandão o valor de R\$300 mil reais, o recurso ainda chegou uma semana antes de fechar o orçamento e ainda dava para empenhar e aí ok. Voltou para o cofre de novo, aí quando foi no início do ano a gente retoma o diálogo com os professores aí a gente resolve fazer então pela FAPEAD, aí esse contrato a gente fechou, aí vem os R\$ 300 mil aí fechou tudo em uns 290 e uns quebradinhos.

**[01:05:42] Cidinalva:**

São os mesmos territórios?

**[01:05:43] Anny:**

Não esse é só para Itamatatua, o entorno de Itamatatua que são sete lotes a gente dividiu uma parte do território que é lá no início com 55 mil hectares parece que é o segundo maior território do Maranhão depois do território étnico que fica também em Alcântara que é aquele território que sofre a influência da base, é o segundo e digo que é

o terceiro do Brasil, o de Itamatatiua, a gente dividiu em... já é uma divisão existente lá pra eles que a gente fala assim não é lote que eles fazem é polos, eles dividem em polos lá a própria prefeitura lá quando vai atuar lá na questão de educação, saúde já tem esses polos estabelecido a gente fica chamando de lote ai esses os professores vão começar a ir para campo na próxima semana, já foi fechado eles. Aí basicamente é a entrega do projeto de pesquisa eles mandaram agora, aí gente disponibiliza, eu acredito que é 25% do valor, aí depois quando eles entregarem os relatórios parciais é mais 25% e o relatório final 50%.

**[01:07:00] Cidinalva:**

E os outros territórios...

**[01:07:03] Anny:**

Ai os outros territórios aqueles quinze o que a gente fez de lá pra cá: dos quinze que a gente tinha selecionado a gente foi tocando, não deu pra fechar antes e fomos tocando. Aí tem cinco deles que a gente tá titulando até o final do ano, mês que vem a gente entrega dois títulos, em novembro mais dois, em dezembro mais um. Ai agora a gente tá com o recurso retornou ai dá licitação a gente tá novamente na parte contratação vai de novo pela FAPEAD, muda um pouco a equipe de professores, até por a Dona Zenir acionou outras pessoas até porque que não ia dar conta de trabalhar em Itamatatiua e outros e a gente tá fazendo uma nova seleção para substituir sete comunidades: cinco que vão ser tituladas; uma que a gente viu que tá em área da União que eu comentei com vocês e uma outra, tem uma outra que vai substituir porque a gente já tá caminhando também com os relatórios.

**[01:08:07] Cidinalva:**

FAPEAD é o que?

**[01:08:09] Anny:**

Fundação de Amparo à Pesquisa, fica na UEMA. A fundação da UEMA.

**[01:08:18] Conceição:**

Então, fiquei com uma dúvida: no caso o INCRA faz esse processo de titulação do INCRA ocorre o estudo antropológico?

**[01:08:30] Anny:**

Isso

**[01:08:31] Conceição:**

O ITERMA não.

**[01:08:32] Anny:**

O ITERMA não.

**[01:08:33] Conceição:**

Qual a diferença assim, porque não ocorre?

**[01:08:36] Anny:**

Vamos lá aí eu volto lá em 2018 quando a gente foi elaborar a instrução normativa a gente... quando sentei com o Ciro Brito que foi o advogado que a gente estava junto, atrás de alguma experiência de instruções o INCRA que é a referência, é a primeira foi feita, é a referência principal. A gente foi ler a instrução do INCRA, pegamos também como referência a resolução do estado do Pará e aí a gente foi percebendo o quão dificultoso é o procedimento que o INCRA adota, o procedimento que o INCRA adota ele é muito burocrático e ele já tem um nível de burocracia que é assim... o próprio organismo institucional já tem uma dificuldade eles lá de operar essa instrução normativa deles e na nossa realidade aqui ela seria basicamente inexecutável, então quando eles falam: **a gente vai também estar disputando as comunidades...** eles tem lá, os nossos colegas eles tem lá, eu acho que hoje o INCRA Maranhão acho que tem quatrocentos, são quatrocentos processos hoje lá, então eles precisam licitar uma boa parte dos estudos e pra licitar eu tenho que ter dinheiro na casa e se a gente for pegar a destinação de recursos para o INCRA, pra trabalhar com essa pasta ela só reduziu nos últimos anos e a gente tá só falando de governo Bolsonaro, os governos anteriores também já há uma crítica dos colegas que os próprios governos anteriores também foi havendo um decréscimo. Quando sai o decreto 487 na época assinado pelo presidente Lula houve um... foi muito recurso para o INCRA, muito recurso. Mas depois nos governos seguintes tendo decréscimo, decréscimo, hoje tá com o caixa quase zerado e aí o recurso fica no INCRA sede, então os INCRAS regionais vão solicitando pro INCRA sede, então você ainda tem que ter uma concorrência com as demais regiões do Brasil.

Então você avalia um processo que uma peça do processo vai custar de R\$ 45 mil à R\$90 mil reais, uma peça! São várias que eu tenho que botar no processo. O próprio georreferenciamento para a gente aqui que é a peça mais cara, tem processo aqui tem território mesmo que a gente faz o geo, dois mil a gente estava encerrando o geo em R\$ 70 mil reais, até botando na ponta do lápis: um geo de R\$70 mil; um relatório antropológico de R\$ 90 mil e aí com é que a gente vai conseguir executar de fato. E assim, a gente tem também que ter sensibilidade até que ponto eu tenho que ter um nível de burocracia, pra dar segurança jurídica para as comunidades e ao próprio Estado e até que ponto eu posso desburocratizar o máximo possível pra poder é... garantir esse direito. Então é, eles tem várias etapas diferenciadas do que o nosso, a gente adotou uma discussão diferente, então vale a pena você dar uma comparada nossas etapas eles tem várias etapas de notificação dos possíveis proprietários da área, eles fazem georreferenciamento no final do processo, diferente pra nós é a segunda etapa pra eles é a última, é bem diferente assim. Ai tem novos estudos que apontam que a regularização do INCRA tá chegando em média, um processo tá chegando aproximadamente há dez anos.

**[01:012:59] Cidinalva:**

E aqui demora quanto tempo?

**[01:13:01] Anny:**

Aqui o estudo recente tá dando três anos e lá em média de cinco a dez anos pra poder sair. Aí outro ponto de gargalo que eles falam: ***Anny quando a gente chega no final do processo o estudo antropológico que já foi feito há anos atras já tá desatualizado.***

**[01:13:21] Conceição:**

Muita coisa já mudou

**[01:13:24] Anny:**

Aí tem o caso de fazer de novo, um novo estudo, sabe. Então é uma outra realidade que não teria como acompanhar... eles já têm dificuldade e a gente teria muito mais. Então a gente analisou que o nosso processo teria que como fundamentação uma identificação dos moradores que a gente faz com esse cadastramento, a identificação... não é identificação que a gente faz é um levantamento da situação fundiária da área, ou seja:



**quantos poços eu tenho neste território? Tem propriedade? Aonde elas estão localizadas?** Então a gente identifica cada casa com uma coordenada; a gente conversa com cada morador e avalia quais são, avalia não! Desculpa! Avaliar pode dar a entender que a gente tá mensurando valor. A gente identifica quais são as benfeitorias que tem que ele declara ter no lote dele na área individual de na área de posse. A gente identifica as propriedades que possam por ventura existir lá no território; identifica questões ambientais, aonde é que tá localizado, formas de acesso, vou explicar mostrando fica em melhor, porque senão fica tudo muito abstrato. Esse aqui é o atual processo que vocês têm interesse eu deixei separado, que é o de Boa Vista Rosário, olha. O de Boa Vista, aqui os documentos iniciais que eu falei pra vocês, que dão entrada. Aqui as atas que a associação me manda: três páginas. **Gente vocês são maravilhosos.** Vamos lá! Aqui foi o levantamento que a gente fez ainda um levantamento preliminar da área, não foi feito com GPS de alta precisão, mas a gente identificou a área deles aqui é até legal de ver: aonde tem o Rio Itapecuru aqui, o Rio Munim e tem essa parte que é terra firme mesmo e a cidade de Rosário tá bem aqui, é bem pertinho! É 4 km da Igreja Matriz, seguindo lá a rua dá lá, é bem tranquilo de chegar. Ai a gente fez um levantamento, aí a gente chegou na primeira análise: Ah! são 1920 hectares diário pra trabalhar, ai ok. Aqui tem até o memorialzinho que foi feito pra a equipe do geo que fez o levantamento preliminar. Ai a gente começa a entrar em contato com o cartório depois que a gente tem a área, a dimensão da área, o limite a gente começa a nossa saga de diálogos com o cartório pra poder, reitera ofício que precisa e aí o cartório aqui mandou as certidões as vezes manda uma em determinado período, depois manda outra... é assim. Aí a gente fez reunião na área, aí tem o registro da reunião. Depois mandaram umas certidões, aí aqui é o levantamento ocupacional. Aquele outro processo aqui, esse processo aqui é o processo da Vale, aqui pra vocês olhar, só com o cadastramento das famílias. Esse aqui é o cadastramento, né... esse é o cadastramento que foi feito, aí com base nesse cadastramento, aí a gente basicamente nesse levantamento, a gente introdução, metodologia, notas de pesquisa, é descrição do município, formas de acesso, características ambientais, aspectos históricos, aspectos socioeconômicos que a gente fez com base naqueles formulários e a gente sempre destaca alguma coisa diferente, cada pesquisa é um processo. Nesse processo a gente destacou a questão do grupo de mulheres, teve um outro processo que foi de Samambaia a gente destacou o boi costa de mão porque era algo que era muito forte que unia a comunidade e é um boi centenário, então a gente fez um capítulo especial falando disso, nesse caso é a gente

destacou o grupo de mulheres Sabor e Arte Quilombola, que a gente viu que era algo que estava bem, bem forte lá enfim e aí a gente sempre trabalha assim: o histórico a gente sempre parte da história que a comunidade nos retrata, a gente não tem essa pretensão de fazer um histórico a partir do nosso olhar, certo? Então a gente utiliza o histórico da comunidade nos apresenta, se nos apresenta assim: Ah! Apresentou um histórico escrito, mas pá não tem muita informação, a gente vai olhar a entrevista das pessoas, aí faz assim esse levantamento da história oral mesmo, história oral pura. Aí a gente faz uma busca em alguns lugares, por exemplo: arquivo público, encontrou alguma coisa, alguém lá, alguma carta de sesmaria; o mapa de Rosa Mochel lá que tenha alguma identificação dessa área ou de uma área próxima, a gente vai e utiliza os almanakas que tem na Casa de Cultura Josué Montelo, Biblioteca Benedito Leite, vai analisar jornal, enfim. Aí a gente até aproveita muito, a gente tem recebido muito os estagiários já, aí a gente coloca pra ter essa experiência também, aí eu vou acompanhando as atividades dos estagiários e praticamente a gente vai conseguindo, olha aqui a gente encontrou uma carta de sesmaria lá no arquivo público e agente conseguiu identificar pessoas que ali citaram o levantamento histórico. Ali tem o forte de Santa Cruz, que é o Forte do Calvário ou o Forte de Santa Cruz e lá esses documentos estão abandonados tá uma tristeza de ver que ali poderia tá sendo bem melhor preservado. Então eles têm esse patrimônio lá... enfim aí cada situação é uma situação. Tem um projeto que, falava deste caso específico. Tem um projeto da secretaria... que é ADRQ, agente de desenvolvimento rural ao trabalho que são trezentos estudantes, já terminaram o ensino médio e que eles passam por um processo de formação, então trezentos jovens distribuídos em dez municípios e tem sete pessoas que não são dessa comunidade e o técnico local lá entrou em contato comigo e disse assim: **Anny, tem um eixo aqui que é o eixo de fortalecimento étnico e vocês vão estudar agora o histórico da comunidade. Tem como a gente ajudar?** Eu disse: **Opa! Sem dúvida! Vamos lá!** Aí ele trouxe os meninos aqui pra eles tomarem conhecimento aqui do ITERMA, falamos do processo com eles. Eu chamo de menino, mas são tudo acima de dezoito anos. É ia a gente junto com a estagiária que tem aqui, da UFMA, dissemos: Ó a gente preparou uma oficina para falar de patrimônio cultural com eles e eles ficaram com o dever de casa de levantar os patrimônios da comunidade, patrimônio material e imaterial; é e formas de expressão como imaterial, objetos e expressões. Aí eles fizeram e mandaram pra a gente por no processo. Aí a gente foi e montou uma forma de catalogar.

**[01:22:15] Cidinalva:**

Tem esse processo digital?

**[01:22:17] Anny:**

Tem como te passar, aí eles catalogaram: foram nas casas das pessoas, acharam ferro antigo, pedra, panela, moto... e aí instrumento de trabalho

**[01:22:33] Conceição:**

Bem interessante.

**[01:22:34] Anny:**

Foi. Foram num lugar onde tinha umas taperas antigas. Ó, o que eles entenderam que seria a gente incorporou aqui: telha, faltou pintura de pessoas, tijolo, aqui a gente pegou na mão mesmo... aqui é duma antiga fábrica de pedreira, um escritório que tá lá abandonado... porto. Agora aqui sim é a ruína do forte. Aí foi uma experiência que a gente teve com eles de nos ajudar, as expressões culturais, dança, lendas...

**[01:23:27] Cidinalva:**

Esse levantamento desse tipo, ele não acontece nos outros processos?

**[01:23:31] Anny:**

Esse exato com esses jovens foi inédito!

**[01:23:37] Cidinalva:**

Essas informações que eles coletaram, são coletadas nesses outros processos de vocês?

**[01:23:42] Anny:**

Essas informações que eles coletaram especificamente...

**[01:23:43] Cidinalva:**

Esse tipo

**[01:23:48] Anny:**

Com essa análise que eles fizeram, não! A gente fez uma experiência nova pra cá. A gente não faz essa catalogação simples de patrimônios culturais, a gente não faz. A gente cita se tiver sítios históricos, a gente tira foto, a gente coloca no processo. Tem uma experiência bem legal no território de Soledade que a presidente da associação mesmo, ela foi no cemitério muito antigo e ela conseguiu bater fotografias de lápides de 1840 que elas são de granito, um granito bem resistente, nos ajudou muito. Ai a gente sempre fica nesse bate e bola com a comunidade. Gente o que vocês tiverem... agora como todo o mundo tem celular então a gente tenta e inovando o máximo possível e envolvendo eles no processo. Então é, se tiver alguma desde árvores antigas que para eles já são patrimônio, já denota a história porque foi alguém que plantou, nesse caso teve essas lápides, com os nomes que estavam nessas lápides, a gente conseguiu identificar esses nomes nos almanaques, nos almanakas de 1864 a 1869 e aí a gente conseguiu fazer uma parte do levantamento histórico. Aí utilizamos também mapas da Rosa Mochel identificando aonde estavam localizados os membros da família da Virginia, a proximidade, as fazendas enfim a gente conseguiu dados muito ricos. Então esse envolvimento com o pessoal da comunidade tem sido assim, é algo que tem realmente funcionado pelo menos na metodologia que estou utilizando, isso não significa que outros profissionais vindos trabalharem no setor se eles vão ter esse mesmo entendimento que eu tenho. Há uma margem ali que dá pra criar. A gente tem uma instrução normativa dizendo quais as informações tem que ter, tá aqui: relatório de levantamento ocupacional, introdução, metodologia, informações sobre o grupo, histórico da área, identificação dos sítios históricos, sítios agrários, áreas de uso comum, pontos de ameaça de conflito, descrição das práticas tradicionais, com relação ao culto e manifestações culturais, atividades de caráter social, político e econômico; identificação e descrição dos conflitos... Então aqui eu tenho é... Isso aqui não pode faltar em nenhum processo, agora a metodologia você pode criar aberta para coletar essas informações. Então a gente tem tido essas experiências e tem sido bem legais as devolutivas. Ai a gente tem feito muito análise, as vezes a gente debate muito aqui sobre o quanto a história do ponto de vista da população negra, da população quilombola ela é quase inexistente. Para a gente fazer o levantamento, a gente faz o levantamento das famílias dos brancos que é que está registrado, é o que a gente vai encontrar nos almanakas tão lá dizendo: fazenda tal fulano de tal; alferes ou então os cargos, cargos políticos, cargos, até mesmo esses cargos de professores, pessoal da guarda nacional e as vezes vem por

fazenda quando fala da população negra existente por exemplo: x pessoas, x almas...

**[01:27:43] Cidinalva:**

Esses almanakas ficam aonde?

**[01:27:44] Anny:**

Na Casa de Cultura José Montelo. São x almas

**[01:27:46] Cidinalva:**

Almanakas eu identifico lá como? Eu não conheço essa parte assim.

**[01:27:52] Anny:**

Não! Pode... são, é como se fosse o censo da época. É almanaka, escreve até com K de 1800, acho que lá tem dois almanakas tem esse de 1869

**[01:28:09] Conceição:**

Esse termo não é muito comum né!

**[01:28:13] Anny:**

Não é não! É tipo o censo da época

**[01:28:14] Cidinalva:**

É o censo

**[01:28:16] Anny:**

Pronto! A gente chega pra identificar alguma coisa do ponto de vista da comunidade.

**[01:28:24] Cidinalva:**

Nesse sentido a equipe de vocês não tem historiador nem assistente social?

**[01:28:30] Anny:**

Não tem!

**[01:28:30] Cidinalva:**

Nem antropólogo?

**[01:28:31] Anny:**

Não tem

**[01:28:32] Cidinalva:**

E além disso, não garantiria nem o historiador, nem o assistente social nem o antropólogo que tivesse profissional para apoiar a partir das relações étnicos raciais que vocês não têm...

**[01:28:36] Anny:**

É uma carência

**[01:28:46] Anny:**

que muitos não tem. (inaudível)

**[01:28:47] Cidinalva:**

Na tua experiencia é uma questão que se orienta na nossa área, orienta estudos africanos, a gente trabalhou, nós trabalhamos nessa área que na tua opinião, no teu dia a dia, tu sentes falta?

**[01:29:05] Anny:**

Sinto! Sinto falta, é importante sim que esses profissionais venham ser incorporados na instituição que isso é muito salutar. Isso também é uma preocupação dá continuidade da política, de como futuros profissionais que vão tá trabalhando aqui, que vão tá tendo esse levantamento de dados, que vão tá tendo esse cuidado de dar essa informação, eu digo assim no meu caso a minha formação eu digo que já vem de um tempo de experiencia de caminhada, de pesquisa e tudo que eu fui agregando ferramentas que me possibilitaram de desenvolver essas pesquisas. Mas cada profissional é um profissional, não dá pra botar um economista aqui que ele vai trabalhar desta mesma forma? Uma pessoa que não tem essa... e um outro ponto que é tenso para gente é a gente não ter hoje um funcionário efetivo para tá trabalhando aqui no setor, que é uma outra situação e mesmo entre os efetivos a gente não tem pessoas dessas áreas, mesmo entre os

efetivos.

**[01:30:22] Cidinalva:**

Aí acha que política tá sendo fragilizada exatamente por isso, que é a mão de obra especializada na área

**[01:30:30] Anny:**

Vocês podem chegar aqui no próximo semestre e encontrar uma conjuntura completamente diferente. E uma outra questão também que é ponto de pauta e tal, a gente hoje essa política está sendo trabalhada na instituição através de uma comissão, as comissões elas têm caráter temporário então é necessário que... já foi até enviada uma proposta para o governador, de transformar esse setor em uma diretoria para que a gente tivesse mais autonomia de ação mesmo e aumentar seu corpo técnico. Hoje a gente está em uma situação bem melhor porque quando eu entrei no ITERMA em 2017 era só eu e o Ciro; em 2018 uma parte era eu e o Ciro e depois veio a Mônica que é uma quilombola advogada que veio trabalhar com a gente; aí em 2019 também só era eu e Mônica, imagina duas pessoas para trabalhar com essa pasta que é uma pasta difícil e uma demanda que a gente tem muito grande. Ai em 2020 com a mudança da presidência foram inseridos outros profissionais aqui na comissão, a gente começa com uma equipe maior pra trabalhar foi 2020, 2020 ai veio pandemia e outras situações, mas foi quando a gente começou com uma equipe interdisciplinar com mais braços, com engenheiro agrônomo para fazer o levantamento fundiário; o pessoal que é bacharel em direito para trabalhar com a questão do levantamento cartorial, mas a gente ainda não fomentou, ainda não conseguiu trabalhar com profissionais da ciências sociais, com profissionais da história. Aí a experiência que gente tem tido muito em trabalhar com estudantes, a gente teve estagiária de história que foi a Rosimeire, a gente já teve estagiária de ciências sociais, atualmente tem duas tá chegando mais uma próxima semana. Então a gente tem tido assim muito mais no sentido de estimulá-las a repassar a elas técnicas que a gente utiliza de pesquisa, de coleta de dados, experiencia para a formatação de relatórios, a gente pensa que não mas pega essas experiências para agregar mais ainda no dia a dia e ampliar, ampliar o trabalho, a qualidade do trabalho.

**[01:33:06] Cidinalva:**

Hoje vocês têm quantos processos aqui?

**[01:33:08] Anny:**

Hoje a gente tem 130.

**[01:33:10] Cidinalva:**

Qual a média de adesão no total?

**[01:33:17] Anny:**

São de 2010 pra cá, 2010 pra cá. Tinham outros que eram até anteriores mais a gente arquivou porque estavam basicamente com os documentos iniciais e eram anteriores a lei e acaba com 05 anos sendo possível fazer o arquivamento. Mas recente a gente fez até alguns outros também, aí a gente tá com 130.

**[01:33:43] Cidinalva:**

A média desses processos é três anos, né?

**[01:33:45] Anny:**

Foi um estudo feito agora pela Clínica de Direitos Humanos da UFPA que tem duas advogadas que são quilombolas e fazem parte da clínica inclusive a Mônica que trabalhou aqui trabalha agora tá clínica, aí falou: ***Olha aí Anny a gente fez um estudo e tá dando uma média de 05 a 10 anos para o INCRA e eu falei: e o ITERMA como é que tá análise de processo? É 03 anos, mas um motivo pra fazer esse estudo, teria que conversar com ela.***

**[01:34:16] Conceição:**

E a comunidade de Boa Vista já está há quantos anos já?

**[01:34:18] Anny:**

O processo deles é de 2018, esse aqui que a gente tá trabalhando. Eles tinham um processo anterior, eu acho que de 2017 até... 2016 e eles optaram por abrir um outro processo porque quando eles vieram da primeira vez, eles trouxeram um vereador com eles e aí eu acredito que as relações políticas deles mudaram aí quando eles vieram cobrar o processo tal eles viram que estava o nome desse vereador e quiseram alterar aí abriram outro em nome da associação e foi assim. Aí eles abriram outro processo. Ai a gente começou a trabalhar efetivamente, deixa eu ver aqui... foi em 2018 ainda, em setembro de 2018 foi quando a gente fez a primeira reunião lá na comunidade né. Aí o



que tá faltando no processo de Boa Vista? Tá faltando o georreferenciamento definitivo da área, a gente só tem esse levantamento preliminar. Ai a gente fez o, que eu estava mostrando para vocês o levantamento ocupacional, aí já juntamos, o fundiário também já foi feito, aí tem uma coisa para mostrar para vocês. Que eu disse pra vocês que a gente identifica aonde fica as moradias, quem tá dentro, quem tá fora do território, a gente pega essas imagens mais é tudo tabelado, onde cada pessoa mora, coordenada, benfeitoria, CPF, nome da pessoa. Então se tem propriedades na área a gente, a gente identifica, faz uma tabelinha a parte, aqui são mais umas fotografias de lá, lá tem uma área do IBAMA também lá, fica dentro deste território mais que a gente nem encontrou o registro cartorial, mas é uma área que o IBAMA ajuda a preservar, mas que na maioria é o povo que preserva mesmo e eles colocam animais lá para a recuperação, reintegrar a natureza que chamam. E aqui o levantamento cartorial, tem vários registros já por isso que eu comentei pra vocês na entrevista: não é uma área que a gente vai assim titular sem fazer o levantamento, faz as cadeias dominiais e tenta então encontrar o destaque do estado, então esse é um ponto chatinho, mas bem necessário para o andamento.

**[01:37:13] Conceição:**

Anny eu queria que tu falasses um pouco sobre as potencialidades e fragilidades também da comunidade de Boa Vista.

**[01:37:25] Anny:**

Potencialidades. Assim eu percebo que talvez eles falem isso para vocês, mas é... em primeiro momento quem vinha aqui era seu Celso, que é o presidente lá, seu Celso Gaspar e a gente, ele vinha acompanhado de algumas lideranças políticas locais e ele falava muito assim... o argumento dele para a regularização fundiária é justamente o fato do território ter uma jazida de argila e também ter estas áreas de recurso mineral que tanto que já teve pedreiras que já funcionaram lá e eles são todos os anos muito abordados pro fornecimento de argila. Tem três, cerâmicas que funcionam dentro do território da área historicamente ocupada e eles sentiam muito essa pressão tipo: Olha, tá chegando o período de coletar argila e a gente vai entrar no território para coletar. Aí eu percebi que esse era um ponto de muito incômodo para ele e ao mesmo tempo ele se sentia coagido junto com outras pessoas da comunidade. **Como é que eu vou dizer não se eu não tiver a propriedade da terra?** Então a retórica dele inicial se deu muito dessa questão da abordagem das cerâmicas. Não nos repassou um conflito explícito, nem uma,

algo que teve uma ameaça explícita. Não! Não passou por isso. Eu entendo que na medida do possível eles buscaram dialogar com esses grupos antagonistas. Então a gente vai perceber no território, muito assim de... porque assim é uma forma de coletar, aí ele fala assim: tanto a empresa coletou argila, quanto a gente ficou com uma área para botar um fecho. Só que os açudes eles secam em uma parte do ano, só que quando tá no período chuvoso tá ok, quando não... tá seco. Assim, eu acho que essa é uma questão que é uma fragilidade deles essa pressão externa. Além disso, você vai ter pessoas que moram neste território, que são quilombolas e trabalham nestas cerâmicas. Então a cerâmica também é uma área de trabalho para boa parte das pessoas da comunidade e isso faz também com que a comunidade não tenha um rompimento com estes grupos, sabe... então isso é uma fragilidade para eles sim. Ai a gente vai perceber que vários trabalham em fábricas de tijolos, uma maior parte da comunidade as casas são de taipa, que é uma outra contradição, um contrassenso assim se observar isso daí. Então, é algo que eu percebia que conversando com eles marca muito. Na década de 50, 60 foram chegando várias empresas lá tanto essas empresas para explorar o minério quanto essas empresas para explorar a argila. Já chegaram a funcionar duas cerâmicas lá e já chegaram a funcionar três pedreiras e sempre eles trabalhando com esses estabelecimentos lá. Então esse é um ponto chega determinado ponto que eles não têm total autonomia do território deles. Eu não sei quando começa as intervenções do IBAMA lá porque esse foi um ponto que a gente não levantou, mas é um ponto positivo eles percebem, ele em um nenhum momento fazem crítica ao fato do IBAMA tá lá, até de soltar os animais lá, eles não fazem críticas, até porque eu acredito que eles começaram a ver um apoio, porque ficar dependendo da exploração de como for o IBAMA muita, aí eles começaram a criar uma relação institucional com esses profissionais do IBAMA aqui e lá. Então vocês vão encontrar placas que falam que é área de proteção ambiental lá, do IBAMA, então isso é algo que veio fortalecer eles esses últimos anos eu percebo, mas isso não inibiu a abordagem, as cerâmicas pelo que eu entendi, conversando com seu Celso, elas coletam a argila em determinado período do ano para trabalhar o ano inteiro, forma aquela montanha lá e ao longo do ano e eles vão utilizando aquele. Agora já é época de coletar de novo.

**[01:42:45] Cidinalva**

Vocês sabem o impacto sobre a comunidade, questões de saúde e outras coisas além do ambiental?

[01:42:53] Anny

O ambiental eles falam mais de observar que houveram mudanças visuais lá na área e que é um recurso que ele vai se esgotando também com o tempo. Em termos de saúde não vi nenhuma queixa deles assim: **Ah! Com a extração a gente tá tendo problemas de saúde, respiratórios...** Não há algo do tipo não, não escutei deles não. Aí a associação deles já tem um bom tempo, já tem um bom tempo já tem mais de três anos e com o processo de regularização eles já começaram já a se reorganizar, por exemplo: **Seu Celso, quantas pessoas você tem nessa associação? Tem 250 pessoas. Todo mundo mora na área?** Veja bem quando a gente emite o título pra vocês quem tiver com o nome na associação é proprietário, é proprietário coletivo. Então se tem pessoas que não temais vínculo com a comunidade, tem gente que já até faleceu e está o nome lá. Aí ele: **é verdade eles foram revisar isso!** Aí eles começaram a revisar, fizeram o recadastramento de famílias lá entre eles mesmos, aí ele ligava: **Oh! A gente já organizou aqui a nossa relação de sócios! Ah! Muito bem!** Aí teve um fomento aqui na Secretaria de Agricultura Familiar do cadastro ambiental rural, faz uns três anos o Maranhão começou a desenvolver o cadastro ambiental rural e eles foram contemplados com o cadastro ambiental coletivo lá da área tudinho. Aí nisso que eles conseguiram o cadastro ambiental rural, eles tomaram conhecimento que eles poderiam conseguir um empréstimo no banco, aí tem até o relato que a dona Rosa fez até pro governador, mandou contando isso aí, (eu acho que tenho esse vídeo), que ela fala que elas fizeram primeiro um empréstimo no valor de acho que foi R\$ 3mil reais. Aí com esse empréstimo elas compraram panelas, compraram algumas coisas para elas fazerem os biscoitos e bolo e aí elas venderam a produção para a merenda escolar, aí venderam toda a produção, aí depois fizeram um outro empréstimo para utilizar como capital de giro. Aí fizeram um outro empréstimo em nome da Dona Rosa, a esposa de seu Celso, aí a gente foi tocando: precisa de um capital de giro, eles sempre vêm aqui saber como tá o processo, eles são muito ativos aqui. Aí dona Rosa começou a vir aqui também acompanhar seu Celso, até então era só ele que vinha, aí ela começa a vir, ela começa a mobilizar inicialmente umas 10-12 mulheres, de repente o grupo ganha uma outra proporção são vinte e poucas mulheres, aí elas começam a acessar o PNAE, acessam PROCAF que é um programa de distribuição de alimentos que é da SAF aí teve o PROCAF quebradeira de coco, teve o PROCAF quilombola eles acessaram também. Aí só já foi PNAE, PROCAF, agente até fez essa planilha aqui: dois PROCAF, os PROCAFS e aí o grupo cresceu, tomou proporção a gente até fez um fluxograma

comercial do grupo, aí acessaram o PROCAF quilombola, PNAE, o PROCAF babaçu, elas passaram a vender em praças eventos e feiras. A produção, deixa eu ver se tem foto aqui da produção, delas produzindo. Ai aqui tem a sede da associação que eles estão construindo lá... assim a produção se dava na casa deles mesmos, reunião as meninas, fizeram camiseta, foram se organizando é tudo muito embrionário. Elas não têm ainda uma associação delas. Todos esses fomentos que elas acessaram através da associação comunitária, por isso que o projetinho que eu construí com a outra colega para fomentar uma organização própria delas para que elas consigam ter essa autonomia, não misturar conta da comunidade com conta do grupo.

**[01:47:42] Conceição:**

Isso tá ativo hoje?

**[01:47:44] Anny:**

Tá ativo! Aí teve... eu sei que o vídeo chegou na mão do governador, o vídeo que a dona rosa fez, aí teve um evento na comunidade e o governador foi lá junto com o secretário de agricultura, o secretário de igualdade racial foi lá na Boa Vista aí eles até entregaram um certificado de cidadão quilombola. Aí eu disse: **Vocês são muito marketeira mesmo...** para o governador. Aqui tem até o nome das mulheres, das idades, como é a cadeia de produção delas, para quem elas produzem, como o dinheiro vai para elas. Aí elas falam: a gente faz o bolo e o biscoito que vai para a merenda escolar, a gente faz, a gente vende e nossos filhos ainda comem na escola, aí uma parte da produção é devolvida para elas também é... enfim, aí depois o grupo cresceu, aí tem uma vertente do grupo que são de jovens, de meninas mais jovens que trabalham com a parte do artesanato: do brinco, do colar, da porta caneta. Aí ele as foram agregando as próprias filhas também, aí ... ô o certificado para o governador. Ai a produção em princípio é feita no alpendre que é na casa de seu Celso, que acabou se tornando uma sede da associação, ao bendizer, e elas conseguiram com essa ida do governador levar uma indústria para lá que já começou a construção, então é bem legal porque elas vão ter a cozinha lá, a indústria delas que está sendo construída lá ao lado da sede, que eles estão fazendo lá a associação.

**[01:49:45] Conceição:**

E a escola é na comunidade mesmo?

**[01:49:48] Anny:**

Escola eu acredito que não tenha na comunidade, eu não lembro de ter visto lá.

**[01:49:52] Conceição:**

Diz que é para a merenda escolar, então ela vende em outro município?

**[01:49:55] Anny:**

Não! É pertinho, é em Rosário! É apenas 04 km de distância. Eu acredito que o ônibus vá lá, busque os meninos e leve para a sede e volta.

**[01:50:00] Conceição:**

Ah sim!

**[01:50:05] Anny:**

Entendeu? Aí eles deixam os biscoitos são vendidos na sede da prefeitura lá. Parece que o quilo do biscoito é R\$ 28 reais, 28 ou 22 se não me engano, foi o que ela me passou. E aí as mulheres foram se animando, não havia tanta perspectiva para elas. Os homens pelas fabricas lá e as mulheres ainda muito ociosas na comunidade. A dona Rosa ela é funcionária municipal, ela é agente comunitária de saúde, lá mesmo na sede em Rosário, aí ela tinha esse olhar, que ela queria que fazer alguma coisa, aí foi fazendo essa tentativa e elas tão conseguindo: elas já foram para a feira que teve em Natal, recentemente teve uma feira em Natal, é teve... teve... teve como é mesmo o nome daquela feira que teve aqui mesmo em São Luís. Aquela feira lá perto do aeroporto, como é nome?... Expoema. Vieram para a Expoema, participaram de várias feiras. Tudo que a secretaria... principalmente lá, ai pronto, eles foram aprendendo os caminhos. Um ponto positivo deles: eles começaram a ter uma presença efetiva nos órgãos tanto no de agricultura familiar, quanto no ITERMA, quanto na Secretaria de Igualdade Racial; começam a frequentar os órgãos, começam a fazer um diálogo com os gestores deste órgãos, começam a chegar até os secretários sensibilizar estes secretários também sobre a situação deles e com isso eles vão criando estes vínculos, então as feiras que a secretaria tem desenvolvido, todas as feiras que a secretaria tem desenvolvido perguntam a eles: ***Vocês não querem participar da feira?*** Aí então ficou algo assim bem, bem interessante.

**[01:52:05] Cidinalva:**

Então a partir do... da busca pelo título da terra eles conseguiram ter acesso a diversos outros benefícios, a participar né a ter outras participações, porque quinze anos não são quinze dias a importância disso de o título não somente para viabilizar a terra, como a gente discute: Ah porque eles querem é terra, mas como tu dissestes: a terra como tu disse é o básico. Permite que eles acesso a outras, outros benefícios, mas também construam uma outra forma de se relacionar entre si, com o próprio território, com sua história e com as instituições eles podem acessar direitos, né?

**[01:52:47] Anny:**

Exatamente.

**[01:52:49] Conceição:**

Eles se tornaram empreendedores né?

**[01:52:51] Anny:**

Sim!

**[01:52:51] Cidinalva:**

A partir da própria realidade local deles né?

**[01:52:59] Anny:**

Elas não tinham por exemplo: são quebradeiras de coco, mas não tinha acesso a entidades representativas, eles não vão falar assim: Ah a gente falava com o ACONERUQ ou com o Movimento das quebradeiras de coco, eles não tinham isso. Quando eles começam também a participar também da mesa quilombola aí eles começam a interagir com outras lideranças quilombolas, liderança mesmo de outras instituições, aí eles começam, aí eu comecei a apresentar: olha aqui...

**[01:52:32] Cidinalva:**

Você pode falar um pouco desta mesa quilombola?

**[01:52:37] Anny:**

Sim eu posso falar! A mesa foi criada em dezembro de 2017. A finalidade dela é dialogar

sobe as questões fundiárias e agrárias também, ela congrega secretarias de estado e lideranças, organizações. Ann, as reuniões acontecem a cada dois meses, a gente suspendeu agora mais recentemente por conta do período eleitoral, mas as reuniões aconteceram todos esses anos ininterruptamente a cada dois meses, mesmo durante a pandemia aconteceram virtual. É um dos objetivos da mesa é priorizar processos, a gente tem uma demanda de processo que chegou aqui, tem mais de cem processos em cima da estante. Quais coisas a gente vai efetivamente incorporar e trabalhar? Então a mesa foi um braço nosso para definir quais seriam os processos a serem trabalhados prioritariamente, que a gente não deixa de atender, as pessoas vêm a gente atende, a gente tenta encaixar os cronogramas de viagens nas atividades, mas a mesa veio para ser um espaço para a gente também discutir diversas coisas. Eu não vejo a comissão quilombola sem a mesa quilombola, eu não consigo visualizar, eu acho que uma precisa da outra. Com a mesa a gente consegue discutir conceito, a gente começou, por exemplo hoje alguns conceitos que a gente não utiliza, eu não utilizo o conceito mais..., ele vem na instrução normativa, ele vem no decreto assim: remanescente de quilombo não utiliza, porquê? Nas reuniões da mesa ele falaram: olha a gente não entende mais que esse conceito, essa categoria remanescente nos atende. Nós somos o que nós somos, nós não somos resto, sobra de nenhum povo. Nós somos o que nós somos. Então nós queremos ser identificados como comunidade quilombola ou território quilombola. Então a gente não adotou este termo mais da instrução normativa, os outros aqui tá tudo ok. É a gente começou, eles falavam muito assim: Olha, o processo do ITERMA, o ITERMA só regulariza a linha das comunidades desse jeito. Mas porque gente? O que que tá acontecendo? ***Não, porque a gente percebeu que algumas regularizações do ITERMA basicamente observou a área aonde fica a comunidade e o nosso território era bem maior e a gente perdeu área, e tal...*** Então que se pensar para além da área de efetiva a ocupação. Então vamos fomentar cada dia mais para que o Estado entenda o que é o território. Então com a mesa a gente começou a discutir conceito também e como a gente deveria também tratar a questão de conflito, então eles trazem casos bem tecnicamente difíceis de trabalhar de diferentes áreas de conflito, então a gente teve que também pensar com eles como seria essa abordagem. Então é muito interessante porque a gente percebe, tem várias questões assim a mesa é um canto a parte de estudo.

**[01:57:14] Cidinalva:**

Como faço para participar?

**[01:57:18] Anny:**

Pode sim participar! É aberto, é uma instituição aberta, a gente pode participar. A gente tem um grupo, dois grupos de WhatsApp, um só para os membros, o outro é aberto que é aonde a gente faz a divulgação das reuniões e também nas redes do ITERMA, aí as reuniões são abertas. A questão de voto que aí a gente restringe para os membros, mas fala a gente dá para todo o mundo, todo mundo tem o direito para falar.

**[01:57:51] Cidinalva:**

Mas os membros são de quais secretarias?

**[01:57:54] Anny:**

Os da secretaria é Secretaria de Igualdade Racial; Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Agricultura Familiar e o próprio ITERMA e eles estão pedindo a participação da Secretaria de Meio Ambiente por conta dos conflitos, mas eles não estão, não chegaram a participar ainda. Aí a gente tem da sociedade civil: tanto organizações regionais, estaduais convidadas pra participar, quanto associação mesmo. **Ah eu quero ser membro a mesa. Ok! a gente não restringe não.**

**[01:58:29] Cidinalva:**

Mas que seja quilombola.

**[01:58:33] Conceição:**

Podia ter um curso também né ....

Inaudível...

**[01:58:37] Anny:**

Aí tem o INCRA que também é convidado a participar, mas dificilmente eles têm uma participação muito efetiva, mas eles também são. Chegou a ser solicitado também a participação da Fundação Cultural Palmares, mas a gente acabou, como a fundação passou um bom tempo fechada, não sei se vocês lembram, mas a gente acabou não



emplacando um diálogo com eles, de eles participar. Mais aí tem... é convidado a participar da Mesa por decreto tem: ACONERUQ, Associação estadual das comunidades quilombolas, o Centro de Cultura Negra, as associações municipais de Anajatuba, Itapecuru Mirim, Matinha é... são quatro, tem também do território étnico lá de Alcântara, eles também participam a TEQUILA que eles chamam TEQUILA, tem essas regionais e tem (inaudível)... o território de Sesmaria do Jardim que é membro da pasta. O território de Boa Vista eles vem muito participar, mas eles nunca pediram oficialmente para ser membro da mesa, eles têm voz, eles falam também. É deixa eu ver uma outra instituição que se destaque... Acho que é só essas, só essas. E também tem muita participação assim...

**[02:00:05] Conceição:**

Foi o próprio ITERMA que instituiu?

**[02:00:07] Anny:**

Foi um pedido da sociedade civil. Foi um pedido da sociedade civil, eles mandaram uma carta para o governador pedindo várias coisas e dentre elas foi o pedido de uma mesa de diálogos no ITERMA, que tinha no INCRA e o INCRA extinguiu. É foi assim um espaço de participação popular que a gente conseguiu emplacar também e aí foi bem legal, porque a gente percebeu muitas coisas, a gente vai perceber que eles negociam entre eles, quais são os territórios que eles querem priorizar. Às vezes eles é... tipo assim: eu sou da associação de Anajatuba, eu quero priorizar 05 territórios, aí eu Anny, enquanto funcionária, não posso falar nada, tem que ver vão se posicionar lá também, não mas tem outro território que tá lá precisando, tem outro, então tem uma negociação interna, tem vínculos que eles estabelecem entre eles, vínculos que fortalecem as redes, as redes de solidariedade, as redes de pertencimento que vão ampliando, como seu Celso teve acesso a essas outras redes, lideranças, participam de reuniões que eles não participariam anteriormente, não participavam anteriormente. É então, e a gente vai também sensibilizar os gestores: ***Olha tem que dá resposta pra Mesa, vai pra mesa mês que vem, a gente tem que apresentar a demanda, ficamos de ir em tais comunidades fazer o georreferenciamento e tudo...***, então a gente também sensibiliza os gestores, a gente percebe que isso tem um impacto sim de... e também é o que eu sempre falo de ocupar espaço, ocupar espaço institucional, sabe! E aí eles fazem cobranças: ***a gente quer ter funcionário quilombola na comissão e tudo.*** A gente tem

batido bastante nesta tecla: porque tinha uma funcionária que era quilombola ela saiu porque ela foi para a clínica aí não teve como conciliar todas as atividades, aí depois dela chegaram outros funcionários que não se autodefinem como tal e aí eles já têm batido o pé: **Olha a gente quer funcionário quilombola**. Tá certo, é verdade a gente tem que ter maior representatividade lá, é uma política que fala de vocês, para vocês. É esse é um ponto.

**[02:02:45] Cidinalva:**

O trabalho acaba sendo... como é que eu digo... começa a ser de uma certa maneira começa a ser organizado a partir da própria mesa.

**[02:02:55] Anny:**

Sim.

**[02:02:57] Cidinalva:**

Qual a prioridade, qual o processo que você vai olhar agora. A mesa na verdade, não é que seja subordinado, mas é a mesa que assim que define os passos da comissão né.

**[02:03:07] Anny:**

Sim, e é muito bom sabe porquê? Por que os gestores tem suas áreas que eles querem trabalhar, naturalmente cada gestão tem prioridades diárias para trabalhar e assim, não tranquilamente eu falo pra vocês que a gente não tenha essa intervenção, aqui, direta... é muita assim: **Ah, determinado território recorreu aos gestores**, o gestor: **Olha você pode dá uma atenção pra determinado território porque eles me pediram e tal**, mas assim. Mas a prioridade é o que é apresentada pela mesa, é respeitada pelos gestores das instituições, é isso. Encerra lá também.

Inaudível

**[02:03:02] Anny:**

Assim que passar esse período eleitoral para fazer a próxima reunião porque faz dois meses que a gente não faz pela primeira vez assim.

(Inaudível)

## **Transcrição efetuada por Ildéan Silveira Nascimento – entrevista com jovens do Quilombo Boa Vista**

### **Conceição:**

Bom dia, eu me chamo Conceição, sou discente do Mestrado de Ciências Sociais e hoje eu vou ter uma roda de conversa com o grupo Agente de Desenvolvimento Quilombola, que é o grupo ADRQ da Comunidade quilombola Boa Vista. E aí, primeiro eu queria saber se vocês autorizam a gravação dessa conversa.

### **Jovens:**

Sim

### **Conceição:**

Certo. Então assim, eu queria que vocês falassem sobre o grupo ADRQ – Agente de Desenvolvimento Rural Quilombola.

### **Mateus:**

O grupo ADRQ ele ajuda a minha comunidade a se desenvolver como um todo, mesmo assim como a cuidar de uma horta, como manusear assim o terreno e como sempre deixar o kit (...) Esse é o meu ponto de vista.

### **Yasmin:**

Verdade, inclusive a gente aprende a plantar as coisas, né! Tipo alface, cheiro verde, então tudo dá para plantar. Hoje eu plantei alface, inclusive nasceu e já estava bem bonitinho, né! É bacana, né, aprender isso daí.

### **Adriana:**

A gente também aprende como fazer o sabugo e também como combater as pragas né, que ficam nas hortaliças. A gente também ganhou as sementes que era pra gente plantar no quintal.

### **Jéssica:**

O ADRQ ele dá várias oportunidades pra nós na questão de desenvolvimento mesmo pessoal e faz a gente entender que a gente pode ir muito mais além, e que tipo, eu falo por mim, eu, não é que não valorizava, mas eu soube valorizar ainda mais a minha comunidade, ainda mais a realidade do quilombo. E isso pra nós que somos jovens, quando as outras pessoas vêm não vêm o que a gente já vê sabe, nós temos a mente mais aberta sobre a realidade mesmo, uma realidade que faz a gente pensar muito mais no nosso futuro, o quê que a gente quer pra nós, pra nossos filhos, nossos pais e a gente

aprendeu demais mesmo. Uma oportunidade que a gente jamais vai esquecer. É tão realidade que eu tinha outro objetivo de vida, ainda tenho, certo, mas como eu estou tendo essa oportunidade, eu estou aproveitando ao máximo mesmo. E a gente até sente porque é só esse ano, né! Mas a gente sempre vai levar essa experiência com a gente. E todos os cursos pra comunidade a gente vai, a gente faz questão de ir, às vezes nem é algo planejado, mas gente sabe que é uma posição, então a gente tem que meter a cara mesmo e fazer. Então, eu mesma, falo por mim e pelo grupo né, de ser muito gratos pela oportunidade. E a gente aprendeu demais em questão a tudo, a valorizar tudo, tudo do nosso quilombo, que é uma área rica de conhecimento, não só conhecimento do passado, né! Mas é muito real, muito relativo tudo o que a gente vive aqui. A gente vive no modo de gratidão mesmo por tudo. É isso.

**Conceição:**

Então, assim, esse grupo ele faz parte de um projeto, não é, não foi isso! Que ele iniciou quando, 17 de novembro de 2021 e terminou agora há um ano! Então, a gente vai até de dezembro. Quem que desenvolveu assim, quem criou o projeto?

**Yasmin:**

O ADRQ foi o pessoal lá da CI, deixa eu ver quais são os outros, parece que das SAPs tem isso.

**Conceição:**

É um projeto do Governo do Estado?

É, aí saiu um edital pra Rosário e a gente fez, teve a sorte de ser aprovado seis aqui da Boa Vista, só que hoje só tem cinco, o outro está ocupado.

**Conceição:**

Então, tem a quantidade máxima, né! E vocês têm assim treinamento?

**Yasmin:**

A gente tem um técnico da ADRQ, só que ele passou dois meses afastado, né. Aí nós vamos até dezembro pra fechar o ano completo. Aí agora vai deixar de novo que ele está com Covid.

**Conceição:**

Essa pessoa é técnica em que, em agropecuária?

**Yasmin:**

Eu nem sei mais.

**Mateus:**

No meu ponto de visão ele como técnico eu aprendi muitas coisas porque tipo assim,

tem coisa que a gente não sabia, que botava nossa cara a tapa, tipo assim, a gente não sabia nem mexer, como que como que toca numa câmera.

**Yasmin:**

Ele ensinou tudo.

**Mateus:**

Ele ensinou tudo. A gente precisava ficar bom em várias, ele falava, e aos poucos a gente foi aceitando aquilo e foi gostando cada vez mais. Ele ajuda a gente demais em várias coisas.

**Conceição:**

Ele dava orientação de como produzir né, as hortaliças, com o manejo, o cultivo?

**Adriana:**

Teve até aula prática, o cultivo (...)

**Conceição:**

Aí vocês têm todo esse treinamento, vocês passam a ser esse agente dentro do quilombo, não é isso! Aí qual é o papel de vocês dentro do quilombo, enquanto agente do ADRQ! Quê que vocês fazem, vocês têm assim uma ordem diária, vão visitar tais famílias, as casas, vão juntar alguém, como é o trabalho de vocês, como vocês se desenvolvem aqui?

**Yasmin:**

Durante o curso a gente teve esse momento, o de plantar 400 mudas de abacaxi que está aqui no fundo, os agentes tudinho, são 28 agentes só em Rosário, aí daqui são só seis. O segundo momento nós fomos fazer o teste de batatas doce (...) Fizemos canteiro, botamos adubo e era correria.

**Conceição:**

Então, vocês pegam várias áreas para produzir?

**Yasmin:**

Mas hoje cada um tem o seu quintal de produção. Eu não sabia mexer em hortaliça não.

**Adriana:**

Nem fazer o sabugo nós não...

**Yasmin:**

Nem nada a gente não sabia. Fomos pegando ritmo devagarzinho.

**Ilde:**

E isso tem certificação?

**Jovens:**

Tem!

**Yasmin:**

Diz que sai em dezembro o certificado.

Ilde:

Aí vocês ficam aptos a repassar esses conhecimentos a outras pessoas, né?

**Jovens:**

Sim!

**Mateus:**

Quanto mais a gente vivencia o próprio potencial do ADRQ a gente fica muito grato mesmo (...) Como ele mesmo falou que ajudam muito no crescimento, teve momento lá que a gente ficava assim besta que, eu vivi e cresci vendo aquilo, mas não sabia o valor tão grande que tinha. Como aqui era muito o coco babaçu, a gente sabe o valor que tinha, que era pra importação o produto dele. Então assim mesmo sabendo o valor que aquela peça tem, acaba valorizando muito mais, aqui sabe até crescer mais ainda. Tanto vocês vêm uma casa (...)

**Jéssica:**

A gente já ajudou uma pessoa lá no Igaruçu que também é uma área quilombola, também tem só uma né, o técnico fez questão de a gente ir lá conhecer a área, plantar com eles, foi uma experiência muito boa pra nós também. É tipo, o foco não é só aqui, a gente também pretende ajudar outras comunidades que começando a enxergar mesmo que é a realidade da coisa sabe, como a realidade quilombola, mas é muito uma questão de... nossa! A gente também foi em São Miguel Oliveira, primeira atividade prática que nós tivemos. Ser quilombo é bom demais, é cansativo, mas é bom que só.

**Yasmin:**

Ainda mais quando a gente se junta assim um bocado de ADRQ, é muito legal junto.

**Jéssica:**

O conhecimento deixa a gente rico demais, então é bom demais a gente ver cada dia mais.

**Conceição:**

Com esse conhecimento sobre os próprios recursos naturais da comunidade, o que

mudou assim no olhar de vocês pra si, enquanto quilombola, assim uma palavra, falar alguma coisa assim, que mudou sobre a visão de vocês em relação à própria comunidade Boa Vista? Que palavras vocês colocariam? A visão de vocês sobre a comunidade, a riqueza que a comunidade tem em termos de recursos naturais que antes vocês não sabiam, né? Não compreendiam?

**Yasmin:**

O pessoal mais antigo dizia que aqui na Boa Vista antes não prestava pra nada, só cascalho que tinha e barro. Aí hoje a Boa Vista tem produção de hortaliça, de macaxeira, de mandioca, mas antigamente era só cascalho. Eles falavam que não prestava pra nada a terra, a terra estava fraca já, não sei se esses projetos mudaram pra cá já tinha esse bocado de açude, ainda tem muito açude aí.

**Mateus:**

(...) não sabiam as riquezas (...) que literalmente Boa Vista que fundou Rosário, pesquisou na pesquisa sobre o histórico da Boa Vista, sobre o Forte Vera Cruz que ele tinha um valor muito grande na história como um todo, foi até antes de Pericumã, é um tipo fundador. (...) A gente viu que não importa o lugar que você esteja, mas você saber o que tem lá, então é valorizar, só não esquece, pode vir de muito longe, não importa com o que e o que isso seja, só que você é capaz de tudo, basta querer.

**Conceição:**

Então, agora gente vai para a segunda pergunta. Como vocês desenvolveram o histórico da Comunidade Boa Vista, falar sobre o início, meio e fim, a conclusão, o que vocês compreenderam sobre a história da comunidade, concluíram sobre a história, como foi realizado o estudo?

**Jéssica:**

Acho que foi uma ideia do ITERMA e aí como já tinha o ADRQ eles acharam possível que a gente fizesse esse movimento, e aí o técnico do ADRQ tomou a frente de tudo e aí a gente marcou o dia, foi uma semana. Mandou a gente procurar as pessoas mais velhas, mais antigas em histórias de mitos, como as pessoas falam, as lendas, tudo a gente pesquisou, uma questão de lendas religiosas. A gente, acho que a gente tem fotos de objetos antigos que as pessoas ainda guardam até hoje, coisas que só via naquele tempo lá e eles falam que é de lá mesmo do Forte.

**Adriana:**

Até ferro de passar daqueles antigos que era de brasa, eu nunca tinha visto. É muito pesado.

**Mateus:**

Teve o início que começou, primeiro ele ensinou como usar as câmeras, que tinha que documentar isso e também da fala como vocês estão fazendo aqui agora. E aí a gente chegava mesmo em algum lugar: a gente vai fazer um curso (...) a pessoa ficava boiando, agora eu entendia, aí tinha vez que gaguejava na pergunta que, como você via aqui a Boa Vista naquela época, assim quando o senhor era pequeno! Aí, muitas das vezes ele não sabia como puxar, aí tinha que puxar já um pouquinho já o que eu sabia pra deixar a pergunta simples pra ficar mais fácil deles entenderem, né! Aí quando começava eu ficava era besta, caraca, isso tudo aconteceu aqui mesmo! Mas no final ficava besta também que, primeiro que isso tudo aconteceu aqui e a gente não sabia o tempo todo e aí nesse lugar que já passamos muitas coisas, já passamos muito, muito, tipo assim, japoneses já passaram por aqui, portugueses já passaram, até os próprios escravos que daquele tempo a gente descobriu que tinha os donos da terra, tinha lá os escravos e eles quando se foram deixaram lá, mas deixaram os sobrenomes deles. Tinha três sobrenomes.

**Lia:**

Tinha Bayma

**Yasmim:**

Bayma, Cantanhêde e o Ribeiro. Só que aqui existia duas fazendas, dessas fazendas era açúcar, café, goiaba. Aí tudo saía pelo Forte e ia de embarcação pra São Luís e assim sucessivamente. Quando começa a terra a guerra da Balaiada em 1862 né, o forte foi feito a reforma dele, só que não aconteceu aqui no Forte.

**Adriana:**

E também a Boa Vista ela não era aqui, era na beira do rio, lá onde tem a capela. E lá era chamado Alto da Boa Vista.

**Ilde:**

E por que mudou de lugar

**Adriana:**

Porque as pessoas foram saindo e foram indo pra Cachoeira.

**Yasmim:**

Foram acabando lá as casas e foram pra Cachoeira. E da Cachoeira vieram pra cá. Aí foi o tempo que entrou as empresas, as olarias, foi a Redemir, a Artecil, foi...

**Adriana:**

Ah, tem outras lá!



**Conceição:**

E existe até hoje essas empresas?

(...)

**Yasmim:**

Tinha dez, aí dessas dez foram se acabando, se acabando, só tem três.

**Conceição:**

E vocês acham que essa época traz algum benefício para a comunidade?

**Yasmim:**

Agora está, porque antigamente não era organizada, aí hoje se eles querem, se eles precisam de barro tem que ter licença do meio ambiente, e tudo é na parceria.

**Lia:**

E daí também a pessoa trabalha, tira o sustento da gente, né. A maioria dos pais de família trabalha lá.

**Jéssica:**

Aqui é, se não é na roça é na cerâmica.

**Conceição:**

E eles são assalariados, têm todos os direitos trabalhistas?

**Yasmim:**

Eu acho que tem, mas se trabalha só de bico, encher caminhão, encheu, sai fora. Aí quando não é na cerâmica eles vão pescar no rio, no igarapé.

**Adriana:**

É, uns trabalham na cerâmica, outros na pesca, outros na agricultura.

**Conceição:**

Certo, então vocês fizeram esse estudo indo nas pessoas mais velhas da comunidade para saber da história deles enquanto crianças? E o que mais assim impactou vocês nesses depoimentos, assim, que vocês acharam de mais interessante?

**Lia:**

O que eu achei assim foi, nessa pesquisa, foi os objetos antigos, né? Foi os objetos, tem até o dinheiro que é antigo, da idade daqui.

**Adriana:**

Era cruzeiro, não foi?

**Conceição:**

Hum, que mais?

**Adriana:**

Inclusive tem, dos entrevistados, teve alguns que até se emocionaram quando foram contar a sua história da infância.

**Jéssica:**

É uma história triste, se for pensar mesmo, é uma história triste, e era de ver que muitos deles sobreviveram na questão de, financeira, é uma questão muito baixa demais e eles sempre queriam respeito, entendeu? Estar na comunidade deles, na comunidade deles sem guerra, sem nenhum movimento que, porque naquela época era uma época muito sofrida, né? Então, quem chegasse lá queria mexer nas coisas e eles não tinham jeito de nada e também era pouco o conhecimento deles né? Pra uns eles não tinham uma mente aberta por conta de gerações em gerações, era sofrimento direto. Acho por isso que na nossa, o técnico até falava assim pra, né, pra gente se emocionava. E às vezes era até difícil porque a gente vê o quanto eles são fortes e... [emocionada]

**Conceição:**

Tá certo, depois tu volta, viu? Tu vais concluir.

Mas aí, o que assim, o que tu achas, o que te impactou mais, o que tu achas mais importante na fala dos anciões dentro da comunidade?

**Mateus:**

(...) escutar sobre o passado deles, que não foi um passado fácil, de jeito nenhum, e também sobre o peso que eles carregam (...) pra tirar essa carga, finalmente vão estar com esse passado, isso foi o que me impactou porque como eles viviam naquela época, como foi difícil eles chegarem até onde eles estão agora (...) sem nenhuma pessoa querer tomar aquilo que já são deles. E é sobre isso.

E também o que eu gostei muito foram também várias coisas antigas, que fiquei besta assim, nossa, isso aqui foi naquela época? E eu fiquei impressionado com monte de coisa fácil também por causa que pra mim toda hora tudo pra mim era novidade, do jeito de uma criancinha quando ganha um brinquedo novo: nossa, isso aqui é barco, já lá pra brincar! Mas eu achava muito lindo também, tipo assim (...) é isso aqui finalmente se isso aqui ficasse uma mensagem ia ficar guardado, porque tem uma história, aquela peça tem uma história.

**Ildé:**

Olha, eu acho que isso aí seria uma ideia, tipo vocês criarem um espaço para botas esses objetos, seria um museu da comunidade.

**Yasmim:**

Mas vai ter, assim disse o presidente, aonde vai ser a sede, aí vai ter um espaço pra

botar esses objetos.

**Ilde:**

É? Que bom!

**Jéssica:**

Sim e o técnico, ele sempre colocava os que iam ser entrevistados numa área da realidade do quilombo, que era casa de forno né, posicionava eles ali, e quando eles começavam a contar parece que passava uma cena na minha cabeça em questão a tudo, tipo assim, como eles são fortes e hoje saber que eles têm as suas próprias casas, estão tranquilos. Eu sei que muitos deles hoje não são vivos né, já faz tempo demais, só que é neto contando, é geração e geração. E como Mateus falou, aqui vai ser muito importante o dia que a gente vai fazer o movimento, a gente vai trazer eles a gente entrevista pra assistir e afetuoso sabe. Passar um filme na cabeça deles e aí eles dão um nome... uma mensagem no... um mergulho no foco, uma coisa assim que ela botou no tema, bem interessante. E aí a gente estava até se preparando porque não ia ser aqui, ia ser em Rosário, só que aconteceu muita coisa e envolve a política também e aí eles adiaram, mas eu creio que vai ser um momento muito importante não só pra nós que faz parte desse momento, mas pra realidade de muitos porque muitos vão assistir.

A gente até tem uma rede social onde a gente posta quase tudo. E é um documento que o nosso técnico já deu em mãos e ele é muito ciumento com esse documento. E às vezes ele traz as pessoas pra cá e bota a gente na frente e "vumbora, fala!" E aí às vezes a gente fica um pouco intimidado até com ele mesmo que é rígido e é preciso ser rígido, né? E às vezes a gente fica um pouco intimidado (...) mas ele tem muito ciúme porque tem coisas que só ele sabe, né? E a gente sob pressão, né? Às vezes sob pressão porque como ele deu uma lista de percurso pra gente, não sei se é esse o nome, se escreve assim, e aí às vezes que (...) uma vez ele até chamou a gente em particular, isso daí é até bom pra saber realmente o que passa na nossa cabeça, o que a gente está passando, o que podemos apresentar e ele trabalhando muito em questão a isso porque nós mesmo é muito assim, né? Às vezes a gente quer falar, às vezes eu acho tão bonito vocês se posicionando, falando. Aqui já deu vários movimentos onde trouxe pessoas de outros lugares, deixa as pessoas se posicionarem, falar, sobre isso mesmo, sabe, do jeito que é pra falar e eu me encanto tanto com isso (...) me posicionar assim e questão mesmo de luta diária.

Pois é gente, eu creio que quando a gente tiver esse movimento aqui tenho certeza que vocês vão receber o convite, né? Das atividades da agenda. Não é rica a nossa

comunidade em nível de história, é sofrida, mas a gente vê a realidade de hoje, como as pessoas estão lutando pra sobreviver e eu posso dizer que não é a luta, sabe, a gente luta todos os dias, né? Somos humanos, mas a gente há conquistou muita coisa, hoje a gente tem uma mente mais aberta sobre as coisas, às vezes somos alertas assim em cima da hora. Poxa, nós temos tanta coisa pra fazer. Nós fomos né, vai um, vai dois, mas sempre bom quando a gente chega com outro pensamento, outra realidade, e a gente quer botar em prática. Porque aqui tem muitos jovens, muito, muito, muito. E a maioria aqui todos nós somos família, todos nós. E às vezes a gente vê a gente viajando para outros lugares, né, queria dar oportunidade para outras pessoas, mas a gente vê que a pessoa está muito ainda em casa sabe, com o pensamento tipo um pensamento pessoal, mas é a realidade né, tipo marido, filho e casa, cozinha, tipo aquela realidade. É a realidade também que eu via né, tipo a questão dos avós e os meus pais também. Hoje a minha mãe tem a mente mais aberta, hoje eu vejo minha mãe se posicionar. Não tô dizendo que ela não se posicionava, mas hoje eu vejo ela falar mais né, porque ela é evangélica e a Assembleia de Deus tem um, ela é muito rígida em questão a muita coisa e às vezes, eu sempre fui, tenho uma mente aberta em questão a muita coisa, eu sempre falava pra mamãe assim, eu disse "Mamãe acho que evangélico não é isso, né? Tipo, a senhora tem que se posicionar dentro da igreja, se posicionar dentro de casa, com outras pessoas." Hoje eu vejo minha mãe tipo falando. Sempre eles botam ela pra orar e tal, e eu vejo minha mãe se posicionar e eu acho isso tão, nossa, sabe. E é tipo, é a realidade que eu quero pra mim, eu não quero que as pessoas pensem que eu quero falar e me posicionar em questão a tudo, entendeu? Se eu tiver uma opinião, eu tenho que dar, respeitando a opinião do próximo, que é muito importante. Mas é, a Boa Vista em si é o nosso futuro, a gente não precisa sair daqui pra fazer nosso futuro lá. Como Rosa sempre fala, ela fala assim, que a Boa Vista é um sonho que tem que ser realizado e precisa da gente que tem a mente mais aberta, que quer lutar, né? E é isso vamos que vamos! Na luta do dia a dia, que não é fácil, mas a gente consegue.

**Mateus:**

É isso aí!

**Conceição:**

Então, a outra questão é como vocês se compreendem enquanto cidadão quilombola. Eu preciso da resposta de todo mundo. Qual foi o primeiro momento assim que vocês tiveram contato com o termo "quilombola"?

**Jéssica:**

Foi quando eu participei de reuniões, eu participava aqui na associação e sempre minha mãe vinha dia de domingo e às vezes eu nunca, tipo, nunca me interessei, mas eu comecei a participar, eu participei, acho que foi ano passado, não, esse ano eu já participei. Mas uma vez eu participei e aí quando tipo, o Celso né, começou a falar, né, e tal, e aí a gente vê a importância de ser quilombola, tanto a gente tem direito a muita coisa. E é isso, o próximo fala mais.

**Adriana:**

Então, eu também, foi como ela disse também, eu também ouvi falar sobre quilombola foi na associação.

**Lia:**

Ah, a mesma coisa que elas, de antes porque de antes eu nem ligava pra isso daí e quando foi uns dias comecei a vim, vim uma vez eu acho. Eu comecei a vim pra mim entender mais as coisas, foi interessante, foi interessante. Porque quando a gente não entendia, assim, a gente, tipo, não dava importância.

**Conceição:**

E o que é assim, por exemplo, o que é ser quilombola, o que você entende?

**Mateus:**

(...) uma pessoa que vive lutando todo tempo na sociedade (...) mas quando eu descobri o valor que isso tinha e tão longe eu posso chegar, eu comecei a tipo assim, eu tenho que valorizar não só (...) não só da minha raiz, quem eu sou e até onde eu posso ir (...) meio que tu dar a cara a tapa, tudo é só escrever, mas sim ir lá e fazer. Ela fala muito (...) tô com vontade de dar um bicudo aqui, mas (...) Eu vejo que a associação como um todo me fortalece muito como pessoa que antes não raciocinava de jeito nenhum. Eu ficava, há um bequinho escondido assim rapaz, eu não quero, só vou entrar aqui, só vou olhar e vim pra casa. Agora quando eu vejo, eu analiso muito cada fala do Celso, acho muito bacana o jeito que ele fala, o jeito dele, todo brincalhão, ele, o de Rosa, eles são, mostram o que eles são e ao mesmo tempo mostram que eles são capazes de muita coisa pra fortalecer a comunidade que eles tanto amam, isso pra mim me dá uma força muito grande. Desde uma vez que eu não sei nem como é que eles chegaram lá, mas todo tempo eles falam assim que "nós lutamos todo tempo pra fortalecer, eu quero que todos vocês lutem pra chegarem longe, porque vai chegar o tempo que nós não vamos estar lá no tempo e vai ter que outro assumir", e também cada um vai ter que crescer individualmente, outro em conjunto, isso eu percebo muito. Então, eu sou muito grato à

amizade dos dois, pense numa amizade gente boa, quando eu vejo só os dois, só pra rir mesmo e me divertir.

**Conceição:**

Você, o que é ser quilombola? O que é ser quilombola? Tu te compreendes como uma pessoa quilombola?

Adriana:

Sim.

Conceição:

Fala do teu entendimento, fala a forma que tu compreendes.

Adriana:

Não pode ser ela não?

Conceição:

Não, isso é uma de cada, eu vou passar pra ela e depois tu fala.

Yasmim:

Assim, é interessante né, importante ser quilombola porque aí, tipo, a gente traz vários benefícios pra comunidade, a gente sendo quilombola. Já teve até visita do ex-governador Flávio Dino aqui. É, acho bem importante a gente se achar assim, pra tipo, as pessoas terem direito. Sim, claro que tem direito, a gente traz várias coisas boas pra comunidade, já ajuda, ajuda a gente e comunidade mesmo. Aí, é isso aí.

Conceição:

Qual a tua compreensão de ser quilombola?

Adriana:

Então, eu penso que ser quilombola é tipo a pessoa coisar, tipo, as raízes dos antepassados, acho que a pessoa continua a, acho que a outra, as coisas que o antepassado fazia.

Conceição:

Tá certinho. Eu sei que é muita coisa nessa cabecinha, vai, pode colocar. Tá, eu vou passar pra ti pra próxima, vai, o que é ser quilombola? Você é uma pessoa quilombola, qual o teu entendimento enquanto você ser quilombola?

Jéssica:

Ser quilombola é lutar pelos nossos direitos, direitos da comunidade, não só questão da terra, mas é questão dos estudos, dos entendimentos. É, ser quilombola é resistir, são, é, são resistência, ser quilombola são resistências, são as lutas. A gente sabe o quanto ser quilombola é, é um termo forte por conta de, por conta de lutas passadas e hoje a gente, a gente tem um objetivo claro sobre, sobre tudo. Porque tipo assim, a gente sabendo que as pessoas antigas passavam, pra gente ter uma visão sobre o hoje é muito importante, é muito importante a comunicação, é muito importante a gente ir nas outras áreas quilombolas, fazer perguntas, saber como é que eles sobreviveram e somos resistência, essa é a resposta. Tipo assim, não é o que eu quero dizer (...) eu queria uma situação melhor pra vocês entenderem o que eu quero repassar, sabe.

Adriana:

Eu também, está as raízes também tipo, é, também não é tipo, só dizer "Ah, eu sou quilombola", tem que ter dever, tem seus direitos e é isso.

Conceição:

É, então assim, pelo que eu compreendi, tá, dos direitos não é? Hoje, é, vocês conseguem ter uma compreensão maior sobre os direitos de vocês dentro da comunidade a partir de todo esse conhecimento que passaram a ter sobre vocês serem uma comunidade quilombola, houve uma melhor compreensão sobre os direitos de vocês? Que tipo de direitos assim vocês acham que o cidadão quilombola deve lutar por eles e resistir ao que? Porque eu ouvi luta, eu ouvi palavras né, então assim, vocês compreendem que o cidadão quilombola deve resistir ao que e lutar por que, na compreensão de vocês?

Yasmim:

Que o ser quilombola acho que tem início, início quilombola, e não é todo mundo que se diz assim "Ah, eu sou quilombola". Eu não era quilombola não, eu vim morar porque minha mãe veio trabalhar na casa do Sr. Celso em 2007 ainda bem muito criança. Aí depois Celso veio passando bem, D. Rosa veio em 2016 assumir o cargo de presidente da Boa Vista, aí depois veio Celso assumir 2018 ser presidente, agora assumindo o segundo mandato dele, né? Aí ele tá dizendo "Olha, vocês, vocês pra ser quilombola

vocês têm que ir na secretaria atualizar o NIS de vocês porque lá está como tradicional, né? Vocês vão na secretaria, façam o NIS de vocês como quilombola, aí pra vocês ganhar benefício vocês vão na CEMAR atualizar o NIS de vocês", porque a gente paga taxa de luz, mas não aquele valor altíssimo, a gente paga pouco, a gente é baixa renda quilombola. Aí ele vem dizendo todo tempo em reunião "Olha criança, vocês vão na secretaria", aí porque um monte diz assim "Yasmim é branca, ela não mora aqui, mas é quilombola". Certo que eu não morei aqui, mas eu me considero como quilombola porque quilombola não é só os morenos, são, agora tem a nova... esqueci. Aí é por isso. Mas tem gente que diz assim "Ah, eu não quero ser quilombola não, quilombola é preto" e não sei que mais.

Lia:

Tem pessoa que tem é vergonha de ser quilombola, mas quando chega os benefícios pra comunidade, eles acham até ruim porque eles não ganharam. É, mas é, não são quilombola.

Conceição:

É, outra pergunta, e a resistência, quanto à resistência, resistir ao quê?

Jéssica:

Ao preconceito, porque há muito preconceito, acho que sempre vai existir por conta que ser humano é difícil demais, mas a gente vai lutando contra isso e não é questão de bater boca com o próximo, não, é se posicionar numa maneira correta né, porque eu acho que em tudo a gente tem que ter sabedoria pra se posicionar, tudo, até pra gente não perder nosso direito pra quando as pessoas vierem nós vamos saber se posicionar, né? E falta muito estudo ainda pra nós né, porque tipo, eu não, eu não moro aqui, eu nasci, mas eu não moro aqui, eu moro em Rosário e aí no dia a dia eu tenho outras coisas pra fazer então, não tenho estudo todo tempo, sabe? Às vezes o técnico até pergunta sobre questão a isso, porque não é só ele cobrar, porque se é direito nosso a gente tem que estudar, né? E é isso, falta estudo pra nós, mas a gente tem certeza se alguém quiser ainda, tipo, quiser fazer perguntas e tal, não dá, é pergunta direto, mas acho que a pessoa pode compreender realmente o que a gente quer passar. É isso.

**Conceição:**



Gostei. A resistência, né? Ser quilombola é ser resistência também né, lutar pelos seus direitos. Como seria na tua compreensão resistência, de ser quilombola, resistência que...

**Mateus:**

Rapaz, Jéssica já falou muita coisa que eu já ia falar.

**Conceição:**

Pode falar a mesma coisa.

**Mateus:**

Mas no meu ponto de visão resistir é sinônimo de persistir, persistir a resistir a tudo que seja contra a sua vontade porque tudo a gente tem que lutar. Que também se coloca como pessoa, é reconhecer seu próprio valor como histórico, como pessoa mesmo. Não é nem dizer assim "Sou quilombola", não, assim, quilombola ou não, não importa isso, importa você sempre se colocar no seu lugar. (...) pra mostrar para os outros que não entendem, que muitas vezes nos julga sem nem saber o que a gente passa, nosso passado, nosso futuro. Isso pra mim é uma coisa que assim, pra mim tem um grande impacto porque no colégio era uma zona, eu não sabia minha posição do que eu tinha, mas cada vez recomeço. E nisso aí eu tenho que cada vez mais recomecei mesmo. Por isso que (...) que nem um maluco contra a sociedade e contra nós mesmo, porque muitas vezes nós mesmos nos colocamos pra baixo. Esse que é o meu, ideia de resistir.

**Jéssica:**

Tem também sobre religião, a importância da gente, que a gente, não no nosso movimento, é a gente descobrir que teve outras culturas né, é, tambor de crioula, dança do coco, tipo assim, antigamente eu tinha outra visão sobre isso sabe, eu tipo, não aceitava e não é que eu hoje participe, mas se eu tô no movimento junto com eles, eu respeito, porque eu já admiro, entendeu, hoje eu tenho um ponto de vista mais aberto sobre isso. Eu acho que isso fala muito sobre o amor, sobre o respeito ao próximo, sabe? Se é, se ser quilombola é ser resistência então, acho que tem que respeitar a outra comunidade. Porque aqui não tem mais né, é algo né, que já passou, hoje só existe só, né, a Assembleia de Deus, mas hoje quando eu participo, conheci uma van que participava de um evento e tinha muitos deles, né? Hoje eu já acho encantador de verdade, eu acho muito massa porque a dança, a dança fala muita, muita coisa, fala

sobre resistência, fala sobre resiliência, porque eles estão ali lutando e a gente até aprendeu uma história do Negro Nagô, que era um escravo que apanhava muito e ele dançava né, pra aliviar a dor dele. Então, a gente vê que, quando eu vejo alguém dançando, eu imagino essa cena assim do passado, sabe. Tipo, ninguém sabe como elas fazem dentro de casa né, o que elas passam no dia a dia, mas na apresentação delas a gente vê a realidade, então, isso, é, distribui muito amor. Então, eu assim, fico encantada.

Em questão da religião, resistência porque a gente vê o quanto é forte né, é energia boa né, é energia boa. Porque tipo assim, se você for com um pensamento negativo, você chegar num local você vai achar que nada te, como eu posso dizer, nada vai estar te agradando, né? E às vezes não é sobre a religião, é muito sobre você. Então, tipo assim, quando eu saio de casa eu sempre falo pra Deus mim, pra Deus é, abençoar: Senhor abençoa minha viagem. E quando eu chego no local eu me sinto livre, né? A gente participou do evento naquele dia né, tipo assim, eu não sei dançar, eu não sei dançar, mas a gente fica empolgada, né? E às vezes eu fico assim se alguém passar e me filmar, "Pôxa, essa menina, a religião dela já não era outra e hoje ela...", entendeu? Eu tinha até vergonha, vergonha mesmo, é a realidade, que hoje não está mais em mim, mas em postar, entendeu, a realidade do quilombo mesmo e hoje eu já posto e as pessoas "Cara, tu é quilombola?", na academia as pessoas... deixa eu ser quilombola, deixa eu ser assim! E às vezes o tom é meio crítico, sabe? Mas, ah, pra mim tá de boas! E ontem mesmo eu bati um papo com um rapaz, ele é negro e eu falei pra ele que, eu disse "Às vezes tu fala coisas pra mim que é mais sobre você". Então eu disse pra ele "Cara seja um cara livre né, você é negro, você é bonito, você não se aceita? Aceita? Então, aceita a minha realidade também que é uma realidade boa. Convidei ele pra vir no quilombo.

Aí eu disse pra ele que a gente mora, que tipo assim, eu conheci, não sei se vocês conhecem, um rapaz chamado Raimundo Quilombola né, que é um jovem que luta também pela comunidade, que é Rampa a comunidade dele e a gente conheceu ele no movimento em Brasília. Foi eu e minha prima, fomos convidadas pra ir e a gente participou desse Movimento Aquilombar e lá a gente conheceu esse rapaz e ele contou a vida dele - perto da nossa, não se compara, não se compara. Até porque ele perdeu a irmã ia fazer um mês e ele disse o quê que ele ia fazer naquela viagem? Que a irmã dele que era à frente e ele disse "Não, eu tenho que continuar pelo meu povo, pela minha família e por ela, né? E aí a gente veio com novas ideias, eu até comentei com minha família que a gente podia fazer um movimento de conversar com os jovens, quem quiser

mesmo né, participar, fazer live né, pras pessoas, é, ver e eu disse pra ela até um ponto de aprender ainda mais né? Como conversar, interagir, que é o nosso foco. Aí, enfim, é, ele aceitou e ele disse que iria vir pra cá né, o nome dele é Cris, diz que vem pra cá ver a nossa realidade e tal, a gente, ele sempre vai pro Forte, mas não conversava da nossa história. Eu disse não, talvez a gente não perceba. Mas graças a Deus é muito bom a gente, cara, a gente respeitando o próximo a gente consegue ver a realidade de muita coisa, né? Então, respeitando em primeiro lugar para muitas pessoas e empatia pelo próximo e eu sou encantada literalmente pelo quilombo, pela cultura quilombola, pelo tambor de crioula, tudo... eu não danço, eu não participo, mas eu acho encantador, encantador mesmo. Vai ter um, quando vai ter um movimento aqui eles vão trazer essas pessoas pra cá porque amam estar entre nós né, aqui, mas eles vão trazer pra cá, então eles vão ser muito bem recebidos, muito bem recebidos. E a gente realmente a realidade, ama a nossa realidade.

**Conceição:**

Outra pergunta, é uma coisa levando a outra, né? É, as culturas que vocês identificaram nesse estudo, é, as danças, o tambor de crioula, a dança do lelê né, do coco...

**Yasmim:**

Tem Terreiro de Mina, lá na Cachoeira.

**Conceição:**

Terreiro de Mina. Então, quais foram? Fala aí pra mim quais foram.

**Adriana:**

Tambor de Crioula, dança do coco, Lelê não foi? Teve também Terreiro de Mina, acho que só.

**Conceição:**

E capoeira, não tinha?

**Jovens:**

Não.

**Conceição:**

Certo. E quanto às manifestações religiosas, quais que tinham? As de matriz africana né, teve Terreiro de Mina né, quais mais que tinha?

**Adriana:**

Acho que só.

**Conceição:**

A capela é o que, da igreja católica?

**Adriana:**

Acontecem os festejos de Santo Antonio.

**Conceição:**

Santo Antonio, que outros festejos mais da cidade?

**Jovens:**

Acho que era só, né? Era só.

**Jéssica:**

Aquele que dá nome pra São Simão?

**Yasmim:**

É o lelê.

**Jéssica:**

É o lelê, né?

**Jovens:**

Foi. Foi Paissandu, foi criado aqui, mas foi até São Simão. Tem umas pessoas que ainda conhece como de Botejo mas tem outras que diz que não, que diz que..., mas é de Boa Vista.

**Conceição:**

Isso foi o que vocês encontraram no estudo, né? Tem o Tambor de Mina e a capela da igreja católica, só, né?? Atualmente tem só a igreja católica e a Assembleia de Deus?

**Jovens:**

Tem só Assembleia de Deus.

**Conceição:**

Não tem a primeira capela?

**Jovens:**

A que tinha derrubaram.

**Conceição:**

Com relação à religiosidade, a maioria são evangélicos então?

**Jovens:**

É.

**Conceição:**

Festejos religiosos, tanto da Assembleia de Deus quanto Santo Antonio, quais são as que tem? Tem festejo da Assembleia de Deus?

**Jovens:**

Não.

**Conceição:**

Cruzadas que eles fazem.

**Jovens:**

Cruzada tem.

**Conceição:**

Aniversário da cidade, que é aniversário da igreja da comunidade não tem não?

**Mateus:**

Da comunidade em si, não, mais é da Assembleia, aquela é igreja matriz? A gente vai lá toda vez.

**Conceição:**

Ah tá, entendi. E festejo de santo?

**Yasmim:**

Aqui não tem.

**Conceição:**

Então, quase não tem festividades em Boa Vista, né?

**Adriana:**

Assim, às vezes lá na casa de dona Rosa eles fazem, né Jéssica? E das crianças eles sempre fazem.

**Conceição:**

Agora no natal tem alguma coisa?

**Adriana:**

Assim, tipo quando é no natal, ano novo tem vez, é, se reúne as famílias. Tem lugar que eles fazem, as famílias, os amigos.

**Conceição:**

Vocês são todos evangélicos?

Lia:

Eu me desviei um pouquinho, um pouquinho assim.

**Jéssica:**

Eu tô afastada, o meu irmão aqui ele é evangélico, acho que a galera aqui est[a] afastada, né?

**Lia:**

É, mas assim, me afastei, mas não bebendo e fumando, não ando, mas eu ainda visito a igreja, não fico só em casa.

**Conceição:**

Tem alguma coisa a acrescentar, Ilde?

**Ilde:**

Eu queria fazer uma pergunta aproveitando que estou aqui, em relação às meninas, que o meu foco são as mulheres. Eu queria saber... é só sobre as mulheres, vocês enquanto jovens, como vocês vêm o papel de vocês daqui pra frente enquanto mulheres quilombolas?

**Jéssica:**

Me vejo com mais experiências e futuramente formada naquilo que realmente quero pra mim. É, ajudar ainda mais a minha comunidade porque de geração em geração e as mulheres daqui elas são, elas gostam de gera crianças... aí pensa sobre o futuro, em focar também na educação das crianças daqui do quilombo. Porque não é só tipo, a escola é ponto oficial, né? Então, tipo assim, o foco não só meu, mas também do presidente, da Rosa Gaspar é lutar pela nossa comunidade e pelas crianças, os adolescentes. Porque não é fácil, mas, é, eu tiro por mim, o meu ponto de vista sobre mim é ir atrás de conhecimento, então pra ir atrás de conhecimento eu preciso sair, e eu amo viajar, então não é problema sair, né? Sobre esses jovens da comunidade e eu tô atrás disso.

Eu sou uma pessoa, quem me vê me acha muito tímida por questão mesmo de falar, né? Mas eu tô aprendendo demais, aprendendo demais mesmo no Movimento Aquilombar que participei. Eu vi como é importante a fala de um jovem e como é rico mostrar isso para outra realidade, porque quem se posicionava eram mais velhos, né? E hoje a gente vê no Movimento Aquilombar e outros movimentos que os jovens estão na frente e não é porque eles, não é questão de só se posicionar porque eles têm a mente mais aberta, não. Eles têm os direitos deles também, não precisa a gente envelhecer pra entender a realidade, né? Tem que entender a partir de hoje. Então, o meu ponto de vista pra mim mesma, pro meu futuro é vencer na vida cada dia mais porque, tipo nós quilombolas a gente tem uma luta diária todos os dias e não é fácil, não é fácil. Mas se a gente tem um foco em questão a tudo, sabe, tipo eu quero vencer, hoje eu vou me levantar pra fazer

uma coisa diferente, então a gente consegue, a gente sempre consegue.

**Adriana:**

Então, pra mim, pro meu futuro eu quero ser uma pessoa com mais conhecimento e eu quero tipo, fazer um curso porque tipo assim, tem homem que pensa que lugar de mulher é só na cozinha, pra cuidar de criança, o dia de casar. Eu acho que não, mulher pode fazer onde ela quiser, basta ela querer.

**Yasmim:**

Mulher é dona de casa, né? De casa e do que ela quiser, de carro, de um bando de coisa, né? Não é só de casa não. Mas é, eles falam é muito, é no fogão e tal, lugar de mulher é onde a gente quiser. A gente tem direito como eles têm também. Eu penso assim, né? Eu tenho três filhos, tô separada do meu marido e muita gente diz assim "Ah, Yasmim tu está separada, porque tu não vai atrás de outro homem?" Eu não, eu sou mais antes eu só, se eu quiser algum benefício eu corro atrás porque eu tenho ajuda, eu tenho suporte, meus irmãos, tenho minha mãe também. E outra coisa, homem não entende mulher, mulher se botar na cabeça dela eu quero trabalhar, eu quero isso, ela pode, ela consegue. Eu penso dessa forma.

**Conceição:**

Tava tentando lembrar aqui a questão, é, o que vocês querem dizer sobre as políticas públicas direcionadas à comunidade Boa Vista? São de educação, de assistência, saneamento básico, transporte, sobretudo de saúde e educação, assim o que vocês mais têm compreensão sobre as políticas públicas aqui? É bom, não é, ou é falho, o que poderia melhorar?

**Mateus:**

Pra melhorar eu pensei numas ideias. Porque o saneamento básico tá só no básico. Mesmo assim eu acho que dava pra ganhar era muito pra nosso quilombo, que esse quilombo é dos que mais precisa, toda comunidade precisa. Porque por exemplo, aqui é um lugar difícil assim pra ter hospital (...) os que viajam pra São Luís pra fazer consulta ou mesmo pra Rosário, a mulher pode estar com bucho já na goela pra nascer e outras situações que pode até ter uma cirurgia urgente e pode chegar lá atrasado demais, sempre pode acontecer isso.



**Yasmim:**

Aí já morrer no caminho, né?

**Mateus:**

Eu não queria chegar a esse ponto, mas.

Mas assim como um todo sei que os benefícios têm que ser igualados, assim tem que fixar em palanque com a sociedade porque várias áreas precisam e sempre vai (...)

**Adriana:**

Tipo, eu acho que aqui que a gente precisa de uma escola né, porque, tipo, eles vêm buscar aqui, mas as mães dos pequeninhos as mães têm que levar porque eles não aceitam. Então, a mãe tem que se virar, seja de bicicleta ou de moto, então não acho que isso muito legal.

**Yasmim:**

Pra quem tem, né?

**Adriana:**

Pelo menos pras crianças pequenas.

**Conceição:**

Aqui não tem uma escola? Eu pensei que tivesse.

**Jovens:**

Não.

**Adriana:**

Então, é muito difícil, é muito difícil mesmo, às vezes as mães vão tipo, estar cansada e ainda vai ter que buscar os meninos, é muito difícil. Até que para os maiores é fácil mesmo porque eles vêm no ônibus, mas nem sempre.

**Yasmim:**

Eu tiro por mim porque eu sou mãe, né? A minha filha para pegar o ônibus de 6:20 ela acorda 5:30h, ela 5:30h já tem que estar acordada. Ele chega muito cedo. Aí eu tenho outra filha menor que ela não está indo pro colégio porque eu não tenho transporte pra deixar ela na creche, aí ela não vai. Agora os outros dois vão, um pela manhã, outro pela tarde.

**Conceição:**

No ônibus?

**Yasmim:**

No ônibus, é tudo em Rosário.

**Adriana:**

Porque é muito difícil as pessoas ter que todos os dias levar e buscar criança na escola, é muito difícil.

**Jéssica:**

É muito difícil, fora a luta que a gente tem em casa 24h.

**Adriana:**

No máximo que era pra ter era uma escola e um posto de saúde.

**Yasmim:**

E também não depende só de nós, como o presidente já foi.

**Conceição:**

E água encanada, tem?

**Adriana:**

Tem não, mas já tem o poço.

**Lia:**

Mas é a mesma coisa de não ter porque não tem água encanada.

**Conceição:**

Então, a gente tem que lutar muito ainda, né?

**Jovens:**

É.

**Conceição:**

E você, o que quer dizer? Te cansei muito hoje, né?

**Jéssica:**

É, política, é tipo assim, às vezes as pessoas pesam muito só pra um político, puxando o saco. Tipo assim, puxa só pra um político, o político que está no cargo hoje e deveria fazer, deveria, é o direito dele, né? Mas eu acho assim, que os outros políticos que passaram, que é, passaram, o que fizeram pra cá? É só promessa, tempo de política é político direto aqui dentro de Boa Vista, e é mão dada, é toda hora passar por ti. Né, não? E aí a gente já conhece a realidade, e a gente às vezes nem quer aceitar um político dentro de casa tanto que ainda perde tempo com eles e tem muitas pessoas que ainda se, são iludidas em questões, não tô falando que todo político, tem pessoas tão negativas assim né, mas e a gente precisa de oportunidades, eles precisam dar oportunidades pra gente. Tem pessoas aqui. Tem pessoas aqui que, tipo, às vezes tem concurso aí Celso luta né, "Gente vão lá fazer esse concurso, quem sabe vocês não passam?". Aí às vezes, tipo assim, a política aqui de Rosário ela é muito pro lado pessoal, porque a associação ela é muito movida, não é 100%, mas ela é muito movida pelo lado do governo, né? Então, tipo assim, o prefeito ele tá nas redes sociais, a gente não é do tipo de puxar saco de ninguém. Então, as pessoas que estão ajudando a gente, a gente faz questão de postar agradecendo, faz convite, sabe? Então, a gente tem que dar valor pras pessoas que realmente estão do nosso lado, a gente tem que aproveitar esse momento porque Celso, tipo assim, não é pessoa, acho que as coisas não têm só que pesar muito só sobre Celso não, entendeu? A gente que é jovem, a gente temo direito de ir lá e conversar com ele, não tô dizendo pra gente ir lá e, como a gente vê em outros casos aí, as pessoas compram bandeco, não, vamos educadamente conversar com ele: prefeito a nossa comunidade cheia de jovens e adolescentes, crianças, inclusive eu posto, tipo, eu moro em Rosário, lá em casa tem um CRAS em frente minha casa já vai fazer uns três anos porque foi da prefeita Imair né, e até hoje não funciona tipo, quando entrei lá era tudo muito chique, só que o próprio vigia "vigia" né, levou tudo

e ficou assim mesmo. Tipo assim, é um dinheiro jogado fora. Aí tipo, fico assim pensando "Pôxa, se a gente tivesse uma oportunidade dessa de conseguir algo melhor pra nós, né? E porque eles investiram aqui na de Rosário que tem vários postos e é preciso ainda mais, mas porque não colocar um posto, é, tipo assim, essa luta que eu chamava de posto, escola, não é só hoje não, é uma luta de muitos anos. O poço foi conquistado esse ano, não foi? Esse ano e porque Celso e Rosa eles colocaram mesmo, rosa falava da comunidade dela como se fosse um filho dela. E a gente fala que ela é nossa mãe né, que às vezes ela, ela chama, ela conversa e a gente, eu mesma, eu falo por mim, eu já aprendi muito com ela mesmo. Ela tem o defeito dela como todo mundo tem, mas a gente acaba aprendendo como lidar, como conversar com as pessoas e ela mostra a realidade né, não é você que chega desesperado e acha que tem que fazer e tem que ser agora, não é assim não. A gente conversando nas comunidades disso e disso, visita nas comunidades (...) Ela é do tipo de pessoa que oferece alimentação, café pra pessoa ficar logo pra ter um monte de tempo pra conversar. Não é visita de médico não.

**Ilde:**

A gente já notou!

**Jéssica:**

Ela é assim, ela é mãezona mesmo e a gente conquistou esse poço e é algo que traz gratidão pra gente porque é uma conquista esse poço e é algo que, é algo que traz gratidão pra gente porque é uma conquista. As pessoas tipo, meus avós, minha avó né, que eu falo assim, é a segunda a chamar em questão a isso, do poço. Que eu já levei, não parece, mas eu já tentei levar um balde na cabeça e quase fui pra baixo. E aí eu já vi várias cenas de mamãe andar aqui, ela com balde na cabeça, aquela coisa, e às vezes a pessoa acha que é interior e a realidade é essa, mas não é essa, não tem que ser assim, a gente não tem que aceitar pra nós não, a gente tem nosso direito. E conseguimos o poço e essa associação que é também uma vitória pra nós né, foi ela constituída mesma foi nos projetos, né? E aí é isso, acho que político tem que, ele tem que se doar mais, incluir, tipo se doar mais pela comunidade, não é tipo fazer bonito na cidade não, entendeu? Aí acho que começar mesmo o direito né, ele tem que começar pela comunidade, não, mas começando pela comunidade. Sempre me questiono, não sei, será que não tem anotado não? Tipo assim a comunidade fulano de tal, no antigo né, eu acho que nosso natal. Porque às vezes vejo Celso falando "Ah, é a pessoa levar um

papel pra prefeita assinar né, e não assinou?! O poço, o poço disse que estava vindo esse poço há muito tempo e nunca chegou aqui na Boa Vista.

**Conceição:**

O poço é a prefeitura que está fazendo?

**Jovens:**

Nada, é do governo.

**Conceição:**

O estado.

**Jéssica:**

É o estado.

**Conceição:**

E ainda não está pronto, né?

**Yasmim:**

Ainda não.

**Adriana:**

Tipo, só os canos.

**Conceição:**

Pra comunidade toda, né? Mas ainda falta concluir. Veio em que ano, que ano que veio pra cá? Este ano mesmo?

**Jovens:**

Esse ano.

**Ilde:**

E esses canos são pra levar pras casas a água?

**Jovens:**

É.

**Conceição:**

Tubulação geral né, tubulação.

**Adriana:**

Esse pra ver até onde que, até onde chegar. O lugar mais alto que dá água.

**Yasmim:**

Aí fizeram o poço e esse poço é 102m de fundura. Aí veio a primeira máquina, a máquina não conseguiu passar numa rocha, numa laje que tem. Aí outra empresa mandou outra máquina, essa passou da laje. Só que em Rosário "Ah, Boa Vista não vai querer fazer poço, Boa Vista tem tanta laje. A minha mãe com muita luta, meu irmão, fizeram, começaram, juntaram né, deram suporte, é tanto que os moradores que moram pra cá, cada um já tem um poço porque foi se juntando as forças e foram fazendo na mão mesmo, só que é muito difícil cavar um poço manual, a entrada é da, é muito difícil. Aí hoje tem isso daí e n'ós estamos esperando, né?

**Conceição:**

Entendi. Então, a água que a população utiliza é de poço artesiano mesmo, né? A maioria cavado de forma manual mesmo.

**Jéssica:**

É poço, é açude.

**Conceição:**

Tem cachoeira, rio?

**Adriana:**

O rio tem sim.

**Conceição:**

Mas não se utiliza pra consumo?

**Mateus:**

Só pra banhar.

**Conceição:**

Cada casa deve ter um poço, né?

**Adriana:**

Nem todas.

**Conceição:**

E quem não tem poço?

Yasmim:

Vem buscar água no brejo e é bem longe.

**Conceição:**

No brejo? Vai no brejo, é rio?

**Adriana:**

Não, é poço. A gente tipo busca lá e também vai lavar roupa, que tem os igarapés. Uns vai lavar no açude, tem que está muito longe.

**Conceição:**

É, e a fonte de renda daqui, vocês têm informação quanto a renda?

**Yasmim:**

Pras mulheres é o auxílio emergencial, mas tem projeto, eu recebo dois, tanto o auxílio e tanto do projeto que trabalha na empresa, mas o restante é, os homens sustentam as famílias é de cerâmica, pesca.

**Adriana:**

Na agricultura também. E falta os projetos também de plantar as coisas e vender pras escolas, vai pros depósitos.

**Conceição:**

Alguém tem mais alguma coisa pra fala?

**Adriana:**

A gente nem falou sobre as lendas.

**Conceição:**

O que vocês acham das lendas deles?

**Yasmim:**

A gente acha umas lendas muito doidas.

**Jéssica:**

Meio estranhas.

(...)

**Conceição:**

Certo. Então, meus amores, fiquei muito feliz em ouvi-los, tá? Amei, foi uma conversa muito rica, muito rica mesmo. Aí eu tenho só a agradecer.

**Jéssica:**

Eu posso colocar um ponto? É que a gente acabou não falando. É questão da oportunidade do grupo Sabor & Arte, que é de 25 mulheres, nós somos um total de 25 mulheres porque ainda faltam, né? E a gente às vezes, Rosa faz uma roda de conversa. E as mulheres relatam que elas ficam em depressão dentro de casa, e tipo a vida delas era só tipo, marido, cozinha, é aquele movimento mesmo, não tinham mundos e aí elas... tem entrevista delas chorando, falando que foi uma oportunidade boa pra elas porque abriu a mente, não pensam mais coisas negativas, não ficam deprimidas dentro de casa, não é um, não é um... como posso dizer, não é todos os dias, né? Tem é de terça, né?

**Yasmim:**

Depende do projeto, se é pra gente fazer, pra entregar na terça e na quarta, a gente começa a fazer na segunda. Aí o de segunda entrega na terça e de terça a gente para a entrega na quarta porque vai pro colégio.



**Jéssica:**

E aí a gente tem oportunidade de, elas têm a oportunidade, como a gente também tem de viajar. E acho muito massa quando a gente viaja e a gente é mais jovem que elas né, elas ficam olhando as coisas assim, elas ficam curiosas, eu acho muito massa de verdade. Elas ficam olhando, elas ficam tipo, encantadas com aquilo. Eu tenho certeza quando elas chegam em casa tem outro assunto pra falar com o marido, sabe, tem outro assunto pra conversar com o marido. Aí, isso também até melhora o relacionamento deles, né? Porque às vezes se ficar só na rotina acaba atrapalhando muita coisa. Só que elas, se vocês ouvirem elas, vocês vão ver como elas são gratas por essa oportunidade. E Rosa começou acho que com três pessoas.

**Yasmim:**

Começou com sete.

**Jéssica:**

Sete não foi? E essas sete, as pessoas começaram a acreditar mesmo que poderia, né? que pode sair daquela realidade que elas viviam. E hoje elas têm, elas têm também mais conhecimento viu, importante. Elas sabem do direito delas não só dentro de casa, porque tem palestra falando que é importante pro relacionamento se posicionar, entendeu? E às vezes a gente, elas, elas vivem uma realidade que, tipo você tem que, tipo baixar a voz pro marido falar, só que eu acho que tudo é questão de vocês dois conversarem, né? Cada um no seu direito, no seu ponto. E hoje a gente já vê mulher falando que quando o marido, tipo, porque até hoje mesmo a gente, a gente quer viajar e o homem não quer deixar, diz assim "Ah, tu vai viajar (...) às vezes elas chegam falando de sacanagem né, não sabe a realidade e esse grupo Sabor & Arte é, tenho certeza que foi uma bênção assim na vida dessas mulheres aqui do quilombo. É tão realidade que outras pessoas já querem pular, pular pra comunidade. A gente fez uma viagem pra Bacabal e a gente conheceu, foi duas mulheres ou foi três? Da associação.

**Yasmim:**

Lá foi três.

**Jéssica:**

Três, e eu e Rose conversando, uma prima minha conversando com ela e ela fala com a gente "Se vocês dão valor, ainda dão mais porque eu aprendi muito com vocês, quero levar isso pra minha comunidade. E isso é muito bom, a gente ver que a gente está passando pra outras pessoas, né? E elas são muito gratas porque a gente deu oportunidade pra elas na nossa viagem e aí, e eu mesma sou muito grata pela vida de dona Rosa.

**Ilde:**

E essa viagem foi pra onde?

**Jéssica:**

(...) uma associação e uma cooperativa.

Yasmim:

A do óleo, a cooperativa do óleo e associação de sabonete e sabão de coco babaçu.

**1ª VISITA – EVENTO ITERMA (21/10/22)**





**1ª VISITA – EVENTO ITERMA (21/10/22)**









2ª VISITA (22/11/22)





3ª VISITA (02/12/22)





4ª VISITA (10/12/22)





5ª VISITA (18/03/23)





8ª VISITA (12/11/23)





**DISCENTE: ILDEAN SILVEIRA NASCIMENTO**



***Obs.: visitas 6 e 7 não tiveram registros fotográficos, apenas filmagens.***